

Relatório de Estágio II

Leandro Gonçalves

Serviço Social - 3º Ano – Nº 3382



Supervisora do Estágio: Professora Doutora Adelaide Malaíño

Orientadora: Doutora Sónia Nascimento



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
ESCOLA SUPERIOR DE Educação

Lar Jacinto Faleiro
Castro Verde

Índice

Agradecimentos	3
Introdução	4
Enquadramento Teórico	4
Enquadramento Metodológico	9
Estudo e Interpretação Diagnóstica	18
Diagnóstico	32
Projecto de Intervenção	49
Avaliação do Projecto	62
Avaliação Final	63
Reflexão Crítica	65
Bibliografia	66
Webgrafia	67
Apêndices	68
Avaliação - Actividade 1	69
Avaliação - Actividade 2	70
Acção 1 – Actividade I	71
Acção 2 – Actividade I	72
Acção 3 – Actividade I	73
Acção 4 – Actividade I	74
Acção 5 – Actividade I	75
Acção 6 – Actividade I	76
Acção 1 – Actividade II	77
Acção 2 – Actividade II	78
Acção 3 – Actividade II	79
Acção 4 – Actividade II	80
Acção 1 – Actividade III	81
Acção 2 – Actividade III	82
Entrevistas a Utentes	83
Quadro de Avaliação de Entrevistas	120
Brochura	128
Gráficos	130
Trabalho População e Território	134
Anexos	179
Estatutos do Lar Jacinto Faleiro	180
Regulamento Interno – Pólo II	197
Despacho Conjunto – 891/99	211
Plano de Actividades Lar Jacinto Faleiro	221

Agradecimentos

Ao concluir o presente Relatório de Estágio, cumpro, também, um objectivo pessoal que desenhei há alguns anos a esta parte. As vicissitudes da vida não permitiram que concluísse a Licenciatura quando os anos “vintage” convidaram a enveredar por outras opções. No entanto, o que se perdeu em anos, ganhou-se em maturidade. Virtude que me permitiu encarar esta formação académica com mais preparação e com algum conhecimento de causa pessoal.

Neste momento quero agradecer aos meus filhos pela força, carinho e inspiração que me deram nestes três anos. À minha esposa pelo carinho, incentivo e apoio nas horas onde a continuidade deste trabalho foi posta em causa pelas dificuldades. A toda a minha família pelo reconhecimento expresso.

Quero ainda agradecer aos professores que ajudaram a percorrer este caminho, em especial à Professora Adelaide Malaínho, pela dedicação ao ensino da profissão e pela intransigente exigência e rigor que me impôs. Teve a virtude de ser grave quando o empenho ficou aquém do esperado, e reconhecer méritos quando as expectativas eram correspondidas.

Um agradecimento também para a orientadora deste trabalho, Dra^a Sónia Nascimento. Soube “descomplicar” quando foi preciso e generosa em todo o processo.

Um agradecimento especial ao chefe, colega de trabalho e amigo José João Carias. Foi a tua compreensão e as tuas palavras de incentivo que, nos momentos mais exigentes, ajudaram.

Introdução

O Relatório final está inserido no âmbito da Unidade Curricular Estágio II do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação de Beja. No que se refere à informação que o consubstancia, a mesma resulta do processo de aprendizagem, pesquisa e componente prática desenvolvida no Lar Jacinto Faleiro.

No entanto devo referir que o presente relatório espelha três momentos distintos. O aprofundamento do diagnóstico social; a elaboração do projecto; e a intervenção.

Sobre o primeiro, e citando as palavras de Mary Richmond:

“É a tentativa de efectuar com a maior precisão possível uma definição da situação e personalidade do ser humano com alguma carência social, ou seja, da sua situação e personalidade na relação com os outros seres humanos, dos que depende em alguma medida ou que dependam dele, e em relação também com as instituições sociais da comunidade” (Idáñes; Ander-Egg:15),

sendo que o processo de intervenção social tem o seu início no conhecimento dos factos que indicam a natureza das dificuldades sociais do utente, ou seja na “evidência social”, passando pelo processo de conhecimento de factos que nos eram desconhecidos, as “inferências”, sendo que é a partir desta aquisição de dados que se inicia e conduz o diagnóstico social, procurando-se desta forma alcançar um *“conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção social analisando os diferentes aspectos a ter em conta para resolver a situação – problema diagnosticado”*. Em suma estamos perante um processo que nos permite *“conhecer para actuar”*, visto que fornece informação para que se possam programar acções concretas bem como estratégias de actuação mais adequadas (Idáñes; Ander-Egg:15:16).

Após este trabalho de procura do conhecimento da situação a enfrentar, foi elaborado o projecto de intervenção, executado e promovida a avaliação dos impactos do mesmo na população alvo.

Trata-se de um trabalho que conjuga uma grande complexidade teórica e científica.

Enquadramento Teórico

Ao optar por realizar o presente estágio numa instituição particular de solidariedade social (IPSS) que se dedica à intervenção nas áreas da infância e terceira idade, procurei focalizar o meu trabalho para o sector dos mais idosos e, sobretudo, para a questão da institucionalização.

É sabido que a sociedade tem sofrido alterações profundas ao longo do último século, sendo que muitas delas reflectem os impactos que a evolução tecnológica operou no Mundo. Estas alterações trouxeram aquilo a que amiúde chamamos de GLOBALIZAÇÃO.

Este fenómeno modificou as relações pessoais. Desde logo pelo aumento de competitividade que incidiu sobre os países isoladamente, por consequência sobre os mercados económicos, empresas, trabalhadores e família. Alteraram-se então as relações de trabalho, e estas, por sua vez, tiveram impacto nas relações familiares, gerando mecanismos de marginalização e de isolamento, a que se refere Jaques Delcourt (WALZ. 2000).

É também destacado por Delcourt (2000:37-38) que o empenho profissional, na justa medida da competitividade a que todos estamos obrigados, alterou a nossa relação com os outros e a forma como a organização societária existia. Temos hoje menos tempo, a mulher é um elemento fundamental da organização trabalhista e social, a formação académica é cada vez mais necessária, entre outras causas que estão a “pressionar” hábitos da nossa sociedade.

Estes novos hábitos estão a criar uma nova realidade junto de cada uma das divisões sócio demográficas. Neste particular o idoso também tem a sua realidade específica. E é um pouco dessa realidade que aqui procuraremos abordar, tentando perceber o que conduz o idoso à institucionalização, quem o conduz, porquê e que sentimentos são gerados.

Nesta fase convém distinguir o que é o idoso e o que é a institucionalização.

O idoso é visto nos dias de hoje, do ponto de vista etário, como a pessoa com mais de 65 anos. Ora, esta acaba por ser uma visão demasiado simplista no que toca à explicação sobre o que é ser uma pessoa idosa.

A este propósito Beers (Manual Merck – Geriatria. Oceano. 2004:1) refere que o limite dos 65 anos tem fundamentos históricos. Foi na Alemanha que se determinou a idade de reforma, sendo a primeira nação a estabelecer um plano de reforma. Em 1889 Bismarck, Chanceler da Alemanha, estabeleceu os 70 anos, mas em 1916 essa idade baixou para os 65.

Beers (2004:1) refere-se ao envelhecimento de diversas formas, procurando desmistificar a ideia de que existe uma idade precisa para determinar o início da velhice. Uma dessas ideias expressa-se na convicção do autor de que o envelhecimento começa no momento em que nascemos. Ou seja, a pessoa sofre de uma deterioração funcional que finalmente

conduz à morte. E é este processo que Beers (2004) refere ser comumente associado ao envelhecimento.

Assim, o ser idoso está, amiúde, associado à velhice, estado este caracterizado por “um período de grandes mudanças nos planos biológico, psicológico e social, bem como no plano das relações pessoa/mundo”, referem Arménio Sequeira e Marlene Nunes Silva (SEQUEIRA, Arménio e SILVA, Marlene Nunes. **O bem-estar da pessoa idosa em meio rural**. Aná. Psicológica, jul. 2002). Dito desta forma podemos concluir que há uma degradação biológica do Ser humano que, por sua vez, conduz à degradação do estado psíquico, influenciando, em cadeia, a criação de constrangimentos ao nível social.

Mas apesar destas mudanças, comuns a todo o ser humano, referem os autores que:

“Há uma tendência para pensar a velhice como universal, devendo-se tal talvez ao facto de esta se inscrever no ciclo biológico natural de todo o ser humano: nascimento, crescimento e morte. No entanto, é complicado falar da velhice dentro de um quadro geral, uma vez que ninguém envelhece da mesma maneira ou ao mesmo ritmo”.

E por isso consideram errada a perspectiva universal da velhice. Podemos, portanto, estar na presença de dois indivíduos de 70 anos, etariamente considerados idosos, mas do ponto de vista psicológico e social ambos poderão revelar comportamentos face à condição de idoso bastante diferentes, e até opostos.

A este propósito refere Barros de Oliveira (Oliveira.2010), que a velhice abrange um leque de vida bastante amplo, podendo mesmo falar-se de diversas velhices. Refere-se o autor aos diversos recenseamentos dos Estados, nomeadamente dos Estados Unidos da América, distinguindo aqui três categorias: idosos jovens (entre 65 e 74 anos); idosos (dos 75 aos 84 anos); e os muito idosos (a partir dos 85 ou 90 anos). Para o autor (Oliveira; 2010:12) poder-se-ia falar ainda dos muito idosos, numa alusão aos centenares.

Não sendo fácil definir envelhecimento, o autor sugere várias características frequentemente imputadas aos idosos. Começa por referir a crise de identidade (Oliveira; 2010:26), provocada por ele e pela sociedade; diminuição da auto-estima; dificuldade de adaptação a novos papéis e lugares bem como a mudanças profundas e rápidas; falta de motivação para planear o futuro; atitudes infantis ou infantilizadas, como processo de mendigar carinhos; complexos diversos por, nomeadamente, perda da libido e do exercício da sexualidade; tendência à depressão, à hipocondria ou somatização e mesmo tentações de suicídio; surgimento de novos medos (de incomodar, de ser um peso ou estorvo, de sobrecarregar os

familiares, medo da solidão, de doenças e da morte); diminuição das faculdades mentais; problemas a nível cognitivo, conativo¹ e motivacional, afectivo e personológico.

Porém, particulariza o autor (Oliveira; 2010:27), muitas destas características que são atribuídas ao idoso poderão não passar de preconceitos ou estereótipos sociais, e aos quais chama de gerontofobia. Estes estereótipos em torno do envelhecimento são, sobretudo, comuns nas sociedades ocidentais, sublinha o autor, por comparação aos poucos dados existentes, mas que ainda assim permitem perceber que, nas culturas africana e oriental, os mais velhos ocupam um lugar diferente na sociedade, marcadamente vistos como a memória viva dessas mesmas sociedades.

Socorrendo-se de um estudo de Molina, o autor (Oliveira; 2010:28) refere que o esbatimento dos estereótipos e uma visão mais positiva dos mais velhos acontece já na idade adulta, ao contrário da juventude, que mostra uma percepção mais negativa dos mais idosos. Do mesmo modo, sublinha, pouco se tem feito para alterar esta perspectiva junto dos mais jovens.

Perante estas concepções, a construção pessoal sobre a pessoa idosa e o envelhecimento tende a descrever a velhice como um estágio da vida marcado pelo preconceito e pelos estereótipos, sem a atenção devida a quem atingiu uma idade mais elevada e com pouca relevância para os aspectos mais simples desse estágio da vida, como o são a experiência acumulada; a necessidade de conceder importância ao seu papel na construção da sociedade; na compreensão pela perda de capacidades biológicas; na adaptação, necessariamente, mais prolongada a diversos aspectos do dia-a-dia e na necessidade de gerar maior relacionamento inter-geracional. Envelhecer é, sobretudo, uma evolução da condição humana que não é rigidamente marcada pelo relógio biológico, e sim pela cultura antropológica de cada sociedade.

Deste modo já dispomos de mais elementos que nos permitem compreender melhor a população alvo sobre a qual incide o presente estágio. Com base no atrás descrito o futuro Assistente Social já poderá perceber que a sua forma de actuação terá que ser adaptada a cada indivíduo, conforme é feita a percepção das suas reacções, angústias, medos, estado psíquico, físico e social, envolvimento familiar entre um conjunto vasto de factores que podem condicionar o estado da pessoa.

¹ Processo mental de formação da vontade e da intenção.

O que será então a institucionalização? Uma das definições que encontramos determina que se trata da passagem de “organizações não formais a organizações formais”²

Decidi, no entanto, levar um pouco mais longe a explicação sobre esta matéria, mormente o facto de ser necessário perceber de que tipo de institucionalização estamos a descrever e de como essa explicação mais se pode aproximar da realidade que é enfrentada no presente estágio.

Assim, diria, estamos perante o acto de institucionalizar, ou seja, de enquadrar algo ou alguém numa orgânica vigente ou existente, caracterizada por normas, princípios, valores e obrigações, mas também por direitos, liberdades e garantias. No caso em apreço, institucionalizar é inserir o idoso numa organização pensada para o receber e lhe facultar o preenchimento das necessidades reveladas no seu dia-a-dia, ou seja, o Lar.

O que actualmente chamamos de Lar insere-se na dimensão das Residências Assistidas ou Acolhimento Residencial. Angélica Majos, em o Manual de Prácticas de Trabajo Social en la Tercera Edad (1995:42), refere-se às Residências Assistidas como os estabelecimentos destinados à assistência de quem sofre de patologias crónicas ou invalidez permanente que impossibilite a pessoa da sua auto-suficiência, colocando-a dependente de terceiros. Estas, ainda segundo Majos (1995:42), inserem-se no capítulo dos serviços de atenção especializada. Assim, tendo por base a realidade observada, o Lar enquadra-se nesta perspectiva, porquanto serve de acolhimento a pessoas que apresentam diminuição das suas competências psico-biológicas, patologias clínicas e reduzido apoio familiar. Em alguns casos regista-se mesmo a presença de pessoas ainda longe do que demograficamente está instituído como terceira idade. Actualmente não existe um manual específico para os lares, pelo que os técnicos socorrem-se da orientação dada para o acolhimento residencial. Os cuidados de saúde, geriátricos, de manutenção física, alimentares e sócio culturais são um denominador comum encontrado nos actuais equipamentos apelidados de Lar, e que encontram correspondência na definição expressa por Majos (1995:42).

Por outro lado, segundo o Manual de Boas Prácticas (Instituto da Segurança Social, I.P.; 2005:12), o Acolhimento Residencial “é um tipo específico de casa, com características e formas de organização próprias.” Acrescenta ainda que os seus elementos vão para além

² *institucionalização*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2009-12-22]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$institucionalizacao](http://www.infopedia.pt/$institucionalizacao)>.

dos que nela residem, constituindo-se também pelos que contribuem para a sua existência e desenvolvimento, englobando-se nestes os colaboradores, remunerados ou não, directores, familiares e amigos dos residentes, entre outros.

Ambas as definições complementam-se, sendo possível compreender, a partir destas, em que tipo de resposta consiste um Lar.

Enquadramento Metodológico

Feita e construção do objecto durante o período em que decorreu o Estágio I, o estudo da situação e o estabelecimento de prioridades, naquelas que são as duas primeiras fases da dinâmica do processo de planeamento enunciado por Myriam Veras Baptista (2000:31-32), seguem-se as propostas alternativas, momento do planeamento em que são colocados dilemas ao Assistente Social, mormente o facto de poder existir mais do que uma situação problema a enfrentar, e a relação dos meios disponíveis para lhes fazer frente (Baptista. 2000:74). Neste capítulo, evidencia a autora, é necessário atender a dois critérios básicos para se identificar as prioridades de intervenção de uma forma racional e objectiva. São esses critérios a relevância e a viabilidade.

Critérios de relevância: quem planeia deve, na medida do possível, tornar objectivos os conceitos subjectivos, dado que, amiúde, as informações são frequentemente incompletas ou defeituosas (Baptista. 2000:74). Neste particular não se torna despiciendo perceber a importância de uma dada acção sobre a problemática no seu conjunto, segundo refere a autora (Baptista. 2000:74).

Critérios de viabilidade: neste particular importa a quem planeia perceber as prioridades que domina, que tem controlo absoluto, e as prioridades que estão fora desse seu arco de domínio. Escreve Baptista (2000:75) que *“em termos de viabilidade, a primeira consideração se volta para aquelas prioridades que se encontram no espaço ao alcance da acção profissional no cotidiano da instituição”*, uma vez que esse espaço consubstancia-se no contexto privilegiado para o planeamento, e no qual o profissional pode e deve assumir decisões.

É chegado o momento de definir os objectivos e definir as metas a atingir, sendo que os objectivos expressam *“a intencionalidade da acção planeada”*, refere Baptista (2000:79). Quer isto dizer que o profissional define neste momento as suas intenções perante o plano de

intervenção que está a traçar. Ou seja, que transformação pretende alcançar. Subentende-se portanto que, a realidade onde se encontra é negada pelo profissional, uma vez que *“afirma a possibilidade de alcance de outra, desejável e possível, dadas as condições objectivas da situação analisada (...)”* (Baptista. 2000:79). Defende ainda a autora (Baptista. 2000:80) que no processo de planeamento, a acção é concebida e executada em função de intencionalidades expressas. Assim, a definição dos objectivos e metas a atingir será um dos processos mais importantes do planeamento da intervenção.

Nesta sequência chegamos à formulação e escolha de alternativas, estágio este onde devem ser hierarquizados os problemas e as formas de actuar prioritariamente, em detrimento de outros problemas que, anteriormente, considerámos secundários em função da sua relevância e viabilidade. Refere Baptista (2000:86) que a formulação e a escolha de alternativas são realizadas a partir de um processo complexo que leva em conta a dinâmica histórica em que o objecto está instalado, *“equacionando os recursos, as facilidades e as dificuldades, a expectativa da população-alvo, os hábitos culturais das pessoas, as características psicológicas, sociais e políticas dos grupos”* (Baptista. 2000:87). Quer isto dizer que o profissional, ao planear, analisa cada uma das propostas em função das suas vantagens e desvantagens. É um momento que deve ser caracterizado pela procura *“de caminhos criativos que permitam tirar o máximo das condições estabelecidas, potencializando os recursos disponíveis, sejam eles físicos, financeiros ou humanos”* (Baptista. 2000:88). Contudo, e tendo presente os princípios de uma acção não individualizada e que não despreze o contexto ambiental onde o profissional actua ou onde reside o problema, defende Baptista (2000:88) que na análise de alternativas de intervenção deve-se considerar que a situação específica, objecto de planeamento, *“não pode ser tratada de maneira isolada do seu contexto social (...)”*.

Daqui partimos então para a planificação, momento este caracterizado por Baptista (2000:97) como o *“início do trabalho de sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos”*. Ou seja, é o estágio em que o profissional, ao planear as actividades, fá-lo considerando os objectivos que quer atingir, o universo a envolver, o momento em que determinada acção deve ocorrer. Esta fase do planeamento é complexa e determina o envolvimento de outros parceiros/actores na definição do plano, dos programas e dos projectos, obrigando a *“análise, objecções, cortes, acréscimos e, finalmente, recebe a sanção dos centros decisórios quando, então, é transformado em documento final”* (Baptista. 2000:97).

A planificação consubstancia-se na elaboração detalhada de documentos que “representam graus decrescentes de níveis de decisão” (Baptista. 2000:97) que, como descrevi anteriormente, se apresentam sob a forma de plano, programas e projectos.

O projecto é, segundo Baptista (2000:101), o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de acções.

Chegados então à fase de implementação, tal significa afirmar que é o momento de criar as condições necessárias para colocar em prática tudo quanto foi proposto anteriormente. Para Baptista (2000:103) a fase de implementação não é mais do que a busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizem o projecto. Assim, nesta fase, o profissional que planeia preocupa-se em “*preparar a instituição, a equipe e a população interessada para a realização da intervenção planejada*” (Baptista. 2000:103).

Ultrapassado o momento da implementação, o profissional que planeia enfrentará os processos de implantação e execução, sendo que tal se consubstancia no desencadear da acção concreta previamente planeada. Refere Baptista (2000:105) que é neste momento que se dá a instalação e o início de funcionamento do plano.

A este momento segue-se o controlo, sendo este visto por Baptista (2000:109) como o instrumento de apoio e racionalização da execução, procurando assegurar o cumprimento do programado, antecipando desvios. É sobretudo altura para um acompanhamento sistemático do que é executado, para medir e registar o alcance das actividades entretanto executadas, os recursos, tempo dispendido em cada fase e, não menos importante, quais os resultados entretanto alcançados.

Por último refiro o processo de avaliação, distinguindo-o das fases propositadamente porque, mais do que uma fase, dado que ocorre em todo o tempo do planeamento, trata-se de um processo que é contínuo. Assim se refere Baptista (2000:113) à avaliação, afirmando objectivamente que esta “*está presente dialeticamente em todo o processo de planeamento: quando se inicia a acção planejada, inicia-se concomitantemente sua avaliação, independentemente da sua formalização em documentos*”. A avaliação deve conter, primeiramente, um referencial que lhe permita estabelecer relações entre o alcançado e o que se pretende alcançar. Refere Baptista (2000:113) que avaliar é tomar partido em relação à realidade observada. Ou seja, ter uma posição concreta sobre algo, uma análise crítica

sobre determinada questão, que sirva, portanto, de referencial à transformação que se pretende obter.

Em concreto, reporto-me agora à realização do projecto de intervenção que me irá permitir actuar sobre a realidade estudada, interpretada e sobre a qual é necessário imprimir um esforço transformador.

Tendo em conta a necessidade de delimitar o campo em que se pretende actuar, é necessário denominar o nosso projecto. E isso deve ser feito de uma forma sintética, através de um título que indique o que se quer concretizar (Ander-Egg; Idáñez, 1998). Do mesmo modo deve ser feita referência à instituição/organização responsável pela execução do projecto. Entende-se, portanto, que a denominação do projecto é, sobretudo, uma forma de o circunscrever à área que queremos intervir e, simultaneamente uma forma de identificar quem executa ou promove o projecto. Este aspecto inicial da elaboração do projecto direcciona-nos ao longo do mesmo.

Não se deve confundir a denominação do projecto com o enunciar de um problema. Ou seja, o problema já existe, o que se pretende é construir uma estratégia para ultrapassar esse problema (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998).

Assim, é necessário levar em linha de conta a natureza do projecto e saber explicar essa natureza na elaboração do mesmo, sendo que este particular representa o “conjunto de dados que constituem a essência do mesmo” (Ander-Egg; Idáñez, 1998: 32). Estamos pois perante o momento em que deve ser realizada a descrição e a justificação do projecto, nomeadamente, recorrendo ao desenvolvimento de uma série aspectos que queremos explorar, procurando contextualizar o projecto que se pretende executar. Referem Ander Egg e Idáñez (1998) que se trata de alargar a informação nos seus aspectos fundamentais, nomeadamente no que respeita à informação definida pela denominação. Esta contextualização, ou descrição, não deve ser excessivamente extensa, dado que, “ao longo do projecto se irá facilitando informação complementar de todos os seus aspectos” (Ander-Egg; Idáñez, 1998: 31).

É ainda neste capítulo que encontramos outra particularidade, nomeadamente a fundamentação ou justificação. Há, portanto, a necessidade de se apresentar um conjunto de critérios e as razões que justificam a realização do projecto (Ander-Egg; Idáñez, 1998: 32). Assim, é relevante o cumprimento de dois requisitos na fundamentação do projecto: a explicação sobre a prioridade e a urgência do problema; e a justificação porque é que o projecto formulado é de facto a solução para o problema.

O desenvolvimento destes dois critérios pode gerar alguma confusão, nomeadamente pelo facto de se poder justificar o projecto mas não o fundamentar adequadamente com base num diagnóstico da situação (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998).

Para que se evite incorrer nos problemas descritos, na fundamentação do projecto poderemos auxiliar-nos de alguns critérios. Em primeiro lugar através da natureza e da urgência do problema que se quer resolver. Deve-se ter a certeza de que existe de facto um problema para o qual ainda não há uma resposta. O que se pretende então é identificar e analisar o problema (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998). Há ainda outro tipo de prioridades que se dá ao solucionar desse problema. E estas podem ter duas origens, uma técnica e outra política. No primeiro caso devemos considerar o que, objectivamente, dá lugar à realização do projecto (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998), no segundo caso devem ser perseguidas orientações políticas na execução de determinado projecto, planos ou programas já existentes.

Os recursos internos e externos afectos à solução do problema, são outros dos critérios auxiliares à fundamentação do projecto, sendo que estes devem ser identificados na fase do diagnóstico e devidamente expressos na fundamentação do projecto (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998). A existência ou não de recursos para operar um problema afecta, objectivamente, a exequibilidade de um projecto.

Por último, no que toca aos critérios que nos podem auxiliar a fundamentar um projecto surge a justificação do projecto em si, onde é necessário apresentar os resultados avançados pela avaliação prévia do projecto, nomeadamente quanto à sua viabilidade, a correspondência entre o custo e o benefício, os efeitos e os impactos que serão gerados (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998).

Ao elaborar um projecto para materializar numa organização devemos organizar uma caracterização mais profunda sobre essa organização, dedicando atenções à natureza, missão, enquadramento jurídico, instalações e serviços, estrutura orgânica e procedimentos administrativos, pessoas entre outros dados que ajudem a perceber a organização executora do projecto (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998). Tarefa esta já executada durante o Estágio I.

No que toca à finalidade do projecto, e para um projecto de pequenas dimensões não será necessário explicitar as finalidades do projecto (cf. Ander-Egg; Idáñez, 1998). No plano oposto encontram-se os projectos que fazem parte de uma intervenção mais global. Neste caso, e sendo o projecto uma parte de uma intervenção mais global, são as finalidades

gerais que constituem a finalidade do projecto parcial. Temos, portanto, que a finalidade de um projecto são os seus objectivos, sendo que estes contribuem para o fim último, mas não são necessariamente únicos (cf. Ander-Egg; Idañez, 1998).

No estabelecimento das finalidades de um projecto há aspectos que devem ser levados em conta:

- Que essas finalidades justifiquem plenamente o projecto;
- Que seja possível obter uma verificação quantitativa ou qualitativa da sua evolução;
- Que se constitua, de preferência, um único fim ou que esteja acompanhado de outros fins compatíveis.

Um projecto também se faz de objectivos, partindo do pressuposto de que estes são a resposta ao que pretendemos obter com um projecto. Para Ander-Egg e Idañez (1998) há uma distinção a fazer neste particular. A finalidade e o objectivo, sendo que podemos correr o risco de confundir um e outro. A finalidade reporta-nos para o impacto que um determinado projecto persegue, já o objectivo mede-se pelos efeitos produzidos.

O principal enfoque colocado por estes dois autores passa pela explicitação clara dos objectivos, sem os quais, referem, “nenhum projecto adquire o seu significado pleno” (Ander-Egg; Idañez, 1998: 39), no entanto podem ser simples, gerais ou vagos.

Também alvo de grande atenção está o tipo de objectivos, que podem ser principais ou específicos. Em primeiro lugar temos a intenção central do projecto. Em segundo lugar encontram-se os objectivos específicos que, em muitos casos, poderemos encontrar num projecto e que se desenham ao longo desse mesmo projecto, ou que podem decorrer do facto de se alcançar o objectivo principal (cf. Ander-Egg; Idañez, 1998).

Quanto às metas, entende-se estas enquanto algo que queremos obter, tendo em conta os objectivos fixados. As metas procuram deste modo operacionalizar os objectivos, definindo “quanto”, “quando” e “onde” é que estes se realizarão (cf. Ander-Egg; Idañez, 1998). Neste momento estabelecem-se as actividades e as acções correspondentes, permitindo antever o grau e a composição dos recursos a empreender, as actividades que é preciso levar a cabo e as circunstâncias para realizar as referidas modalidades.

Nesta sequência, faço agora referência a uma outra necessidade do projecto. Nesta fase o autor do projecto deve identificar os beneficiários imediatos e os beneficiários finais ou indirectos pelo impacto do projecto.

E o que são os beneficiários? Os beneficiários directos são todos aqueles para quem o projecto aponta a principal transformação, o impacto mais evidente. Os beneficiários

indirectos são aqueles que, não sendo os que mais necessitam de sofrer uma acção, acabam também por sofrer um impacto, embora não tão forte quanto o primeiro grupo.

Para Ander-Egg e Idñez (1998) não devem ser utilizados termos genéricos tais como “grupos desfavorecidos”, “camadas sociais carenciadas” ou outros deste tipo, por não ajudarem à definição do projecto e, sobretudo, dos seus destinatários.

Destaco agora os produtos. Os produtos são “o primeiro nível de resultados aos quais se chega pelo facto de se ter realizado com êxito as actividades” (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 42). Ander-Egg e Idñez (1998) sublinham a frequência com que ocorrem certos erros, nomeadamente a confusão que se gera entre objectivos e/ou metas, e os produtos. Os autores revelam-nos que a criação dos produtos está quase exclusivamente dependente da realização das actividades, sendo que nesta fase não intervêm demasiados factores externos.

Em relação à tipologia dos produtos poderemos considerar dois tipos:

- Resultados materiais;
- Prestação de serviços.

Apesar desta definição, é pertinente perceber se existe a possibilidade de se criar um sub-produto ou um produto intermédio. Os autores dizem-nos que sim (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 43).

Mas um projecto é algo físico e que se enquadra numa realidade física. Tem, portanto, uma localização, residindo a importância deste aspecto em determinar a implantação ou a área onde se situará (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 44). Tal pode ocorrer a dois níveis, um micro e outro macro. No primeiro estamos perante uma localização que se circunscreverá a um bairro, a uma instituição ou a um lugar. Já ao nível macro a localização tende a definir geograficamente uma região, um distrito ou até um concelho.

Está assim concretizada a explicitação das diversas dimensões a ponderar na preparação de um projecto. Altura pois de me debruçar sobre a questão da operacionalidade das actividades e das tarefas a concretizar. Referem Ander-Egg e Idñez (1998) que a execução de qualquer projecto requer a concretização de uma série de actividades. A questão está em como materializar estas actividades. O que os autores propõem é um desenho do que se pretende, de como fazer, e de que forma se deve fazer (Ander-Egg; Idñez, 1998: 46). Assim, este trabalho comporta quatro aspectos importantes para o êxito do nosso trabalho:

- O primeiro aspecto prende-se com o a especificação e o inventário das actividades a realizar;

- Um segundo aspecto prende-se com o espaço temporal, defendendo os autores a necessidade de se distribuir o tempo previsto para as acções em sequências operacionais, assinalando a data de início e fim de cada actividade;
- Num terceiro aspecto, interligado com o anterior, mais do que listar é necessário ordenar as actividades por critério de sequência temporal, tendo em conta o resultado que se pretende obter, para assim definir o que deve ser feito antes do quê, em simultâneo ou após;
- Por fim consideremos a questão dos recursos a empreender no projecto, independentemente da sua origem.

Deste modo, referem Ander-Egg e Idñez, (1998: 47) procura-se ir além da simples listagem de actividades e tarefas, antes sim estabelecer uma trajectória lógica e objectiva do projecto.

É necessário, portanto, fazer uma abordagem aos métodos e técnicas a utilizar. E isso não é mais do que explicitar que métodos e técnicas se irão aplicar na execução das actividades. Os autores aconselham a uma combinação de técnicas (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 48) como forma de otimizar o trabalho, preferencialmente utilizando aquelas que melhor se adaptem à participação das pessoas no desenvolvimento do projecto.

Aspecto essencial na elaboração de um projecto é a sua calendarização, o determinar da duração de cada uma das actividades. É sublinhado por Ander-Egg e Idñez (1998) que este acessório do projecto permite aferir a exequibilidade do projecto através da verificação da existência ou não de uma distribuição uniforme do tempo.

A determinação dos recursos humanos é também uma tarefa indispensável para o sucesso de um projecto. Tendo como referência os Ander-Egg e Idñez (1998: 51) existem quatro tipos de recursos: humanos, materiais, técnicos e financeiros. São estes que assumem um papel fundamental na execução do projecto.

Será necessário elaborar um quadro de actividades e os necessários recursos indispensáveis à sua concretização (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 51).

Para se executar qualquer tipo de projecto devemos dispor de pessoas adequadas e formadas para realizar as tarefas definidas (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 52). Tal pressupõe especificar a quantidade de pessoas e a sua qualificação para executar determinadas tarefas.

Ao nível dos recursos materiais a preocupação está na definição das ferramentas que fazem falta, que equipamentos e infra-estruturas são necessários.

Os meios técnicos comportam as alternativas técnicas e as tecnologias a utilizar (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 52).

Finalmente, os recursos financeiros que para Ander-Egg e Idñez (1998) sobre a base dos cálculos de execução deve-se obter uma estimativa dos fundos que se podem obter, indicando para o efeito as fontes. É necessário fazer uma distribuição por actividade dos recursos que cada uma destas irá absorver, bem como o momento em que tal deverá ocorrer. Este procedimento pode ser visto como necessário a dois níveis. Em primeiro lugar para se ter uma noção de quando vai ser necessária determinada verba para executar determinada actividade. Em segundo lugar permite ter a percepção se existe um grande desfasamento na atribuição de financiamento entre actividades e o controlo da execução financeira do projecto (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 53).

Temos assim que, a função do orçamento é a de afectar recursos, determinar a fonte ou a origem dos mesmos, e assegurar o desenvolvimento normal do projecto (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 58).

A estrutura organizativa e de gestão do projecto é um aspecto que deve ficar claramente apresentado no desenho do projecto. Para Ander-Egg e Idñez (1998) esta constitui-se como a coluna vertebral do projecto, em torno da qual se estruturam e se ordenam de forma sequencial as diferentes actividades. Para que a estrutura organizativa seja eficaz deve-se fazer constar do desenho do projecto aspectos como o organograma, um manual de procedimentos, funções do pessoal do projecto, relações de interacção do pessoal, modalidades e mecanismos de coordenação do projecto, sistemas de avaliação interna e acompanhamento e canais de informação.

Chegamos agora aos indicadores de avaliação do projecto, instrumentos estes que permitem, segundo os autores, a progressão face às metas propostas.

Referem Ander-Egg e Idñez (1998: 63) que num projecto os indicadores são tão importantes quanto as metas. São, pois, os indicadores que permitem aferir a fidelidade da execução, através dos resultados obtidos por comparação com as metas traçadas.

Deve-se, no entanto, levar em linha de conta as condicionantes que a qualidade e quantidade dos dados disponíveis no momento da elaboração dos indicadores e a sua posterior verificação. Os indicadores devem ser concretos e devem permitir uma boa medição dos resultados do projecto (cf. Ander-Egg; Idñez, 1998: 64), reunindo para tanto as seguintes condições:

- Independência;
- Verificabilidade;
- Validade;
- Acessibilidade.

Contudo os autores determinam que nem sempre é possível encontrar indicadores que permitam medir directamente aquilo que se deseja quantificar. Quer isto dizer que deveremos encontrar outras formas de avaliar o trabalho executado no âmbito do nosso projecto.

Mas o projecto também tem os “factores externos condicionantes ou pré-requisitos para o alcance dos feitos e impacto do projecto”. Estes consubstanciam-se em “factores externos significativos sobre os quais a administração do projecto pode não ter nenhum tipo de controlo, mas que são essenciais para o êxito do projecto” (cf. Ander-Egg; Idañez, 1998: 64). Estes factores estão fora do controlo do projecto, no entanto devem ter lugar, dependendo destes o êxito do mesmo. Estes factores externos devem fazer parte do desenho original do projecto e devem ainda ser apresentados de uma forma absolutamente realista.

No enquadramento metodológico, e porque faz parte da elaboração do projecto a realização de um diagnóstico profundo da realidade a intervir, explico agora a metodologia aplicada na elaboração do diagnóstico.

Após um primeiro trabalho na instituição, marcado pelo apreender da sua história, recursos humanos e materiais, forma de organização, objecto social, dinâmicas de funcionamento e políticas sociais vigentes, é chegado o momento de concretizar o diagnóstico em torno da realidade estudada.

Estudo e Interpretação Diagnóstica

Análise da Instituição

O Lar Jacinto Faleiro, com sede na Vila e Concelho de Castro Verde, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, surgiu após a alteração da denominação da Misericórdia e Hospital de Castro Verde - Instituto de Beneficência Morais Sarmiento.

Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, e com estatutos próprios.

É sabido que, nos nossos dias, a questão da institucionalização enfrenta um novo paradigma, vincadamente oposto ao que tem vindo a vigorar. A questão da não institucionalização começa mesmo a ser uma vertente fortemente defendida pelos Estados, à medida que novos estudos vão avançando a ideia de que a proximidade do idoso com as suas raízes, a sua rede de amigos e família são um factor a levar em linha de conta nas políticas curiais para os mais idosos. A esta questão não será, certamente, alheia a

crescente despesa em torno da protecção e cuidado aos idosos. Refere o Plano Nacional para a Acção e Inclusão (PNAI) – 2006-2008 – que:

“Assume como grande finalidade “a inclusão de todos os cidadãos, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e coesão social, e assenta num conjunto de princípios”.

Cada vez mais nos nossos dias o apelo das políticas sociais e de saúde é para a instituição de parcerias público privadas, nomeadamente entre Estado e IPSS's; Estado – Autarquias Locais – IPSS's; e, mais recentemente, Estado – famílias, princípios estes enunciados no PNAI 2006/2008:

*“A **consagração de direitos básicos de cidadania**, que postula o direito ao trabalho e a apoios básicos com vista à inserção, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural; A **responsabilização** e a **mobilização** do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço de erradicação das situações de pobreza e exclusão, com particular enfoque na contratualização das respostas de protecção social.”*

Ora, esta última realidade tem encontrado resistências, nomeadamente pelo carácter de envolvimento humano que exige, pelo paradigma humano em que se tornou a sociedade dos nossos dias (mais fria e distante nas relações de amizade e de família) e pelo resultado gerado pela globalização económica com efeitos directos na organização da sociedade e na forma desta se relacionar e despende tempo e atenção na protecção aos familiares mais idosos, tal como refere Jacques Delcourt (WALZ; 2000).

Muito desta ideia de parceria Estado/Famílias passa pela não institucionalização dos idosos, apostando o Estado em apoiar economicamente a família que, desta forma, passaria a assumir de uma forma mais efectiva a sua obrigação societária de cuidar de quem já cuidou de si (ver citação anterior).

Ora, não é essa a realidade que observamos no nosso estágio. E a realidade é a do estágio da institucionalização.

Deste modo temos, em primeira instância, que conhecer a instituição Lar Jacinto Faleiro, entidade que enquadra o presente estágio. De seguida, e não menos importante, temos que conhecer a nossa população-alvo. Neste caso os idosos institucionalizados.

Como complemento e instrumento fundamental do nosso estudo, devemos compreender o meio onde os idosos estão inseridos.

Sobre a caracterização de uma IPSS, estas têm por fim o exercício da acção social, nomeadamente, na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade, exclusão ou carência humana, contribuindo para promover a inclusão e a integração social, desenvolvendo para tal, diversas actividades que se constituam de apoio a crianças e jovens, às famílias, juventude, terceira idade, invalidez e, de um modo geral, a toda a população necessitada.³

O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, referindo no seu artigo 1º que:

“São instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços”⁴.

Quanto à sua natureza, as instituições particulares de solidariedade social podem ser associações ou fundações, conforme previsto no art.º 2.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS).

No capítulo associativo incluem-se as associações de solidariedade social de voluntários de acção social; as associações de socorros mútuos ou associações mutualistas e as irmandades da Misericórdia.

Quanto às associações mutualistas, estas dispõem de um regime autónomo previsto no Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março, que veio aprovar o Código das Associações Mutualistas e regulado pela Portaria n.º 135/2007, de 26 de Janeiro.

São de natureza fundacional as fundações de solidariedade social; os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social, previsto no art.º 40.º e art.º 41.º do EIPSS.

De referir ainda que as IPSS pertencem ao chamado Terceiro Sector, sendo que este é constituído por organizações criadas por iniciativa de cidadãos, tendo estas como objectivo a prestação de serviços ao público, sem fins lucrativos (Martins; 2007).

³ Fonte: www2.seg-social.pt [Consultado em 25/11/2009], disponível em <http://www2.seg-social.pt/left.asp?01.03.01>

⁴ Fonte: www2.seg-social.pt [Consultado em 25/11/2009], disponível em <http://www2.seg-social.pt/left.asp?01.03.01>

Constituem a política social da instituição o apoio a crianças e jovens; o apoio à família; o apoio à integração social e comunitária; a protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; a promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; e a educação e formação profissional dos cidadãos.

No capítulo do financiamento⁵, a instituição observada assenta os seus rendimentos em auto-financiamento, seja pela quotização, prestação de serviços ou ainda pela exploração do seu património, constituído por 19 prédios rústicos, nomeadamente na comercialização agro-pecuária. Por outro lado, os acordos estabelecidos com a Segurança Social possibilitam o encaixe de uma parte considerável do orçamento da instituição, ainda que, foi-nos referido, algumas prestações de serviços à comunidade idosa e infantil se mostrem deficitários face às participações estatais.

Ainda em matéria de financiamentos, e tal como é referido no Plano de Actividades em anexo, a instituição está a proceder ao alargamento do seu Pólo II, dedicado à resposta social de Lar:

*“Este investimento irá originar a contracção de um empréstimo bancário, pois as economias efectuadas ao longo dos anos, associadas ao subsídio atribuído pela Câmara Municipal de Castro Verde, só por si não conseguem fazer face aos encargos totais que se cifram em cerca de 500.000 €”.*⁶

Por outro lado, saliente-se, o património da instituição, na sua esmagadora maioria, resulta do legado de Jacinto Manuel Faleiro, pertencente a abastada família do concelho de Castro Verde, à antiga Misericórdia.⁷

A organização do Lar Jacinto Faleiro obedece à estrutura típica das organizações do Terceiro Sector, ou de uma associação. O seu organigrama é vertical, numa perspectiva de representação hierárquica. Crozier, citado por Isabel Guerra (Guerra; 2002), defende que as organizações são accionadas pelos actores e que, se essas regras existem, é porque elas correspondem a relações de interesse e de poder no seio das organizações. Tendo em conta que um organigrama é tido como uma forma de comunicação nas organizações,

⁵ Referido nos números 1,2 e 3 do artigo 12º dos Estatutos do Lar Jacinto Faleiro que se encontram em anexo;

⁶ Em anexo, Plano de Actividades do Lar Jacinto Faleiro - Página 1, parágrafo 3;

⁷ Ver “Caracterização da Instituição” no presente relatório;

temos portanto que interpretar esta comunicação no sentido de informar os colaboradores sobre quais os níveis de responsabilidade, autoridade, decisão e acção de cada um dos actores representados nesse mesmo organigrama.

Defende Crozier (Guerra, Isabel; 2002:26) que os sistemas têm mecanismos integradores que coexistem com tensões e contradições. É o conhecimento do limite destas contradições que permite adaptar as organizações de mecanismos que permitam a sua existência. Como mecanismos integradores poderemos considerar a acção do assistente social no seio da instituição, procurando introduzir alterações, mediando os conflitos entre os diversos departamentos e o topo da hierarquia e ajustando as exigências dessa hierarquia perante o objecto e a finalidade deste tipo de instituição.

Em função do que se afirmou anteriormente, o organigrama do Lar Jacinto Faleiro corresponde ao postulado de Crozier, citado por Guerra (Guerra; 2002:26) sobre a homogeneidade do campo social, postura esta próxima da ecologia humana, onde os comportamentos e valores humanos coexistem com outros elementos naturais que os podem influenciar.

Assim, o órgão de decisão máxima reside na “Assembleia Geral”, onde as decisões do órgão executivo (Direcção) são ratificadas ou não. Este órgão detém poderes⁸ para, inclusive, dissolver a Direcção.

A Direcção é o órgão executivo da instituição⁹, responsável pela gestão da organização, dotado de poderes que lhe são conferidos estatutariamente ou pela Assembleia Geral. Pela inerência de funções os seus elementos estão mais próximos dos colaboradores, nomeadamente pelos responsáveis pelas áreas de actividade ou departamentos.

O Conselho Fiscal é o órgão que, por definição estatutária¹⁰, fiscaliza a acção da Direcção no capítulo financeiro. Esta fiscalização assenta sobretudo na observância das regras contabilísticas legais e adaptadas à instituição, verifica e dá parecer sobre a execução orçamental e contabilística da Direcção. Presta contas à Assembleia Geral.

Seguidamente temos três Departamentos distintos: Área Social; área administrativa e financeira e área agrícola.

⁸ Referidos no Artigo 29 dos estatutos do Lar Jacinto Faleiro, em anexo;

⁹ Referidos no Artigo 35 dos Estatutos do Lar Jacinto Faleiro, em anexo;

¹⁰ Referidos no Artigo 41 dos Estatutos do Lar Jacinto Faleiro, em anexo;

Cada um destes Departamentos detém uma função específica no funcionamento da instituição, surgindo representados no organigrama como forma de informar sobre o limite da sua responsabilidade e acção no seio da organização.

Para o presente relatório importa especificar a dimensão da área social. No caso presente é o departamento mais importante da instituição, tendo em conta o seu objecto social. Divide-se em duas áreas distintas: idosos e crianças. Tem um Director Técnico, responsável pela coordenação¹¹ e gestão de todo o Departamento, quer se trate das políticas sociais da instituição quer sejam questões relacionadas com admissão de utentes, pessoal, etc.; co-adjuvado por directores de cada uma das respostas sociais existentes. São cinco respostas sociais, três na área dos idosos e duas na área infantil.

As respostas compreendem: Lar (Pólo I e II); Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Jardim de Infância (creche e pré-escolar) e Intervenção Precoce. Adiante, no presente relatório se apresentará individualmente cada uma destas respostas sociais.

É fundamental fazer um outro tipo de enquadramento, sobretudo pela necessidade de se fornecerem dados que permitam a quem consultar o presente relatório, ter uma ideia precisa e objectiva sobre a dimensão da instituição enquadradora do presente estágio.

Deste modo acrescenta-se que, conta hoje com 404 sócios, 366 utentes (no Conjunto de todas as respostas sociais), e um total de 110 funcionários/colaboradores. Destes, contam-se 4 licenciadas em Serviço Social, 1 Técnica de Reabilitação, 41 Ajudantes de Acção Directa, 1 Administrativo, 1 contabilista, 1 chefe administrativo, 1 ecónomo, 2 Motoristas, 2 Recepcionistas, 18 Auxiliares de Serviços Gerais, 1 Encarregado Geral, 4 Trabalhadores Agrícolas, 5 Educadoras de Infância, 13 Cozinheiras, 15 auxiliares de Acção Educativa.

A instituição presta apoio social nas áreas de Lar; Centro de Dia; Animação Sócio-Cultural; Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado; Creche; Jardim de Infância e Intervenção Precoce.

Ao nível da resposta de Lar, a instituição conta actualmente com dois pólos em funcionamento, em regime de internamento, e presta apoio a 88 idosos. Do ponto de vista da acção junto dos utentes, é prestado apoio psicossocial aos utentes, com o intuito de estabelecer uma verdadeira relação idoso/família/comunidade, garantindo, simultaneamente, uma efectiva prestação dos cuidados básicos ao idoso.

¹¹ Conforme redacção do Regulamento Interno da Instituição, em anexo;

Esta resposta social compreende a protecção dos cidadãos na velhice e invalidez bem como todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; alojamento colectivo de utilização permanente/temporária para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência/autonomia; criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar; encaminhar e acompanhar pessoas idosas.

Destina-se a Idosos em situação de vulnerabilidade económica e social, sem familiares directos; idosos com familiares directos mas sem condições para prestar qualquer tipo de acompanhamento social por razões: profissionais, saúde, habitacionais, dificuldades económicas.

Actualmente o Pólo I abrange em internamento 55 utentes em regime normal, comparticipados pela Segurança Social.

O Pólo II, é o pólo mais recente da resposta social do Lar, foi remodelado e iniciou actividade no ano de 2003, dando apoio a 33 utentes em regime de internamento.

Para além dos serviços efectuados que se encontram discriminados no regulamento interno¹², o Lar Jacinto Faleiro proporciona aos seus utentes actividades de Animação Sócio – Cultural; actividades de psicomotricidade; actividade física para a Terceira Idade; actividades lúdicas; passeios; excursões; intercâmbios e festas

O Centro de Dia é uma resposta social do Lar Jacinto Faleiro, desenvolvida a partir dos equipamentos dos lares, prestando um conjunto de serviços que contribuem para a conservação das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

Comporta actualmente 22 utentes, participantes activos na vida diária da instituição, quer do ponto de vista das rotinas diárias quer do ponto de vista da Animação Sócio Cultural, sendo objectivos desta resposta social a promoção de serviços adequados à satisfação das suas necessidades; apoio psicossocial; fomento das relações interpessoais e intergeracionais; contributos para a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida; acção concreta para retardar ou evitar a institucionalização; prevenção de situações de dependência e promoção da autonomia.

São público-alvo desta resposta social as pessoas que necessitem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, prioritariamente com 65 ou mais anos, sendo que estes procuram assegurar a prestação de cuidados adequados à satisfação das necessidades tendo em

¹² Documento em anexo

vista a manutenção da autonomia do indivíduo através de cuidados de higiene e conforto; acompanhamento às refeições; tratamento de roupas; actividades de animação/ocupação e acompanhamento ao nível da saúde.

Em matéria de Apoio Domiciliário conta actualmente com 81 utentes, receptores de apoio 365 dias no ano. O serviço é prestado não só na freguesia de Castro Verde, mas também em outras freguesias, numa lógica de resposta às necessidades existentes a este nível no concelho.

Os utentes desta resposta social podem receber cuidados a vários níveis, consoante as suas necessidades e vontade.

Esta resposta social data do ano 2000 no apoio prestado na sede de freguesia, Castro Verde, e, desde 2004, nas localidades de Almeirim, Aivados e Ourique Gare.

Presta cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, de deficiência e/ou impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária. Destina-se a Indivíduos e famílias, prioritariamente, pessoas idosas, pessoas com deficiências, pessoas em situação de dependência, residentes na sede de concelho e nas localidades de Almeirim, Aivados e Ourique - Gare.

Existem duas equipas a trabalhar no terreno, sendo que, no seu conjunto, oferecem um serviço que funciona das 7h30m - 19h30m.

Também ao nível da Saúde o Lar Jacinto Faleiro, mercê de parcerias locais, disponibiliza 2 camas para doentes em fase de convalescença, prestando os inerentes cuidados preventivos e de reabilitação.

O serviço de Apoio Domiciliário Integrado é outra das respostas sociais do Lar Jacinto Faleiro, e que visa apoiar, em parceria com os serviços do Centro de Saúde, 5 utentes da sede de concelho.

São abrangidas as pessoas cuja situação de dependência tenham sido avaliadas pela equipa de cuidados integrados e em conformidade com o definido no plano de cuidados personalizados.

São objectivos da sua intervenção promover a autonomia das pessoas em situação de dependência e o reforço das capacidades e competências das famílias para poder lidar com as respectivas situações. Assegura este serviço uma equipa multidisciplinar constituída por Assistentes Sociais; Ajudantes de Apoio Domiciliário; Enfermeiros e Médicos.

Ao nível da Intervenção Precoce, a equipa é constituída por 5 elementos, de entre eles: Assistente Social, Educadora de Infância, Terapeuta da Fala, Fisioterapeuta e Enfermeira. São abrangidas por este resposta social 33 crianças entre os 0 e os 6 anos.

O actual serviço de Intervenção Precoce foi criado em 2005, pela celebração de um acordo entre o Centro Distrital de Segurança Social, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Administração Regional de Saúde do Alentejo/Sub-Região de Saúde de Beja e a Instituição Lar Jacinto Faleiro.

Trata-se de uma medida de apoio integrado, cujo objectivo está centrado na criança e na família, consagrando acções preventivas e habilitativas, nomeadamente ao nível da educação da saúde e da acção social, conforme Despacho Conjunto 891/99¹³

São as crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, o principal cliente alvo desta intervenção, e que apresentem deficiência ou risco grave de desenvolvimento. Por outro lado, esta resposta procura dar apoio às famílias, concretamente nas suas necessidades de adaptação às características próprias da criança, agindo ainda no meio social, como facilitador da sua integração social.

Esta resposta social funciona em articulação com os hospitais, centros de saúde, Centro de Paralisia Cerebral de Beja e outros, na área da saúde; e com jardins-de-infância, creches e escolas na área da educação. Também a Segurança Social é um dos actores privilegiados em termos de parcerias.

O auxílio prestado reveste-se de apoio social às crianças e às suas famílias; apoio educativo integrado no domicílio, na creche, no jardim-de-infância e noutros âmbitos em que a criança está inserida; no apoio pedagógico e na terapia da fala.

O início da intervenção faz-se nas instituições de educação, saúde e Segurança Social, nomeadamente após ser feita a sinalização dos casos, procedendo-se posteriormente ao encaminhamento desses casos para a Equipa Directa de Intervenção Precoce. Esta sinalização poderá ser efectuada também por famílias ou outros particulares.

No que toca à creche, esta é uma resposta social, destinada a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, estando assim vocacionada para o apoio à criança e à família.

¹³ Documento em anexo

São objectivos anunciados pela instituição, neste particular, proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante a separação parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado; colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças; colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado; prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar.

Actualmente a Creche acolhe cerca de 65 crianças.

No que diz respeito ao pré-escolar, trata-se de uma resposta vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e de apoio à família. Esta é uma resposta com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação.

São objectivos da instituição através desta resposta social a promoção do desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionando-lhe condições de bem-estar e segurança; contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; despertar a curiosidade e o pensamento crítico; proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança; incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade; apoiar a família através de fornecimento de refeições e de prolongamentos de horários com actividades de animação sócio-educativa.

O pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e actualmente acolhe cerca de 51 crianças.

Análise da População Alvo

A Instituição insere-se num meio rural, em que os rendimentos dos utentes relativamente às pensões auferidas são baixas, situação que se comprova através do “Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Castro Verde – 2006-2009”, que identifica como primeiro factor de risco a pobreza e exclusão da população idosa, e onde se refere que em relação aos rendimentos, o valor médio anual de pensões pago em Castro Verde (2006) é mais baixo do que o valor médio registado no distrito e na região.

Ainda com base no Plano de Desenvolvimento Social de Castro Verde, os baixos rendimentos caracterizam um quadro de privação, perda de autonomia, más condições

habitacionais, falta de acesso a bens e serviços básicos para o seu bem-estar afectam uma parte significativa da população idosa.

Serve esta introdução a propósito do estatuído pela instituição relativamente às admissões na resposta de Lar. Assim, refere a alínea b) do artigo 5º dos Estatuto do Lar Jacinto Faleiro¹⁴, podem ser admitidos como associados os indivíduos de ambos os sexos, que reúnam, entre outras, a seguinte condição: “*Sejam naturais, residente ou ligados por laços de afectividade ao concelho da*

sede da instituição”. Do mesmo modo se comprova que o ambiente que caracteriza as condições de vida da população idosa do concelho é “favorável” à introdução de mecanismos e políticas de apoio social que tenham como objectivo ultrapassar o actual quadro.

Comprovou-se igualmente, através da observação no local de estágio, à elevada procura da instituição com vista à institucionalização, nomeadamente por via de familiares próximos da pessoa idosa. Invariavelmente constatou-se a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, em dar resposta às solicitações em função dos limites de lotação da resposta social estarem, há muito, preenchidos, e ser dado cumprimento rigoroso às exigências legislativas referentes à ocupação das vagas existentes. Bem como, assim, dos valores de reforma ou pensão declarados para o cálculo das prestações sociais a receber pela instituição em função dos serviços prestados. A sua esmagadora maioria fica abaixo dos quatrocentos euros.

Para melhor auxiliar a compreensão do público-alvo, irei socorrer-me da inserção de alguns gráficos. Recordo que estou a reportar-me a dois tipos de respostas sociais: Lar e Centro de Dia.

Os dados a seguir apresentados constituem o resultado da recolha e análise efectuada a partir dos registos individuais dos utentes.

Em primeira instância e no que concerne às idades, é na faixa etária entre os 71 e os 80 anos que mais se verifica um maior número de pessoas institucionalizadas permanentemente (Gráfico 1 em apêndice).

¹⁴ Estatutos em anexo;

O género feminino constitui-se em maior número nas pessoas institucionalizadas, ainda que a diferença entre homens e mulheres na instituição não seja significativa (Gráfico 2 em apêndice).

No que se refere à institucionalização, o levantamento dos dados disponíveis na instituição permitem-nos concluir que cabe maioritariamente aos familiares dar início ao processo de institucionalização do utente, seguido da vontade própria do utente. A sinalização de casos pelos serviços sociais representa um peso quase insignificante, ficando mesmo abaixo do número de casos que são despoletados por amigos/vizinhos ou outros (Gráfico 3 em apêndice).

Foco agora a atenção nos dados relativos às manifestações patológicas dos utentes, nomeadamente quanto à sua gravidade, sendo manifesto que existe um grande número de utentes que apresenta uma condição de saúde normal para a idade que apresenta, muito embora a maioria dos casos apresente situações de gravidade que levaram à institucionalização. Segundo os registos individuais consultados, as patologias mais graves são os AVC, Diabetes tipo 1 e 2, problemas cardíacos, leucemias, asma, Alzheimer; já no que toca às patologias menos graves referem-se a alterações de tensão arterial, reumatismo, perda de visão e/ou audição (Gráfico 4 em apêndice).

Entendi, igualmente, caracterizar a entrada para a instituição consoante os argumentos apresentados pela pessoa que deu início ao processo de institucionalização. A ausência dos familiares que residem longe; e a relação familiares/trabalho/apoio são os argumentos mais validados. Registo também elevado para as pessoas que não têm família (Gráfico 5 em apêndice).

Por último, refira-se os dados referentes ao estado civil das pessoas institucionalizadas. Na sua grande maioria verificamos que a viuvez é a condição mais frequente. Em alguns casos (dois casos) há referência ao estado solteiro, muito embora se tratem de casos em que, verdadeiramente, se trata de pessoas que viveram em união de facto, mas cujo companheiro/a já faleceu (Gráfico 6 em apêndice).

Ao nível da resposta de Centro de Dia, importa sobretudo destacar que a maioria dos utentes desta resposta social pertence ao género masculino (Gráfico 7 em apêndice).

Tal como acontece com a resposta social de Lar, prevalecem as pessoas com mais de 80 anos a usufruir da resposta de Centro de Dia, embora se registre um caso abaixo dos 50 anos (Gráfico 8 em apêndice).

Constata-se também que, ao nível do suporte familiar, a maioria das pessoas não tem um acompanhamento da família fora do ambiente da instituição, sendo que, em muitos casos, é a ausência do espaço geográfico residencial que condiciona tal facto (Gráfico 9 em apêndice).

Referência também para os motivos que levaram os utentes a utilizar o serviço de Centro de dia. Uma vez mais, em larga escala, é a incompatibilidade da situação profissional dos familiares que conduz a esta opção. São poucos os utentes que se referem à necessidade de sociabilização como motivo para recorrerem à instituição (Gráfico 10 em apêndice).

Para finalizar apresento aqui os dados referentes à condição de saúde dos utentes que actualmente utilizam a resposta de Centro de Dia. Na sua totalidade apresentam défice de saúde, muito embora sejam maioritários os utentes que apresentam problemas considerados normais pela instituição, tendo presente a idade dos utentes. Também aqui se registaram casos de patologias mentais (Gráfico 11 em apêndice).

Determinado o público-alvo da intervenção na instituição, acrescente-se que o índice de envelhecimento, segundo dados do Plano de Acção Social do concelho (2006/2009), cifra-se em 190,8%, valor superior à média do Baixo-Alentejo (178%) e à média nacional (114,2%).

Análise do Meio Envolvente

Com uma área de 567,2 Km² e uma população aproximada de 7603 habitantes, distribuída em cerca de uma vintena de localidades de pequena e média dimensão, o concelho está dividido administrativamente em cinco freguesias: Castro Verde, Casével, Entradas, São Marcos da Atabueira e Santa Bárbara de Padrões.

A freguesia de Castro Verde tem uma área de 288,6 km² e uma população de 4820 habitantes, sendo a densidade populacional 16,7 hab/km². Os seus principais aglomerados populacionais são Aivados, Almeirim, Castro Verde, Estação de Ourique, Geraldos, Monte Serro, Namorados e Piçarras.

Do ponto de vista rodoviário o concelho está equipado com infra-estruturas de razoável qualidade. Castro Verde combina ainda uma privilegiada localização, no corredor de ligação do Norte ao Algarve, com a facilidade de acessos a eixos de comunicação fundamentais ao desenvolvimento do Alentejo, como:

- Aeroporto de Beja a 45 Kms, Aeroporto de Faro a 100 Kms, Aeroporto de Lisboa a 200 Kms e Aeroporto de Sevilha a 270 Kms;
- Porto Marítimo de Sines a 95 Kms;
- Cidade de Beja a 42 Kms;
- Cidade de Évora a 120 Kms;
- Estação de Caminho de Ferro a 15 Kms;
- Eixo rodoviário de ligação ao litoral alentejano por Ourique (E.N. 123), de ligação ao litoral algarvio (A2 e I.C. 1), de ligação a Lisboa pela Estação de Ourique (I.C.1), de ligação a Lisboa por Aljustrel (E.N.2), de ligação a Lisboa (A2), de ligação a Mértola (E.N. 123), de ligação a Almodôvar (E.N.2) de ligação a Beja e Évora (I.P.2).

Para além destes, Castro Verde tem ainda uma rede de transportes públicos diários com ligação a Beja, Évora, Lisboa, Tomar, Coimbra, Braga, Elvas e concelhos circunvizinhos.

Quanto a freguesias, Casével tem uma área de 33 km², uma população de 365 habitantes e a sua densidade populacional é de 11 hab/km². Dista cerca de 10 km de Castro Verde e é a freguesia do concelho com menor número de habitantes. Dedicando-se estes, essencialmente, à agricultura e à pecuária, existindo ainda alguma influência do pequeno comércio.

A freguesia de Entradas tem cerca de 774 habitantes. Estende-se por uma área de 75,9 km² e é muito rica ao nível do património natural. As aves estepárias encontram aqui o seu habitat, e nos últimos tempos, o trabalho desenvolvido por diversas entidades, com especial destaque para as ligadas às práticas agrícolas, tem permitido classificar o território como essencial para a conservação de determinadas espécies, como é o caso da Abetarda.

A freguesia de Santa Bárbara de Padrões tem cerca de 1600 habitantes e é constituída por nove aglomerados populacionais. Estende-se por uma área de 66,3 km² e situa-se a 13 km da sede de concelho.

A sua actividade está intimamente ligada à riqueza do subsolo, pois é aí que se encontra a Mina de Neves Corvo, a maior exploração de Cobre da Europa, que retomou o curso da história, pois segundo a interpretação dos vestígios arqueológicos, desde muito cedo que esta área do concelho está ligada à actividade da mineração.

Para além da indústria extractiva, a freguesia está economicamente ligada à agricultura e à pastorícia, conforme reflectem os hábitos artesanais, sendo outrora esta freguesia o expoente máximo do concelho na tecelagem, abundavam cardadores e tecedeiras entre os

ofícios dos seus habitantes. Apesar dos muitos esforços efectuados, esta actividade encontra-se em declínio.

A freguesia de São Marcos da Atabueira situa-se a 13 km da sede de concelho e herdou o seu nome do facto de se localizar perto de um ribeiro, onde crescem as atabuas (planta), junco e outras plantas paludosas.

Tem cerca de 526 habitantes e a suas principais actividades económicas são a agricultura e a pecuária. Também aqui a estepe é predominante e a área da freguesia é classificada de interesse ornitológico, decorrendo mesmo algumas experiências em termos de conservação de espécies, como é o caso do Peneireiro das Torres.¹⁵

Diagnóstico

O **diagnóstico** é uma das fases da construção de um projecto de intervenção. Nesta fase há a constatação sobre a situação actual e a desejada, as dificuldades e resistências e as condições de sucesso ou insucesso (cf. Guerra, 2002:127).

Conhecer a realidade é um processo complexo e, sobretudo, necessário à construção do projecto de intervenção (cf. Guerra, 2002:129), uma vez que permite conhecer em concreto a realidade onde se pretende actuar e a forma como se deve actuar. O conhecimento sobre esta realidade exige, segundo Isabel Guerra (2002), conhecimentos teóricos e metodológicos com alguma profundidade.

O diagnóstico é, portanto, um processo de pesquisa-acção participado e utiliza quer as técnicas tradicionais de pesquisa, quer outras (cf. Guerra, 2002:129). Entende-se assim que, em causa, está o conhecimento científico dos fenómenos sociais e a capacidade de definir intervenções que atinjam as causas dos fenómenos e não as suas manifestações aparentes (cf. Guerra, 2002:129). Quer isto dizer que é necessário ir para além do senso comum e do que superficialmente nos é possível observar e/ou concluir. O aprofundamento do conhecimento da realidade é o processo que nos trará as conclusões mais fiéis às necessidades verdadeiramente existentes num dado contexto social.

Ao realizar um diagnóstico procura-se identificar as mudanças sociais que formam uma determinada problemática sobre a qual vamos intervir. Acontece, porém, que a dinâmica da realidade actual tende a complicar esta tarefa. Exemplos dessa dinâmica são apontados por Isabel Guerra (2002), nomeadamente pela revolução tecnológica em curso, as crises económicas, a alteração dos valores culturais, o fim do Estado-Providência, entre outros.

¹⁵ In – Trabalho apresentado para a disciplina de População e Território sobre Castro Verde, Curso de Serviço Social, 1º ano, Escola Superior de Educação de Beja, 2007. Gonçalves, Leandro; André, Ana; Correia, Mónica; Costa, Carolina. Em apêndice.

Para enquadrar um diagnóstico é necessário ter um modelo aberto, mas cientificamente assente em referências teóricas e um conhecimento das necessidades em acção social (cf. Guerra, 2002:130).

Esta realidade pode originar a necessidade em conhecer uma grande diversidade de temáticas e áreas de intervenção. Por sua vez, e se a realidade estudada determina a existência de um alargado conjunto de problemas, torna-se difícil teorizar as dinâmicas de mudança que associam as diferentes problemáticas (cf. Guerra, 2002:130). Dito de outra forma, o estudo e diagnóstico de um determinado contexto pode levar à identificação de uma lista alargada de questões cuja problematização teórica se afigura extremamente complexa. É necessário, portanto, criar eixos problemáticos (cf. Guerra, 2002:131), e procurar identificar as causas e os efeitos de tais problemas.

Temos, assim, que o diagnóstico se elabora a partir de informação exógena à instituição/entidade em que trabalhamos, mas também em informação endógena, correspondendo essa informação a níveis quantitativos e qualitativos. Daqui se infere que a recolha de informação é absolutamente fundamental à elaboração de um bom diagnóstico e consequente intervenção.

O diagnóstico refere-se, portanto, ao conhecimento alargado do meio social, nomeadamente nas questões que se referem à intervenção, e demonstra uma dimensão mais alargada do que a mera identificação do problema (cf. Guerra, 2002:132). Quer isto dizer que deve existir uma interacção entre as variáveis em presença e a identificação das potencialidades e recursos do meio, para além das suas vulnerabilidades. Esta identificação deve corresponder à intervenção em causa e não a um universo mais lato.

Concentro-me agora numa outra dimensão sobre a elaboração de um diagnóstico. Este pode ocorrer a partir da identificação dos problemas, naquilo a que já nos referimos como a *análise das necessidades*. Assim, segundo Guerra, a forma mais tradicional de iniciar um projecto é através da identificação dos problemas. Quer isto dizer que o diagnóstico, grosso modo, constituir-se como o levantamento do que está ou existe, por oposição ao que deveria estar ou existir.

Está, portanto, claro que o diagnóstico é um elemento essencial e prévio à elaboração concreta de qualquer projecto de trabalho. É, por assim dizer, “o *aprofundamento das dinâmicas de mudança, das potencialidades e dos obstáculos numa determinada situação*” (Guerra, 2002: 134), sendo permanente, participado e, deste modo, constantemente inacabado. Conclui-se, portanto, que sendo constante e permanente, é, amiúde, sujeito a

diferentes intensidades, num contexto mais profundo inicialmente e menos exigente na sua fase final (cf. Guerra, 2002:134).

Em função dos objectivos que se pretendem alcançar em determinado contexto de mutação da realidade estudada, existe a necessidade de planear o projecto a levar a cabo. É através deste planeamento que o actor social (Assistente Social para o caso em apreço) pode ser assertivo no seu desempenho, nomeadamente por determinação do que é essencial e acessório, do verdadeiro objectivo da sua intervenção, das etapas que deve percorrer e quando, num procedimento que, em si, facilitará as fases de avaliação do seu desempenho e dos resultados obtidos.

Para se poder aprofundar uma determinada problemática estudada e, por consequência, diagnosticada, é igualmente necessário fazer o levantamento das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças (cf. Guerra, 2002).

Ao nível do diagnóstico existem também diferentes níveis de necessidades e de grupos-alvo. O diagnóstico deve considerá-los, nomeadamente as suas necessidades específicas e, particularmente, a diversidade do seu funcionamento. Isabel Guerra (cf. Guerra, 2002:135) identifica três níveis de actores envolvidos num projecto, classificando-os como **os beneficiários da acção, os condutores da acção e os encomendadores/decisores da acção**.

- Num primeiro nível encontramos o grupo alvo, ou aqueles para quem a acção é dirigida;
- Num segundo nível encontramos os responsáveis pela execução da acção;
- Num terceiro nível encontramos aqueles de quem depende a acção, mesmo que não estejam directamente implicados nesta.

Considerando os três níveis aqui explicitados, é necessário destacar a sua interacção durante o projecto, sendo que o primeiro nível se encontra no âmago da acção, o segundo nível provoca alterações no primeiro nível através da sua actividade e, por último, o terceiro nível sofre a influência da concretização do projecto.

Descodificadas estas características do diagnóstico, importa destacar quais são os objectivos e as funções do diagnóstico. Este inclui sempre três operações (cf. Guerra, 2002). Uma fase de pré-diagnóstico, caracterizada por uma acção exploratória, com base na documentação existente; uma fase de diagnóstico, com recolha de informação original; e uma fase de hierarquização dos problemas e de esboço de soluções vistas como alternativas ao existente. Estas operações *“vão-se realizando já com acções em curso,*

sendo o diagnóstico um elemento pedagógico de aprofundamento e discussão dos problemas, das potencialidades e do projecto em causa” (Guerra, 2002:135).

Objectivamente, o diagnóstico procura documentar o estado em que a instituição se encontra face ao problema identificado; determina a extensão e a importância dos problemas e das suas causas; identifica as questões-chave a partir das quais se pode desenhar a intervenção (cf. Guerra, 2002). Importante é também referir que o diagnóstico, para cumprimento dos seus objectivos, deve abranger a análise do contexto social, económico e cultural onde reside o problema, bem como as potencialidades e os mecanismos que potenciam a mudança e as aspirações que são expressas pelos vários grupos sociais face ao problema e à sua evolução (cf. Guerra, 2002).

Definidas as diversas dimensões que caracterizam e determinam a realização do diagnóstico, importa definir as prioridades de intervenção ou, dito de outra forma, hierarquizar os problemas. Sendo certo que o diagnóstico, conforme já afirmamos anteriormente, é passível de identificar vários problemas e não apenas um, é necessário levar em linha de conta os recursos disponíveis, que podem ser de vária ordem – financeiros, humanos, técnicos e temporais – e condicionantes da acção. De tal modo que a intervenção poderá cingir-se à transformação de uma única problemática. Identificá-la faz parte da hierarquização dos problemas. Refere Guerra (cf. Guerra, 2002), que essa selecção é realizada por comparação e tendo em vista, à partida, dois critérios: a dimensão e a natureza do problema e o carácter reprodutivo que assume. No caso da dimensão e natureza do problema, o diagnóstico deve ter identificado o tipo de impacto do problema (pessoas atingidas e gravidade do problema). Essencialmente estamos a aferir através de elementos quantitativos e qualitativos (cf. Guerra, 2002).

Na construção do diagnóstico em torno da instituição e do grupo de utentes ali residente, para lá dos métodos já referenciados no relatório de Estágio I, proponho agora o aprofundamento obrigatório das realidades observadas, nomeadamente através de uma maior interacção com os utentes.

Cabe neste particular a entrevista a um número de utentes que, objectivamente, corresponda a uma amostra do todo do grupo. Pretendo, conforme afirmado anteriormente, uma maior interacção com os utentes, sendo que a entrevista se distingue, enquanto método, pela aplicação de processos comunicacionais e humanamente interactivos (cf. Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van; Manual de Investigação em Ciências Sociais; Gradiva; 2005:191). Neste particular refira-se que, à entrevista, corresponde a “extracção” de informações e elementos que, devidamente valorizados, permitem acrescentar mais-

valias a toda a observação realizada (cf. Quivy. Campenhaut; 2005:192). Mais objectivamente, a entrevista caracteriza-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e, em algumas variantes da entrevista, por uma relativa fraca directividade da parte do investigador.

Neste contexto, é através da entrevista que se estabelece uma verdadeira troca, onde o interlocutor exprime as suas percepções em torno de uma situação em estudo, a sua interpretação acerca de determinadas ocorrências e a sua experiência em relação a algo (Quivy. Campenhaut; 2005).

Por outro lado, o investigador, através do recurso a perguntas abertas e das suas reacções facilita a expressão do interlocutor, evita que este se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor afirme um elevado grau de autenticidade e de profundidade (Quivy. Campenhaut; 2005).

Da mesma forma se adopta a variante semidirectiva. Esta possui um estilo não totalmente aberto nem encaminhado por um grande número de perguntas precisas (Quivy. Campenhaut; 2005). Ocorre, amiúde, o investigador criar uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, onde se torna imperioso obter respostas da parte do entrevistado (Quivy. Campenhaut; 2005). Quanto à condução da entrevista, deverá o investigador dar liberdade na forma de responder do interlocutor, procurando, deste modo, que este possa responder abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que entender. Compete ao investigador reencaminhar a entrevista para os objectivos que pretender, sempre que o interlocutor se afastar deles, ao mesmo tempo que formulará as perguntas que, por forma natural, o interlocutor não alcançou (Quivy. Campenhaut; 2005).

Para o presente diagnóstico recupero as conclusões do trabalho realizado durante o Estágio I, momento onde foi possível fazer uma prévia identificação acerca da realidade existente na instituição Lar Jacinto Faleiro, do grupo onde se pretende actuar e que transformação se pretende.

Após esse primeiro trabalho, diria, prospectivo, identificou-se o grupo de idosos que utilizam a resposta social de Lar como o grupo a intervir. A seguir apresento os principais dados referentes a este grupo.

Assim, no caso da resposta de Lar estamos em presença de um grupo homogéneo quanto ao género, com maior peso etário na faixa entre os 81 e os 90 anos e que tem como característica mais comum o facto de estar institucionalizado por opção de familiares. Embora existam casos de vontade própria. Ao nível da saúde este grupo encontra-se, diria,

“dividido” em função da gravidade das patologias que apresenta. Cerca de metade do grupo padece de patologias graves (AVC, Diabetes tipo 1 e 2, problemas cardíacos, leucemias, asma, Alzheimer), sendo que outra metade manifesta situações de menor gravidade (tensão, reumatismo, perda de visão e/ou audição) vistas pela instituição como perfeitamente enquadradas na idade dos utentes. Os dados foram recolhidos a partir das fichas individuais dos utentes.

Outro factor comum no seio do grupo é o estado civil, sendo a maioria viúvos/as. Há igualmente uma prevalência de casos de indivíduos solteiros/as com filhos.

Em função da metodologia utilizada, e face à inexistência de dados na instituição, no caso particular da formação académica predominante do grupo foi possível, nesta fase, concluir que o grau de instrução é extremamente básico ou de absoluta iliteracia.

Na esmagadora maioria dos casos estes indivíduos surgiram na instituição como consequência da impossibilidade dos seus familiares poderem garantir a atenção de que necessitam, relacionando-se esse défice de atenção ou disponibilidade com as relações laborais dos familiares em questão.

De referir igualmente que o quadro económico reflecte uma situação de baixos rendimentos com origem em pensões de valor muito reduzido.

Apresenta-se de seguida quadro resumo dos problemas e potencialidades do grupo em estudo:

Grupo Resposta Social de Lar	Tipo de Grupo	Problemas	Potencialidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Constituído por homens e mulheres; • Faixa etária entre os 65 e os 101 anos de idade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde precária; • Pouco ou inexistente suporte familiar; • Baixos rendimentos; • Fraca socialização¹⁶. 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência de vida acumulada; • Conhecedores de ofícios; • Simpatia¹⁷; • Capacidade de gerarem empatia¹⁸; • Vivem num espaço geográfico que identificam culturalmente como seu; • Consciência dos seus problemas; • Identificam-se com valores.

¹⁶ Com base nas respostas obtidas em entrevista;

¹⁷ Com base na observação do estagiário;

¹⁸ Com base na observação do estagiário;

Entrevista

Na construção do diagnóstico em torno da instituição e do grupo de utentes ali residente, para lá dos métodos já referenciados no relatório de Estágio I, proponho agora o aprofundamento obrigatório das realidades observadas, nomeadamente através de uma maior interacção com os utentes.

Cabe neste particular a entrevista a um número de utentes que, objectivamente, corresponda a uma amostra do todo do grupo. Pretendo, conforme afirmado anteriormente, uma maior interacção com os utentes, sendo que a entrevista se distingue, enquanto método, pela aplicação de processos comunicacionais e humanamente interactivos (cf. Quivy. Campenhoudt. 2005:191). Neste particular refira-se que, à entrevista, corresponde a “extracção” de informações e elementos que, devidamente valorizados, permitem acrescentar mais-valias a toda a observação realizada (cf. Quivy. Campenhoudt; 2005:192). Mais objectivamente, a entrevista caracteriza-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma relativamente fraca directividade da parte do investigador.

Neste contexto, é através da entrevista que se estabelece uma verdadeira troca, onde o interlocutor exprime as suas percepções em torno de uma situação em estudo, a sua interpretação acerca de determinadas ocorrências e a sua experiência em relação a algo (Quivy. Campenhoudt; 2005).

Da mesma forma se adopta a variante semidirectiva. Esta adopta um estilo não totalmente aberto nem encaminhado por um grande número de perguntas precisas (Quivy. Campenhoudt; 2005). Ocorre, amiúde, o investigador criar uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, onde se torna imperioso obter respostas da parte do entrevistado (Quivy. Campenhoudt; 2005).

Na formulação das perguntas, deve o pesquisador usar de cuidado para não formar perguntas ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem procurar dar continuidade à conversação, procurando dar sentido lógico ao entrevistado. Para se obter uma descrição real deve o entrevistado fazer com que o interlocutor recorde parte de sua vida. Obter este resultado depende, em grande medida, que o entrevistador apele à memória do entrevistado (Bourdieu, 1999)

A principal vantagem da entrevista semi-estruturada é que ao dirigir o assunto para a área que lhe interessa e intervir em momentos oportunos ajuda a obter um conteúdo com mais interesse.

As desvantagens da entrevista semi-estruturada relacionam-se muito mais com as limitações do próprio entrevistador, nomeadamente com o dispêndio de tempo. Há ainda as questões relacionadas com a insegurança do entrevistado em relação ao seu anonimato. Bourdieu (1999) refere ainda que para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão entrevistadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas tenham alguma familiaridade com o entrevistador ou apresentadas a ele por outras pessoas que se relacionem com o entrevistado.

Neste particular refira-se que a amostra da nossa entrevista foi feita por conveniência, envolvendo quatro homens e duas mulheres, todos com idade superior a 70 anos, e uma permanência na instituição entre um e oito anos. Do mesmo modo, procurou-se envolver utentes com e sem retaguarda familiar. Todos os entrevistados foram apresentados ao entrevistador pela Directora Técnica da instituição, com que já têm uma relação de proximidade e confiança.

Para melhor rentabilizar a atenção e participação dos entrevistados o entrevistador precisa de, constantemente, fornecer sinais de entendimento e de estímulo. Esta postura facilitará a relação estabelecida (Bourdieu, 1999). A entrevista deve ainda oferecer ao entrevistado um ambiente profícuo para que este possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas. Bourdieu (1999) explica que os interlocutores mais fragilizados ou a passar por algum constrangimento geralmente aproveitam essa situação para se fazer ouvir, levar para os outros sua experiência e muitas vezes é até uma ocasião para eles se explicarem.

Análise das entrevistas

Aqui procurarei destacar a informação mais relevante¹⁹ no que diz respeito ao enquadramento histórico da vida pessoal dos utentes entrevistados, procurando extrair as principais conclusões e pistas fornecidas pelas respostas dadas no decorrer das entrevistas realizadas; de igual modo se processa em relação aos dados acerca do seu percurso pessoal, profissional e familiar até à institucionalização; e finalmente em relação à institucionalização e o dia-a-dia no Lar, hábitos e relações geradas no seio deste.

Assim, dos seis utentes entrevistados apenas um exerceu uma profissão especializada. Sob este prisma, entendeu-se caracterizar do ponto de vista da sociologia o que é considerado trabalho qualificado e não qualificado. Escreve Giddens (2001:381) que *“a existência de uma divisão do trabalho extremamente complexa e diversificada constitui uma das características mais distintivas do sistema económico das sociedades modernas”*, sendo que o trabalho se

¹⁹ Quadro de análise das entrevistas encontra-se em Apêndice;

divide em numerosas ocupações diferentes, em que as pessoas se especializam. Segundo Giddens, nas sociedades tradicionais *“o trabalho não agrícola baseava-se em ofícios, cujo domínio perfeito era adquirido depois de um período longo de aprendizagem”*. É com o advento da industrialização e com o recurso às máquinas para se começar a produzir em massa que a qualificação das profissões se manifesta. A este propósito Giddens (2001:381) refere que *“a maquinaria e o equipamento concentravam-se na sua esfera, e a produção em massa de bens começou a eclipsar o artesanato de pequena escala produzido em casa”*. E, deste modo, acrescenta, *“as pessoas que procuravam emprego nas fábricas seriam treinadas para desempenhar uma tarefa específica, recebendo um salário por tal trabalho”*, sendo o desempenho dos trabalhadores supervisionado por directores, preocupados com a implementação de técnicas que melhorassem a produtividade e a disciplina do trabalhador.

Para melhor compreender a distinção entre trabalho especializado e não especializado, Giddens reforça que *“mesmo nas maiores sociedades tradicionais, não havia normalmente mais do que vinte ou trinta ofícios principais, juntamente com escassas ocupações especializadas”*. No sistema industrial moderno existem milhares de ocupações distintas, refere Giddens (2001:381). Segundo esta perspectiva, a especialização de determinada ocupação profissional está relacionada com a produção em massa e com a necessidade de um longo período de “treino” para o seu exercício, ou até mesmo a aquisição de competências académicas que habilitem o trabalhador à execução de determinada tarefa.

Feito o enquadramento em relação à caracterização da actividade profissional, refira-se que cinco dos entrevistados referem ocupações profissionais que se enquadram na caracterização de trabalho não especializado feita por Giddens. São sobretudo ocupações ligadas ao campo, limpezas, pastorícia, trabalhos domésticos e obras.

Conclui-se, portanto, que estes utentes viveram sobretudo numa perspectiva mais independente, de acordo com Marx, citado por Giddens (2001: 381-384) *“a mutação para a industrialização e o trabalho remunerado iria por certo desembocar na alienação entre os trabalhadores. Uma vez empregados numa fábrica, os trabalhadores perderiam todo o controlo sobre o seu trabalho”*.

Entende-se assim que, sob a perspectiva da ocupação profissional, a esmagadora maioria dos entrevistados revelou um percurso onde as decisões em torno do trabalho foram marcadamente pessoais, ainda que sujeitas às necessidades e condicionantes do momento, conforme se extrai da afirmação do entrevistado “Manuel”: *“Limpendo quintais, limpava um quintal a um, limpava os quintais a outro...”*, ou ainda do entrevistado “Carlos”: *“Trabalhei em estradas, trabalhei em obras, pedreiro...”*.

Analisando agora o contexto familiar, refira-se, tal como já feito anteriormente neste relatório, que o conceito de família definido por Giddens (2001:175) descreve um *“grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”*. No entanto a formação da família ocorre, amiúde, pelo casamento, definido por Giddens (2001: 175) como *“uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Quando duas pessoas se casam, tornam-se parentes; contudo o casamento une um conjunto mais vasto de pessoas”*. Enquadrada a perspectiva familiar a analisar, refira-se que apenas um dos entrevistados não tem família. Num outro caso, utente “Carlos”, a família reportada antes da institucionalização é a chamada família nuclear, descrita por Giddens (2001:175) como sendo composta por *“dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com os seus filhos biológicos ou adoptados”*, sendo que actualmente, e apesar de nunca ter casado, tem um filho, tipificando Giddens este caso como uma família monoparental, fora da definição tradicional de família, e que concorre para a influência de “desvantagens sociais” (Giddens. 2001:184). Na mesma linha surge o utente “Rui”, encontra-se separado da companheira, tem uma filha, formando deste modo mais um agregado monoparental. Na fase que antecedeu a institucionalização este utente estava a viver sozinho. Esta é, em síntese, a situação mais comum, a de unidade familiares monoparentais, onde se enquadram as utentes “Maria” e “Joana”, ambas viúvas e a residirem com os filhos até à institucionalização. Apenas um dos utentes ainda é casado e tenha vivido com a companheira até ao momento da institucionalização. A vontade de ambos foi antagónica, tendo o utente “Manuel” optado por ser institucionalizado, ao contrário da companheira. Depreende-se que, apesar de todos os utentes descreverem um percurso familiar distinto, este coincide quanto ao facto de, no meio familiar, se terem verificado distúrbios/desentendimentos entre familiares. A título de exemplo:

- *“...elas diziam-me assim, as minhas noras (...) quando você sendo mais velha a gente não lhe cuida, tem que ir para as suas filhas. E as minhas filhas diziam assim: não, porque a minha mãe não criou só a gente, criou também os vossos maridos. Ah a gente dá qualquer coisa. Aquilo para mim era um choque tão grande, tão grande”*; (Joana);
- *“Sim. Quer dizer, quando a minha filha nasceu já eu me tinha vindo embora. E agora a minha filha está lá sempre. Ela nasceu lá e a mãe nasceu lá e...praticamente não pode vir aqui”* (Rui);
- *“Sim tenho muitas saudades deles. Mais do meu filho, que é a pessoa que estimo nesta vida”* (Maria).

Analisando agora as relações de amizade antes da institucionalização. Giddens (2001:22) refere que uma **sociedade** *“é um sistema de inter-relações que envolve os indivíduos colectivamente”*. Acrescenta ainda o sociólogo que o *“que une as sociedades é o facto dos*

seus membros se organizarem em relações sociais estruturadas segundo uma única cultura”. A este propósito entendo expressar igualmente o que se entende por **cultura**, explicando-o através da visão de Giddens (2001:22), para quem se trata de *“aspectos das sociedades humanas que são apreendidos e não herdados”*, formando assim um *“contexto comum em que os indivíduos de uma sociedade vivem as suas vidas”*.

Neste contexto surge ainda a necessidade de abordar a **socialização**, processo *“através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem”* (Giddens. 2001:27). Refere ainda o autor que *“este processo constitui o principal canal de transmissão de cultura através do tempo e das gerações”*.

Feito este preâmbulo, registe-se que dois utentes entrevistados sublinharam a sua *“indiferença”* perante a importância das amizades. *“Nunca tive nada com as pessoas, mas assim, aquelas amizades loucas que muita gente tem...sei lá, não posso ir aqui sem elas, não...para mim é tudo igual”* (Joana); *“Não. Quer dizer...eu...em respeito a amigos eu...fui sempre uma pessoa muito solitária”* (Rui); são dois exemplos bem elucidativos da forma de estar de alguns dos nossos interlocutores, configurando uma outra perspectiva, a de identidade pessoa, caracterizada por Giddens (2001:30) como aquilo nos distingue enquanto indivíduos, segundo o qual *“este tipo de identidade diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta”*. Há, portanto, para estes dois utentes uma noção mais individualizada na sua forma de estar em sociedade.

Por oposição encontramos nos restantes quatro utentes entrevistados uma apetência maior para a socialização com o universo exterior à família. Ora, este contexto ajuda-nos a perceber a forma como estes indivíduos se vêem na instituição e a percepção que têm em relação aos restantes utentes, o que explica o quadro de algum auto-isolamento observado durante o estágio realizado na instituição.

Debruço-me agora em torno do processo de institucionalização, mais em concreto quanto às motivações para que esse quadro se tenha registado. Neste particular refira-se a inter-ligação que é necessário fazer com a análise à dimensão familiar já anteriormente analisada. A referência de alguns utentes quanto ao facto de não terem família, ou de existirem conflitos familiares, explica, em determinada medida, algumas motivações para a institucionalização, conforme se exemplifica:

- *“(...)mas para onde havia de ir. Não podia, era aqui, era aqui, e é aqui que eu estou. Como não estou na cadeia, tenho porta aberta, saio quando quero (...)”* (João);

- “Não podia andar...deu-me uma trombose, e então já não aguentava estar sozinho (...) e já não aguentava muito, e vim aqui para o Lar” (Rui);
- “Era um choque. E é por isso que eu aproveitei e me safei” (Joana).

Sublinho, em particular, que em todas as situações referenciadas há uma vontade própria em seguir o caminho da institucionalização, quer pelos motivos anteriormente descritos, quer pela percepção de dificuldades pessoais em garantir a sua autonomia. Nos entrevistados dividem-se os casos em que o processo de institucionalização foi conduzido pelos próprios ou por terceiros. Em nenhuma circunstância foi referido que discordavam desta nova etapa de vida, o que tendo em conta o já anteriormente analisado quanto à sua identidade pessoal, podemos concluir que há, de facto, uma livre vontade em ser institucionalizado, independentemente das razões objectivas que levaram a esta condição.

Ultrapassada e analisada esta etapa, importa para o nosso diagnóstico perceber em que medida se processa a adaptação dos indivíduos à instituição, sendo que essa adaptação deve ser vista em mais do que uma dimensão. Por ora analiso a o relacionamento entre utentes.

Refere Giddens (2001:30) que o “*processo de interacção entre o eu e a sociedade contribui para ligar o mundo pessoal o mundo público*”. É nesta perspectiva que posso afirmar que o individualismo anteriormente sublinhado na esfera das amizades anteriores à institucionalização se esbate no estádio agora analisado. Sobretudo porque é evidente a noção individual de que se passou a viver num espaço social bastante mais circunscrito, e que por via dessa condição a aceitação das amizades se faz de um modo mais “aberto”, exemplo disso encontramos da generalização dos utentes entrevistados quanto à percepção que demonstram das amizades no meio em que agora vivem:

- “Sim...bem, bem. Eu dou-me bem com toda a gente” (Carlos);
- “Eu dou-me bem com as colegas. Tudo bem” (Maria);
- “Sim, eu converso com toda a gente. Tenho aqui dois ou três velhotes que vêm para cá, ponho-os aqui a marcar passo” (João);
- “Ah, com os outros utentes...sim dou-me bem com eles” (Rui);
- “Eu gosto de estar aqui, de andar aí com o pessoal” (Manuel);
- “Dou-me bem com as pessoas” (Joana).

Este posicionamento sugere-nos uma contradição com o afirmado sobre este mesmo aspecto, embora em contexto pré-institucional. Giddens (2001:30) ajuda-nos a compreender esta atitude, ao referir que “*o mundo moderno força-nos a descobrir-nos a nós próprios. Como seres humanos cientes e auto-conscientes, criamos e recriamos as nossas identidades a todo o momento*”. Para reforçar esta ideia socorro-me de uma afirmação de Ana Alexandra Fernandes sobre esta questão:

o “afastamento de um meio social de pertença e o de integração num outro que lhes é exterior, mas com o qual estabelecem algumas identificações, cria as condições para uma dinâmica de construção de uma identidade específica”. (Fernandes. 1997:146)

Vistas as questões que se prendem com a relação entre utentes no seio da instituição, importa, igualmente, analisar uma outra dimensão, a relação com a instituição. As impressões registadas junto dos utentes apontam para uma apreciação global bastante positiva, em muitos casos quando comparada com as instituições que antecedem a actual geração de respostas sociais residenciais para idosos. Escreve Ana Alexandra Fernandes que:

“Apesar de, na evolução que sofreram, os asilos e hospícios se terem alterado na designação e até nas formas de acolhimento, o facto é que o valor simbólico que envolve a Casa de Repouso ou o Lar para a Terceira Idade está marcado pela imagem negativa do asilo”. (Fernandes. 1997:146)

Assim, é comum aos utentes referências do tipo “Gosto muito de cá estar” (Manuel); “Olhe, eu gostei de tudo. Gostei das pessoas, gostei do comer, o comer também é bom” (Joana); “Olhe, gostei de tudo, trataram-me bem, veja lá o senhor” (Maria); “Vim um bocadinho encolhida, porque isto a gente em vindo para as coisas que não conhece bem...mas depois tudo bem, graças a Deus” (Joana).

A mesma percepção sobre as assistentes sociais ressalta das respostas destes utentes sobre a relação com este profissional. De uma forma geral indicam ter uma boa relação com os/as colaboradores/as da instituição. Neste capítulo importa recordar que compete ao Assistente Social, entre outras:

“ajudar o utente – ou sociedade a alcançar a auto-realização e atingir o máximo potencial dentro dos limites dos respectivos direitos, seus e dos outros. O serviço deve ajudar o utente a entender e a usar o relacionamento profissional, promovendo as suas aspirações e interesses legítimos”.²⁰

E esta seria a ideia que esperaríamos encontrar nas respostas obtidas junto dos utentes quanto ao papel do Assistente Social; “O trabalho das Assistentes Sociais é tomar conta disto” (João); “O trabalho delas é difícil, há muita gente” (João); “Acho bem. Quando tenho falta ajudam-me sempre” (Rui); “Acho bem, acho bem haver este respeito, não é...acho bem. Não tenho que dizer. Cá para mim não tenho que dizer” (Maria); “Nesse tempo não me lavavam a

²⁰ A ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL - PRINCÍPIOS E VALORES. Associação dos Profissionais de Serviço Social - Capítulo das Normas de Serviço Social em Relação com os Utentes; Adaptados pela assembleia Geral da FIAS em Colombo - Sirilanka, em Julho de 1994; disponível na internet em http://www.ifsw.org/cm_data/Portugal_Etica.pdf ; consultado em 20/05/2010.

roupa” (Joana); *“Eu não tenho que dizer...olhe, eu faço tudo no meu quarto. Eu faço a minha cama de lavado, eu limpo o chão se fica molhado, eu dou banho sozinha”* (Joana); *“Não sei. O que é que eu hei-de dizer? Está tudo bom, tudo bem, bem arranjadinho”* (Carlos).

Conclui-se, portanto, que a relação entre os utentes e o/a Assistente Social, na instituição, fundamenta-se na percepção individual que cada um tem sobre a acção manifestada pelos diversos profissionais/colaboradores da instituição na superação dos problemas de cada utente, e não tanto na acção individual da Assistente Social. Há, manifestamente, uma confusão entre o papel dos diversos colaboradores do Lar e o papel do Assistente Social.

A análise que se segue prende-se com o dia-a-dia do utente na instituição, nomeadamente em relação às actividades existentes, motivação para participar e participação efectiva. Refere o Manual de Boas Práticas da Segurança Social (2005:64) que *“a estrutura residencial deve estimular a participação dos residentes em actividades organizadas na comunidade e deve também ter iniciativa própria neste campo”*. De facto esta realidade acontece no Lar Jacinto Faleiro, tendo, inclusive, recentemente contratado uma nova colaboradora para esta área específica, numa tentativa de aumentar a oferta de actividades para os utentes. O mesmo Manual de Boas Práticas (Segurança Social, ISS.IP. 2005:63-64) sublinha a importância da actividade regular dos utentes como forma de combater *“a imobilidade excessiva”*, sendo que esta se mostra prejudicial às *“pessoas idosas ou em situação de dependência, repercutindo-se na sua saúde física e psíquica e levando a um estreitamento progressivo dos horizontes e dos interesses”*. Na prática este é cenário verificável sobretudo a partir das respostas obtidas junto dos utentes entrevistados. O seu índice de motivação é baixo e preferem a sua liberdade de movimentos em detrimento das actividades que vão sendo propostas. Eis alguns dos exemplos recolhidos:

- *“Ah, gostava, mas o que é que eu hei-de fazer agora com esta idade”* (Carlos);
- *“Ai, homem, agora não tenho disposição de fazer nada. À uma não tenho cabeça...para isso. E não tenho disposição de fazer nada”* (Maria);
- *“Já não tenho disposição. Não, não, não. Nem disposição nem cabeça”* (Maria);
- *“Agora já não estou capaz de nada, mas fazia, às vezes ia ajudar além a elas a tirar as coisas da mesa. A pôr não, mas a tirar”* (Joana);
- *“Sei lá, eu não posso fazer nada. Mesmo que queira trabalhar não posso”* (Manuel)
- *“O que é que eu hei-de fazer?”* (João);
- *“Mesmo que quisesse fazer não podia fazer”* (Rui).
- *“Agora já passeio um bocadinho à volta do Lar”* (Rui)
- *“Eu saio à tarde, quando está bom tempo. Chego a fazer dois quilómetros, dois quilómetros e meio”* (João);
- *“Gosto muito é de andar, dar as minhas voltinhas, aqui em volta do Lar”* (Maria).

Refira-se também que existe uma preocupação da entidade em procurar envolver os utentes no planeamento e na avaliação sobre as actividades, conforme expresso no Manual de Boas Práticas (Segurança Social, ISS.IP. 2005:65) como *“uma boa forma de motivar os residentes a participar é envolvê-los”*. Isso mesmo testemunham os nossos interlocutores quando “interrogados” sobre esta questão:

- *“Elas perguntam onde é que a gente gosta de ir”* (Carlos);
- *“Eles dizem vamos a tal parte...”* (João);
- *“Gosto de ir, quer dizer, aquelas que são boas para ir. A semana passada fomos ao Zoomarine”* (João);
- *“eu fazia malha, fazia pegas aqui para o lar e para outros, fazia roupa para bonecos, íamos além para o atelier fazer bonecos, em roupa e em coisas assim e ocupávamos o tempo, e agora também vamos às vezes. E eu gostava”* (Joana);
- *“Sim, sim, gosto muito. A última foi aqui com a senhora doutora. Demos um passeio muito bom”* (Maria).

De um modo geral a participação dos utentes nas actividades é baixa, fruto de um baixo nível de estímulo, optando os utentes por se limitarem a caminhar em torno do espaço físico da instituição, assistir a programas televisivos e descansar no espaço público do Lar. Apesar da oferta da instituição, os utentes sugerem, pelas repostas dadas, participarem apenas como forma de agradar.

Por último analiso a componente familiar no pós-institucionalização. Refere Ana Alexandra Fernandes (1997:70) que as transformações por que tem passado a família, nomeadamente por referência a Remi Lenoir, no que toca à desfamiliarização, ou seja, desaparecimento das bases sociais em que assenta o familismo tradicional, promotoras do isolamento da família nuclear e de ruptura das solidariedades familiares, *“poderiam conduzir a uma perspectiva face à família que é coadjuvante de uma noção corrente de que a família estaria em crise”*, ou seja, que havia perdido a sua base de solidariedade. Contudo, refere a autora, *“a ideia de ruptura dos laços de parentesco, e de que a família nuclear sobrevive separada das famílias de origem em completa autonomia é uma noção aparente”*.

Esta perspectiva foi observada a partir das entrevistas que foram realizadas. De uma forma geral todos os utentes entrevistados mantêm uma ligação à sua família, nuns casos de uma forma mais frequente, noutros com períodos de contacto mais espaçados. Por norma, quem tem os familiares longe, recorre mais ao contacto telefónico como forma de manter a sua ligação familiar. As visitas, nestes casos são mais espaçadas, e ocorrem sobretudo nos períodos festivos e Verão. Nos outros casos, em que os familiares vivem geograficamente mais próximos, ou há um contacto frequente, ou quando tal não acontece não há recurso a outras formas de manter essa ligação. Em nenhum dos casos se registou uma referência a

abandono ou tristeza por existir um contacto físico menos frequente. Uma vez mais recorro a alguns exemplos demonstrativos das conclusões extraídas:

- *“Olhe, já aí há dois meses que ele não vem cá ao Lar. É solteiro, ainda está com a mãe”* (Carlos);
- *“É raro eles virem. Eu cá é que telefono”* (Maria);
- *“Ai...é tudo muito longe, sabe...”* (Maria);
- *“Os meus filhos vinham, vinham cá. O meu Zé agora está ocupado e não tem vindo e a minha filha está pior do que eu”* (Joana);
- *“Este ano eu não quis ir, eu estava muito doente. Com as dores não quis ir. Pelo Natal vêm-me buscar. E depois ela tem uns familiares que vêm...a minha nora...que vêm, estão na Alemanha”* (Joana);
- *Foi ontem ou anteontem que estive aí a minha filha mais a miúda. Mais a neta. E hoje estou fazendo conta delas virem aí buscarem-me”* (Manuel);
- *“Praticamente não pode vir aqui...as viagens são caríssimas, e então as pessoas num carro...é caro”* (Rui);
- *“Vinham, vinham cá muita vez. E este ano até veio cá já uma neta minha, duas vezes, que eu ajudei também a criar. Veio cá mais o marido. Essas estão ali em Sines”* (Joana).

Em síntese, as respostas fornecidas pelos utentes enquadraram-se numa conclusão obtida por Fernandes (1997:72) ao afirmar que:

“Os modos de se relacionarem os membros da família adequam-se às novas situações vividas (o novo lar que se constitui, a casa que é necessário adquirir) e tomam outras formas, mas que pretendem sempre contribuir para garantir que não se quebrem os laços e permaneça a solidariedade”.

Conclusão:

O facto de estarmos perante pessoas cujas trajectórias de vida, nomeadamente a nível profissional, serem marcadas por pouca autonomia e nem sempre com liberdade de escolha, com pouca interactividade com outras pessoas; circunstância a que se associa o facto de se mostrarem relativamente indiferentes a grandes amizades; ao registo de um certo grau de conflituosidade familiar e afastamento antes da institucionalização; de existir uma pré-disposição para essa condição de institucionalizado; da aceitação das regras dessa institucionalização, nomeadamente uma socialização diferente e mais frequente no seio do Lar; de demonstrarem um baixo interesse e motivação pelas actividades propostas pelo Lar; pela visão confusa sobre o papel do Assistente Social na instituição e dos restantes profissionais; pela manutenção do vínculo familiar, ainda que em muitos casos pouco frequente do ponto de vista presencial; conclui-se que existem três áreas que carecem de uma atenção privilegiada. Existe interactividade entre os utentes na instituição, embora demonstrando elos de proximidade bastante baixos; As Assistentes Sociais revelam

dificuldades em manter um contacto mais regular com os utentes, fruto de um excesso de responsabilidades administrativas referentes à sua actividade; A actividade e a participação dos utentes encontram-se diminuídas; Dificuldade de percepção por parte do utente em relação aos seus direitos na instituição, ou ao seu direito de participar em decisões que lhe dizem directamente respeito.

Projecto de Intervenção

Denominação do Projecto:

“Assistente Social Presente” – Lar Jacinto Faleiro

Natureza do Projecto

O presente projecto consubstancia-se na realização de um conjunto de actividades junto dos utentes do Pólo II do Lar Jacinto Faleiro, onde o papel do Assistente Social no contacto directo com os utentes assume carácter fundamental na sua execução. Simultaneamente far-se-á um documento dirigido também aos familiares e futuros utentes da instituição, dando a conhecer um conjunto de aspectos cujo conhecimento é essencial na prossecução dos objectivos da instituição, nomeadamente pelo apelo ao envolvimento das famílias em aspectos básicos que tragam bem-estar e qualidade de vida aos familiares institucionalizados.

Contextualização e Descrição do Projecto

O presente projecto surge no contexto da realização do Estágio II do Curso de Serviço Social, 3º ano, da Escola Superior de Educação de Beja, e como elemento essencial na verificação das competências apreendidas no âmbito da Licenciatura em Serviço Social.

O projecto pretende aumentar a relação de proximidade entre os utentes e a instituição, sendo que o “mediador” por excelência é o Assistente Social. Deste modo pretendo que, amiúde, se estabeleça um hábito de conversa, partilha, discussão e convivência entre os utentes e o Lar Jacinto Faleiro através do profissional de Serviço Social.

Em causa estão 33 utentes da resposta social de Lar, sobre os quais deve ser mantido um princípio de reciprocidade de participação. Quer isto dizer que a instituição deve proporcionar qualidade de vida a estes 33 utentes, mas deve igualmente ouvi-los em relação àquilo que são as acções tendentes à promoção dessa qualidade de vida.

Fundamentação do Projecto

Na elaboração de um projecto não existem normas rígidas (cf. Ander-Egg, Ezequiel e Idañez, Maria José, 2007: 13), antes, existem sim indicações de como proceder à elaboração de um Projecto. E é nesse sentido que se opta no presente documento por recorrer ao guia elaborado por estes dois autores para construir o presente projecto de intervenção no Lar Jacinto Faleiro. Antes de avançar mais nesta “tarefa” convém sublinhar outra sugestão dos autores, nomeadamente o facto de este guia não ser um “receituário de ‘como fazer projectos’” (Ander-Egg. Idañez. 2007: 13).

Deste modo, e segundo os autores em referência, o Projecto é, acima de tudo, “um conjunto de actividades concretas, inter-relacionadas e coordenadas entre si, que se realizam com o fim de produzir determinados bens ou serviços capazes de satisfazer necessidades ou resolver problemas” (Ander-Egg. Idañez. 2007: 16). No essencial é isso que se pretendeu fazer a partir do momento em que o estágio se iniciou no Lar Jacinto Faleiro. Ou seja, conhecer a instituição na sua plenitude, o ambiente que a envolve, o seu público-alvo, as políticas sociais que vigoram na instituição, pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, com o fim de se poder retirar conclusões acerca das necessidades de intervenção existentes e, posteriormente, levar a cabo um trabalho tendente a melhorar ou eliminar problemas que subsistam no âmbito da intervenção da instituição.

Situações Problema identificadas a partir do Diagnóstico

Situação Problema 1 - Existe, objectivamente, uma interactividade entre os utentes na instituição, muito embora as relações de proximidade se encontrem diminuídas. A circunstância aqui descrita poderia resumir-se à simples observação não participativa que, igualmente, fez parte da metodologia de investigação, mas é sobretudo corroborada pelo resultado obtido a partir das respostas dadas às entrevistas realizadas junto dos utentes. Amiúde, a resposta que mais se ouviu descreveu um carácter de relacionamento entre utentes de respeito e cordialidade, contudo, com uma inexistente expressão de emotividade em face de uma pergunta que se prende com um relacionamento do quotidiano dos utentes.

A interpretação baseia-se no confronto entre a observação realizada e a expressão individual dos utentes entrevistados. O relacionamento entre estes é reportado, em muitos casos com “dou-me bem com todos”, “eu não pego na vida delas”, ou um simples “para mim não são maus”.

Situação Problema 2 - As Assistentes Sociais revelam dificuldades em manter um contacto mais regular com os utentes. As tarefas administrativas e burocráticas inerentes à cada vez maior exigência e responsabilidades consignadas ao Assistente Social consomem uma parte

substancial do seu tempo. Uma vez mais a conclusão aqui apresentada resulta do cruzamento do resultado da observação realizada e nas respostas obtidas através das entrevistas realizadas junto dos utentes.

Repetidamente os utentes fazem alusão à Assistente Social como uma pessoa da qual não têm razão de queixa, contudo a questão colocada prendia-se objectivamente com a opinião acerca do trabalho das assistentes sociais. Neste particular não existiu qualquer resposta que atribuísse cumplicidade ou proximidade entre utentes e assistentes sociais.

Do mesmo modo as diversas tarefas atribuídas ao Assistente Social na instituição e expressas neste relatório resultam do facto da Assistente Social ser requisitada continuamente pelos vários sectores da instituição.

Situação Problema 3 – A instituição tem procurado dar resposta à inactividade própria da institucionalização. Neste particular a existência de uma Animadora Sócio-Cultural na instituição é de sublinhar. Contudo a actividade e a participação dos utentes encontra-se diminuída. A preferência dos utentes está voltada para actividades de sua própria vontade no seio da instituição. Sendo este comportamento alvo de respeito, a necessidade em manter uma actividade física e mental regular afigura-se essencial à manutenção de uma boa qualidade de vida na institucionalização.

O que se observa e extrai a partir do diagnóstico efectuado é que existe uma fraca participação dos utentes. Apesar de frequentemente ser solicitada a opinião quanto a gostos individuais em relação a actividades a desenvolver, a resposta mais comum insere-se na “falta de disposição” para qualquer actividade. Refira-se novamente que a vontade própria do utente tem imperado à vontade da instituição em proporcionar novas actividades.

Situação Problema 4 - Identificou-se ainda uma dificuldade de compreensão, por parte do utente, em relação aos seus direitos na instituição, ou ao seu direito de participar em decisões que lhe dizem directamente respeito.

Há uma ideia de satisfação generalizada com a oferta proporcionada pela instituição, e uma recusa acentuada em acrescentar contributos individuais ao melhoramento do funcionamento do Lar. Esse direito é rejeitado imediatamente pelos utentes, sublinhando os mesmos que quem decide é a instituição, e o que decidirem é aceite.

Determinação de Prioridades

Tendo presente que diversas perspectivas sobre um mesmo assunto ajudam a enriquecer o trabalho proposto ao Assistente Social, entendi nesta fase recorrer a Ander-Egg e Idañez para melhor fundamentar as prioridades da minha intervenção.

Assim, e na perspectiva destes dois autores as prioridades de intervenção devem responder a dois critérios: políticos e técnicos (2007: 34). Neste caso a prioridade de intervenção apenas se encontra condicionada ao critério técnico. Deste modo as prioridades recaem sobre as situações problema dois e quatro. Há objectivamente um défice de tempo para dar resposta a todas as solicitações, pelo que, no âmbito de um estágio que visa explorar e aplicar os conhecimentos apreendidos no âmbito da formação de um futuro Assistente Social, este é uma das justificações mais consistentes para determinar esta como uma prioridade a intervir. Para melhor se fundamentar esta opção socorro-me de Jean Robert Weisshaupt, em *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social* (Weisshaupt, 1988), numa primeira abordagem à prática institucional do Serviço Social, este aponta uma dicotomia entre os objectivos profissionais e os objectivos institucionais, referindo que “os *objectivos são apenas a expressão subjectiva de uma intencionalidade*” (1988:37).

O autor assume que a definição dos objectivos profissionais de um assistente social faz parte da sua teoria. Por oposição, aos objectivos é conferida uma expressão oficial e legal, a que se definiu chamar de estatuto.

Uma outra ideia transmitida é a de que o Serviço Social se expressa através da prática dos assistentes sociais e não tanto nas expressões entretanto institucionalizadas. Ou seja, é a prática que corporiza o Serviço Social e é através dessa prática que podemos verdadeiramente entender o que é o Serviço Social, e não o facto de existir uma instituição definida como executora desse mesmo Serviço Social. Decorre daqui que, o assistente social, ao formular os objectivos profissionais, está a designar quais são os princípios e metas a atingir, consubstanciando assim o seu agir profissional.

Outra justificação para a determinação das prioridades prende-se com a exequibilidade temporal do projecto e a necessidade de ser levada a cabo uma avaliação do mesmo. Em qualquer uma das situações problema apresentadas, e no que toca à sua superação, a intervenção a operar para ser mais eficaz necessitaria de um conjunto de actividades mais prolongadas no tempo como forma de influenciar uma alteração profunda de “*status*”. Objectivamente esse horizonte temporal está limitado. Ainda assim é possível operar mudanças.

Do mesmo modo, a situação problema que, entendo, deve ser abreviada prende-se com o contacto entre os utentes e o Assistente Social. Neste contexto Importa referir que a observação feita conduz à ideia de que os padrões pelos quais o assistente social conduz a sua prática incidem sobretudo sobre as relações sociais que envolvem essa prática e os clientes objecto da acção ou que contribuem para a realização das tarefas adstritas ao assistente social.

Assim, o assistente social, no Lar Jacinto Faleiro, assume a **mediação** das necessidades dos clientes e os objectivos traçados pela instituição, **avaliando** as questões sociais inerentes ao objecto da sua acção, os ambientes envolventes e **estudando** e **reflectindo** sobre todos esses contextos, contribuindo deste modo para a **inversão do posicionamento** comum das instituições e procurando contrariar a *“dicotomização da causa e da responsabilidade”* (Weisshaupt, 1988:53-54). Com esta tarefa assegura a mediação entre a realidade institucional existente e o real e verdadeiro objectivo de actuar sobre a causa dos problemas, procurando por esta via gerar a emancipação do cliente e satisfazer as suas necessidades.

Assim, o que deve ser observado, na justa medida do que Weisshaupt (1988) identificou, é a tendência do assistente social para especificar os objectivos da prática em termos operacionais, e que tal resulta na indicação de procedimentos metodológicos como finalidade do trabalho desenvolvido: estudar, encaminhar, organizar, proceder a triagens, seleccionar, etc.

Considero, portanto, que deve ser explorada a interacção e o contacto entre o Assistente Social e os utentes como forma de, continuamente, se procurar envolver os utentes na gestão do dia-a-dia da instituição, de os motivar a apresentar os seus problemas e reverem no Assistente Social o profissional que verdadeiramente se interessa e empenha na resolução de problemas.

A este propósito refere o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, ISS, IP (2005:64) a importância extrema que consiste *“conhecer individualmente os gostos e preferências dos residentes”*, uma vez que é possível que *“existam pessoas com interesses comuns e que possam partilhar a mesma actividade”*.

Compete, portanto, ao Assistente Social fazer a mediação entre a realidade institucional existente e o real e verdadeiro objectivo de actuar sobre a causa dos problemas num sentido mais vasto e abrangente, procurando, deste modo gerar a emancipação do cliente e não a sua manutenção enquanto agente alienado, no sentido da incapacidade que a instituição e a sociedade têm para gerar junto do cliente a satisfação as suas necessidades (Weisshaupt;

1988). Ao Assistente Social cabe-lhe, por inerência da profissão, o papel mobilizador de vontades.

Há, portanto, uma necessidade em estar mais próximo dos utentes e perceber no seu dia-a-dia que necessidades têm e manter uma proximidade tal que os motive a sugerir e participar em actividades que contribuam para quebrar a imobilidade e a falta de interactividade.

Isto mesmo preconiza o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, ISS, IP (2005:64) quanto à necessidade da *“estrutura residencial deve estimular a participação dos utentes em actividades organizadas na comunidade e deve também ter iniciativa própria nesse campo”*. Ainda que não esteja em causa o facto de não existirem actividades, foi diagnosticado que os utentes demonstram um baixo interesse e motivação pelas actividades propostas pelo Lar e que revelam uma visão confusa sobre o papel do Assistente Social na instituição e dos restantes profissionais, pelo pouco contacto que mantêm com este.

Por outro lado, pretende-se contrariar o expresso por Fernandes (1997:139) em que a responsabilidade sobre os mais idosos *“deixa de ser um encargo individualizado de cada família, passando gradualmente para a responsabilidade da sociedade em geral e se caracteriza por uma intervenção anónima e estatística”*.

Alfredo Henriquez expressa no prólogo da obra de Ander-Egg e Idañez, que a elaboração do projecto é um acto que *“é mais do que redigir um documento segundo o processo técnico-operativo específico de programação: é pensar uma maneira de construir uma parte do futuro, o qual exige adicionar à técnica uma dose de imaginação criativa”* (Ander-Egg. Idañez. 2007: 8). É no sentido de criar um futuro mais participativo aos utentes da instituição, de reforçar o papel do Assistente Social no desenho desse futuro e de estimular a participação dos familiares que foi pensado este projecto.

É urgente dar novas respostas às dificuldades crescentes que as famílias enfrentam para socializar e manter os seus laços de afectividade. Fernandes (1997:72) alerta-nos para uma constante necessidade em se adequar as relações familiares à dinâmica do quotidiano:

“Os modos de se relacionarem os membros da família adequam-se às novas situações vividas (o novo lar que se constitui, a casa que é necessário adquirir) e tomam outras formas, mas que pretendem sempre contribuir para garantir que não se quebram os laços e permaneça a solidariedade”.

Ora, estes utentes enfrentam este problema, bem como as suas famílias. Chamá-las a participar criará, certamente, novas respostas que atenuem os impactos dessas mudanças ou a quebra dos laços familiares.

Por outro lado, o utente deve ter um acompanhamento permanente em relação à sua condição na instituição, para lá dos cuidados essenciais providos por uma instituição deste tipo. Deve, portanto, o Assistente Social assegurar que *“tudo será feito para promover o seu bem-estar, e que o processo de adaptação é evolutivo, envolvendo várias fases e permitindo ajustamentos e mudanças”*, conforme preconiza o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, ISS, IP (2005:40). Nesta justa medida, deve ser implementado um mecanismo que adequa continuamente uma adaptação do projecto de vida do utente.

Entende-se, deste modo, que a adopção destas duas estratégias, de carácter técnico, consubstancia o caminho para a resolução do problema.

Recursos

Para levar a cabo o presente projecto não será necessária uma grande dependência de recursos da instituição. O discente/estagiário assume a execução das actividades, sob supervisão da directora técnica da instituição. Os demais recursos necessários à execução do projecto serão de ordem logística e materiais (computador, papel, consumíveis, fotocopiadora).

Externamente a orientação do projecto cabe à orientadora do estágio.

Finalidade: Estimular junto dos utentes do Lar Jacinto Faleiro o princípio da participação na vida da instituição e obter dos utentes pistas que identifiquem problemas próprios da institucionalização, envolvendo, na medida das possibilidades individuais, os familiares.

É igualmente finalidade deste projecto o estabelecer de um princípio dialógico entre cliente e profissional que promova um contínuo melhoramento do projecto social do Lar Jacinto Faleiro e o projecto de vida dos utentes.

Objectivos

Ander-Egg e Idñez afirmam a importância da explicitação clara dos objectivos, sem os quais, referem, *“nenhum projecto adquire o seu significado pleno”* (, 1998: 39). Nessa lógica:

Objectivo Geral: Melhorar a interactividade entre utentes do Lar Jacinto Faleiro e a instituição.

Objectivo Específico 1 - Conhecer as preferências e problemas dos utentes no seu dia-a-dia.

Objectivo específico 2 - Facilitar a participação dos familiares dos utentes no dia-a-dia da instituição.

Prioridades de Intervenção

Prioridade 1 e 2: Combater o distanciamento entre utentes e instituição através de actividades que reforcem essa ligação, envolvendo também os seus familiares.

Nº.	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1,1	Promover a melhoria da interactividade entre utentes do Lar Jacinto Faleiro e a instituição.	Estágio II	Conhecer as preferências e problemas dos utentes no seu dia-a-dia.	Nº de utentes contactados	90%	N.º de utentes contactados/N.º total de utentes*100	Estagiário	Lar Jacinto Faleiro	19/04/2010	02/06/2010	N/A
1,2			Facilitar a participação dos familiares dos utentes no dia-a-dia da instituição.	Nº de familiares que visitam os utentes na instituição.	50%	N.º de familiares que visitam os utentes/ Nº total de familiares que acederam ao documento*100.	Estagiário	Lar Jacinto Faleiro	01/06/2010	31/12/2010	N/A

Beneficiários:

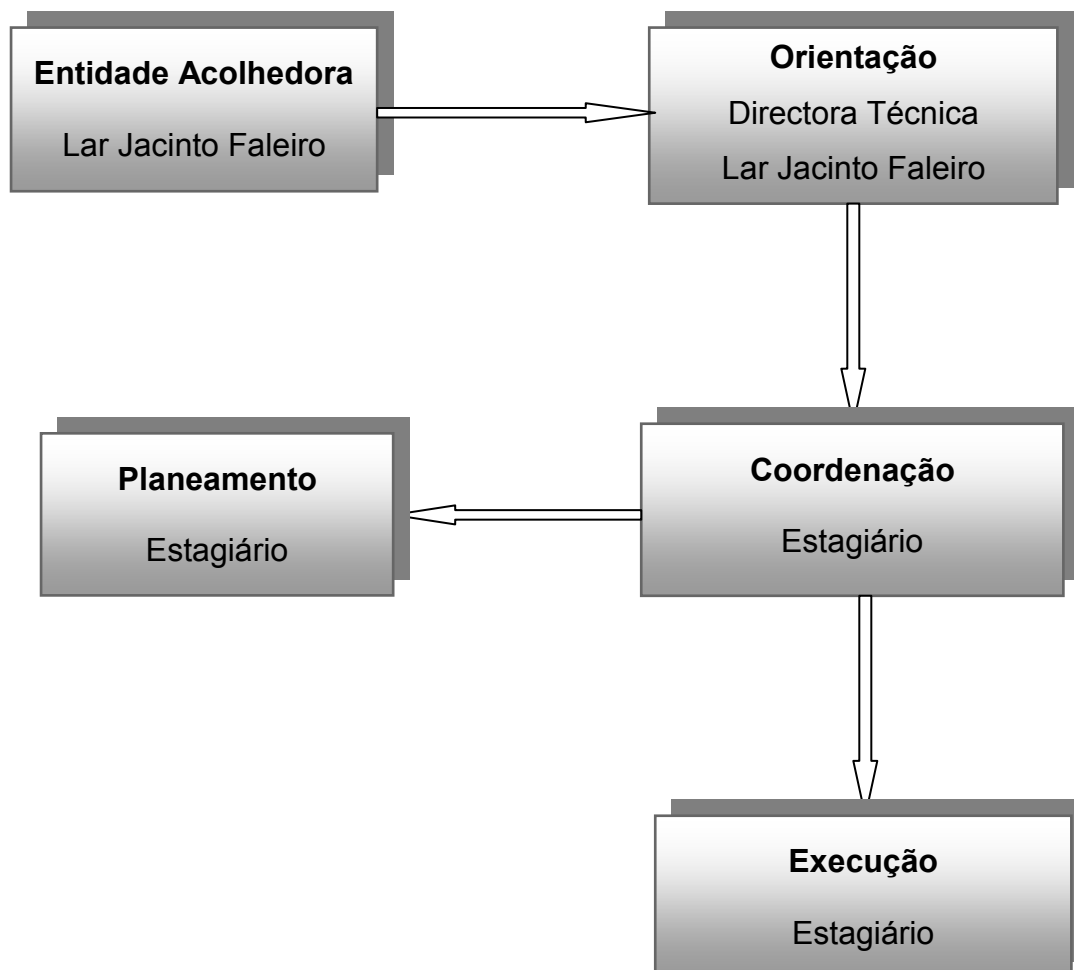
São beneficiários directos do projecto os 33 utentes da resposta de Lar, Pólo II, do Lar Jacinto Faleiro, sendo estes o principal foco de atenção e das actividades a realizar.

Os beneficiários indirectos consubstanciam-se nos familiares dos utentes e na instituição. Os primeiros em virtude de poderem contar com um conhecimento mais profundo sobre a acção da instituição e pelo facto de serem garantidos mecanismos de facilitação do seu papel junto dos familiares. A instituição beneficia de um aprofundamento do conhecimento acerca do seu público-alvo, e garante uma melhoria na interactividade com os utentes.

Actividades

Actividade	Descrição	Local	Datas	Recursos
Contacto /aquisição de conhecimento	Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	Nos espaços físicos da instituição, indo de encontro aos utentes e não procurando um espaço concreto, isolado, para o efeito.	Abril - 19, 20, 26, 27; Maio - 3, 4.	Humanos - 1 estagiário em Serviço Social; Técnicos - Bibliografia sobre Investigação Social; Materiais - espaço físico do Lar Jacinto Faleiro; Financeiros - sem necessidade.
Contacto /informação sobre direitos e participação	Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.	Nos espaços físicos da instituição, indo de encontro aos utentes e não procurando um espaço concreto, isolado, para o efeito.	Maio - 10, 11, 17, 18	Humanos - 1 estagiário em Serviço Social; Técnicos - Bibliografia sobre Qualidade de Serviços Residenciais; Materiais - espaço físico do Lar Jacinto Faleiro; Financeiros - sem necessidade.
Elaboração de Brochura de apresentação das actividades e fins da instituição	A brochura conterà uma descrição sucinta da instituição, chamando à atenção para a importância da participação dos familiares na definição e condução de um projecto de vida dos utentes, mostrando actividades destes e focalizada na necessidade em criar um ambiente que se identifique com a individualidade de cada um.	A distribuir pelos espaços públicos da instituição; entrega directa aos familiares; e sempre que se dá a início a um processo de consulta de institucionalização.	Junho - 1, 2	Humanos - 1 estagiário em Serviço Social; Técnicos - Bibliografia sobre Qualidade de Serviços Residenciais; Materiais - espaço físico do Lar Jacinto Faleiro, computador, fotocopiadora, fotos e papel; Financeiros - sem necessidade.
Avaliação	Contactando com os utentes, procurar registo de alterações de comportamento e interiorização dos seus direitos e vontade de participação.	Nos espaços físicos da instituição, indo de encontro aos utentes e não procurando um espaço concreto, isolado, para o efeito.	Maio - 24, 25, 31	Humanos - 1 estagiário em Serviço Social; Materiais - espaço físico do Lar Jacinto Faleiro; Financeiros - sem necessidade.

Estrutura organizativa e de gestão



Funções

À entidade acolhedora do projecto compete-lhe criar as condições necessárias à elaboração e execução do projecto, nomeadamente permitir o contacto com os utentes, facilitar o uso das instalações e materiais necessários e facultar a consulta de dados nos processos individuais. Beneficiará indirectamente com os resultados obtidos na execução do projecto.

A Directora Técnica do Lar Jacinto Faleiro será a responsável pela orientação de todos os aspectos que digam respeito à elaboração e execução do projecto, cabendo-lhe a responsabilidade de propor melhorias, alterações e/ou a suspensão do mesmo se os critérios seguidos não respeitarem os interesses dos utentes e o fim, missão e valores da instituição.

Caberá também à Directora Técnica servir de interlocutor entre o estagiário e a instituição, nomeadamente fornecendo os elementos e criando as condições à execução do projecto.

Ao estagiário cabe planear, coordenar e executar o projecto, nomeadamente definindo que tipo de projecto propõe, a sua justificação, planeamento de actividades e execução das mesmas. Cabe-lhe ainda todo o contacto com os beneficiários directos e indirectos do projecto.

As actividades serão executadas segundo o calendário proposto e aceite pela Directora Técnica, na prossecução dos objectivos propostos, sendo alvo de acompanhamento periódico por esta responsável. Sempre que necessário a Directora Técnica promoverá reuniões com o estagiário como forma de tomar conhecimento da execução do projecto ou de propor alterações/melhorias ao mesmo. Da mesma forma, o estagiário poderá solicitar à Directora Técnica esse tipo de reuniões e/ou o acompanhamento de qualquer actividade.

A relação comunicacional entre as várias partes envolvidas não carece de formalismos especiais para além dos normalmente previstos no regulamento interno da instituição.

Avaliação

Actividade 1 – Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes

N.º	Objectivos	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Cronograma		Instrumentos
						Início	Fim	
1	Medir o universo de utentes alcançado	N.º de utentes contactados	90%	N.º de utentes contactados/N.º total de utentes*100	Estagiário	24/05/2010	31/05/2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)
2	Avaliar a importância da comunicação diária entre utentes e Estagiário	N.º de utentes que participam nos diálogos	50%	N.º de utentes que dialogam/ N.º total de utentes contactados*100	Estagiário	24/05/2010	31/05/2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)

Actividade 2 – Contacto com os utentes /informação sobre direitos e participação dos utentes

N.º	Objectivos	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Cronograma		Instrumentos
						Início	Fim	
1	Medir o universo de utentes alcançado	N.º de utentes contactados	90%	N.º de utentes contactados/N.º total de utentes*100	Estagiário	24/05/2010	31/05/2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)
2	Avaliar o grau de apreensão pelos utentes das informações transmitidas	N.º de utentes que participam nos diálogos	50%	N.º de utentes que dialogam/ N.º total de utentes que demonstram compreender as informações transmitidas*100	Estagiário	24/05/2010	31/05/2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)

A avaliação correspondente à actividade nº 3 não é possível ser feita, porquanto a sua acção decorre para lá do período em que decorre o estágio, e será inserida nos mecanismos de informação aos utentes e familiares da instituição. Por outro lado, a sua verificabilidade depende de factores externos ao projecto, nomeadamente pelo impacto junto do público-alvo.

Avaliação do Projecto

“A avaliação é uma componente do processo de planeamento” (Guerra. 2002:175). Segundo esta perspectiva, e neste momento de avaliação é necessário levar em linha de conta alguns factores, desde logo o facto de estarmos a realizar uma auto-avaliação. Segundo Guerra (2002) na auto-avaliação *“há coincidência entre a equipa do terreno e a equipa de avaliação”*, sendo que, este tipo de avaliação se sedimenta *“em torno da percepção que a equipa detém dos resultados da sua acção”*. Há ainda um outro aspecto que importa referir neste momento de avaliação, que se relaciona com a sua importância. Sucintamente consiste na *“procura de meios mais eficazes e mais económicos para generalizar processos de intervenção social”* (Guerra. 2002:177). *“Avaliar é sempre comparar com um modelo – medir – e implica uma finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar”* (Guerra. 2002:185). Se estes são os objectivos, abordemos agora as funções da avaliação que, segundo Guerra (2002) podem ser pelo menos quatro: de medida; de utensílio de apoio à tomada de decisão; de processo de formação; e de aprofundamento da democracia participativa.

Quanto ao modelo de avaliação, no caso em apreço enquadra-se na avaliação por objectivos, onde as *“finalidades e os objectivos são os critérios de sucesso da intervenção e o que se pretende é medir a forma e a intensidade com que determinados objectivos foram atingidos”* (Guerra. 2002:191). Por outro lado *“não exige o tipo de neutralidade da avaliação experimental”* (Guerra. 2002:191).

Quanto ao momento a nossa avaliação será final, uma vez que se está a avaliar objectivos e resultados que pretendem *“verificar os efeitos do projecto no fenómeno social com que se pretendia lidar”* (Guerra. 2002:196).

Tendo em perspectiva os quadros de avaliação em apêndice, constata-se que na actividade 1 todos os objectivos foram ultrapassados, mormente o facto de se ter ultrapassado o universo de utentes que estava previsto alcançar. Dos 33 utentes foram contactados 31, ultrapassando em 3% o proposto.

O mesmo se aplica ao segundo objectivo da actividade 1. Pretendeu-se medir a até que ponto os utentes mostravam interesse em manter um diálogo com o estagiário. A meta era que, pelo menos 50% dos utentes contactados o fizessem. Atingiu-se os 100%.

Na actividade 2 os resultados obtidos são ligeiramente diferentes. Pretendia-se atingir, pelo menos, 90% do total de utentes, contudo apenas se alcançou os 67%. No segundo objectivo a avaliar na actividade 2 pretendeu-se que, do total de utentes contactado, pelo menos 50% mostrasse compreensão em relação à importância da sua participação na definição das actividades que lhes são dirigidas. Atingiu-se 100%.

Este é o tipo de avaliação quantitativa, que nos demonstrou a capacidade para se abordar a resolução dos problemas em conjunto com os utentes. Já do ponto de vista qualitativo, ou operativo, foi possível perceber o interesse dos utentes em, por um lado, manter diálogos acerca das suas opiniões, opções, gostos e preferências, e, por outro, o facto de reconhecerem que podem dar o seu contributo na definição de orientações relativas ao seu dia-a-dia e actividades que lhes são dirigidas.

Em plano oposto, reconhece-se que não demonstraram ainda “vontade” para uma participação mais efectiva. No entanto, a avaliação feita permite fazer uma projecção quanto ao futuro, nomeadamente que, a manutenção deste tipo de iniciativa pode ajudar a envolver os utentes e a obter a sua participação mais efectiva. Trata-se de uma questão de insistência e de habituação a essa condição mais participante.

Avaliação Final

Considerando as afirmações anteriormente inscritas no relatório, e chegado o momento da avaliação final do relatório, deve-se referir que este processo de avaliação cumpre duas características enunciadas por Guerra, nomeadamente pelos métodos, que *“devem ser dinâmicos e participados”* (2002:236).

A avaliação foi dinâmica, mormente o facto de se ter construído desde início *“utensílios de ‘avaliação permanente’ de forma a tornar-se um instrumento de dinamização e consciencialização”* (Guerra. 2002: 236). Fez parte dessa dinâmica o facto do estágio e todo o trabalho que foi desenvolvido ter merecido o acompanhamento de uma orientadora e de uma supervisora que, amiúde, procederam a correcções no decurso e nos resultados do trabalho, permitindo que este fosse sofrendo alterações no seu decorrer e que se aproximasse o mais fielmente possível ao seu objectivo primeiro. Neste caso cumpriu-se, igualmente a característica participativa da avaliação, ao incluir vários interlocutores no processo, para além do estagiário.

É necessário considerar nesta avaliação 7 etapas distintas enunciadas por Guerra (2002:237). A avaliação como medida diz-nos que este processo “*não é uma simples medição de resultados finais; é um processo contínuo articulado com a acção*” (Guerra, 2002:186), sendo que é possível, num primeiro momento estabelecer uma relação entre o que foi feito e o que é necessário avaliar. Ora, em causa está um quadro de referência relacionado com a resposta social de Lar e mecanismos internos de interacção no âmbito da institucionalização. Deste modo, há uma correspondência entre o âmbito do estágio e o trabalho desenvolvido no mesmo, com resultados extraídos a partir de uma análise da situação e o correspondente diagnóstico dessa mesma situação.

Quanto ao tipo de intervenientes dessa mesma avaliação, consideram-se cumpridos os objectivos propostos à partida, uma vez que foi possível congregiar uma auto-avaliação com apoio externo, como atrás já foi referido, sendo que esta contribuiu para a concretização dos objectivos inicialmente propostos para o estágio.

No quadro temporal, igualmente referido por Guerra (2002:237), a avaliação enquadra-se na “avaliação de acompanhamento” (Guerra, 2002:237) pelos motivos atrás expostos.

No quadro da incidência, a nossa avaliação corresponde à avaliação processual, uma vez que em causa esteve a adequação da realização do estágio e do conseqüente relatório em concordância com os processos apreendidos no âmbito da formação e dos seus referenciais teóricos. Deste ponto de vista o trabalho é concordante com esse referencial.

Quanto aos destinatários da avaliação, serão, sobretudo os docentes a quem caberá a tarefa de avaliar o estagiário, e definir através de critérios pedagógicos e científicos a correspondência entre os referenciais teóricos e as conclusões do presente relatório.

Na nossa metodologia de avaliação os referenciais foram, sobretudo, os resultados obtidos, por comparação com a bibliografia específica, os documentos da instituição, as entrevistas realizadas e todo o acompanhamento de orientação e supervisão levado a cabo.

O produto da nossa avaliação consubstancia-se no presente relatório, espelho de todo o trabalho de investigação, planeamento, execução e avaliação desenvolvido ao longo do último ano lectivo em curso. Não é de excluir, como parte na nossa avaliação, a defesa oral do presente relatório de estágio. Também constitui produto desta avaliação um documento informativo produzido e disponibilizado à instituição Lar Jacinto Faleiro²¹.

²¹ Em apêndice.

Reflexão Crítica

Finalizado o trabalho na instituição Lar Jacinto Faleiro, em Castro Verde, é altura para tecer algumas considerações sobre a forma como decorreu o Estágio II, sendo que, foi possível retirar ilações sobre a necessidade de percorrer este caminho para se chegar à conclusão do curso de Serviço Social.

Desde logo a importância de que se reveste o conhecimento presencial sobre a realidade do mundo do trabalho nesta área, as dinâmicas das instituições, o fazer profissional para além da componente teórica, a realidade humana com que nos iremos deparar na nossa vida profissional, bem como, a realidade ambiental que envolve toda a prática profissional e o conjunto dos interventores na mesma.

Se num primeiro momento o contacto com a estrutura da organização permitiu perceber as diversas “forças” que interagem na instituição, num segundo momento o contacto e a interacção mais próxima com os utentes revelou uma complexidade própria do trabalho com a realidade humana e todos os processos sociológicos que aí intervêm. A percepção em torno dos actos de decisão fundamentais ao funcionamento de toda a estrutura só foi possível através do contacto informal com toda a dimensão dos recursos humanos disponíveis na instituição.

Referência especial para quatro momentos. Em primeiro lugar para o contacto com a Directora Técnica do Lar Jacinto Faleiro. Sempre solícita, mostrou empenho na resposta às dúvidas que lhe foram colocadas pelo estagiário, fornecendo dados e elementos essenciais à prossecução do meu objectivo. O conhecimento sobre a área profissional que ocupa foi, também, determinante para que nesta primeira etapa conseguisse apresentar resultados. Verdadeiramente, soube transmitir o que sabe e conhece da profissão. O contacto que promoveu entre o estagiário, as assistentes sociais, funcionários e utentes foi frutífero no alcançar dos objectivos propostos.

Num segundo momento destaco o vivenciar de várias experiências da prática profissional do Assistente Social. Foi possível obter resultados a partir do acompanhamento e observação do fazer profissional, nomeadamente ao nível do atendimento de pessoas, utentes e colaboradores da instituição. As questões colocadas, as respostas passíveis de dar e a resolução de problemas quotidianos foram dados possíveis de observar. Destaco também as visitas domiciliárias realizadas, abarcando várias realidades, e onde o trabalho levado a cabo pela Assistente Social passou, sobretudo, por avaliar a satisfação dos utentes, reavaliar as suas necessidades, analisar os suportes familiares e as necessidades perante

alterações da realidade e das dinâmicas individuais, avaliar o trabalho dos prestadores de cuidados e, muito importante, promover o contacto humano entre cuidadores e cuidados.

Num terceiro momento, a oportunidade para visitar os espaços e estabelecer contactos e diálogos com os utentes. Esta conjuntura foi importante, sobretudo para a compreensão da “atmosfera” que envolve os utentes. Estando na presença de um Lar e da resposta de Centro de Dia, o contacto com os idosos é fácil, conseqüente e gera imediata empatia. Escutar, sorrir, e dialogar são lugares comuns aplicáveis a esta vivência experimentada. Esta interacção com os utentes foi verdadeiramente esclarecedora quanto à realidade do trabalho do Assistente Social.

Num último momento, as diversas tutorias realizadas com a Prof^a. Adelaide Malaínho, Supervisora do estágio. O seu grau de exigência proporcionou aumentar o rigor do trabalho que desenvolvi. A análise e a discussão que as tutorias promoveram são o cimento do trabalho ora apresentado, tendo as mesmas permitido alcançar patamares de conhecimento e de evolução no trabalho consideráveis. São sobretudo momentos, por excelência, para a avaliação e correcção dos desvios, imprecisões e erros que um trabalho desta natureza acarreta.

Como é óbvio, o estágio compreendeu ainda muita pesquisa, quer bibliográfica quer legislativa, contribuindo esse trabalho para o suporte teórico e científico do presente relatório. Contudo, esse trabalho ficou a uma incomensurável distância da satisfação que as anteriores etapas aqui focadas propiciaram.

Em face do que aqui refiro, deste caminho que foi possível percorrer, a inclinação que fui “sofrendo” prende-se com a necessidade de conhecer melhor, de aprofundar, as dinâmicas de institucionalização dos indivíduos e o sentimento destes perante essa realidade. Essa percepção é, agora, menos ténue, menos superficial e, diria mesmo, menos inocente.

É minha convicção que o conhecimento que a intervenção-acção nesta área propicia é, de todo, pertinente para o Serviço Social e para “este” futuro Assistente Social.

Bibliografia

- ✓ ANDER- EGG; Ezequiel; **Introdução ao Trabalho Social**. Vozes, 1995;
- ✓ BAPTISTA, Myriam Veras; **Planejamento Social – Intencionalidade e Instrumentação**. São Paulo. Veras Editora. 2000;
- ✓ GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Fundação Calouste Gulbenkian. 7ª edição. 2009;
- ✓ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. Perspectiva. 2007;

- ✓ GONÇALVES, Leandro; ANDRÉ, Ana; CORREIA, Mónica; COSTA, Carolina; **Trabalho apresentado para a disciplina de População e Território sobre Castro Verde**; Curso de Serviço Social, 1º ano, Escola Superior de Educação de Beja, 2007;
- ✓ GUERRA, Isabel; **Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção**. Portugal. Princípiã. 2ª edição, 2002;
- ✓ IAMAMOTO, M. V; **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 4 ed., 2001;
- ✓ IDAÑEZ, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel; **Diagnóstico Social – Conceitos e Metodologia**. Cadernos REAPN. 2007;
- ✓ Instituto da Segurança Social, I.P. **Manual de Boas Práticas**. 2005;
- ✓ Instituto da Segurança Social, I.P. **Plano Nacional para a Acção e Inclusão (PNAI) – 2006-2008**;
- ✓ Manual de Boas Práticas. Instituto da Segurança Social, I.P. 2005;
- ✓ MAJOS; Angélica; **Manual de Prácticas de Trabajo Social en la Tercera Edad**. 1995;
- ✓ Manual Merck – **Geriatría**. Oceano. 2004;
- ✓ MARTINS, Manuel; **O Terceiro Sector, Revista Práticas de Animação**; Ano 1 – Número 0, Outubro de 2007, consultado através <http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com/OTerceiroSector.pdf> ;
- ✓ Montañó, Carlos; **A Natureza do Serviço Social**, Cortez, 2007;
- ✓ OLIVEIRA, Barros; **Psicologia do Envelhecimento do idoso**. Portugal. Livpsic. 4ª edição. 2010;
- ✓ QUIVY, Raymond ; VAN CAMPENHOUDT, Luc ; **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 4ª edição. 2005;
- ✓ ROBERTIS, Cristina; **Metodología de la intervención en Trabajo Social**. 1992;
- ✓ SEQUEIRA, Arménio e SILVA, Marlene Nunes. **O bem-estar da pessoa idosa em meio rural**. *Aná. Psicológica*, Jul. 2002, vol.20, no.3, p.505-516. ISSN 0870-8231;
- ✓ WALZ, Thomas H; e outros; **Servicio Social Año 2000**. Humanitas. Argentina. 2000;
- ✓ WEISSHAUPT, Jean Robert; **As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social**. Brasil;1988;
- ✓ VIEIRA; Balbina. **História do Serviço Social**. Agir, 1989;

Webgrafia

- ✓ www2.seg-social.pt;
- ✓ <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v20n3/v20n3a23.pdf>;
- ✓ Rede Social do Concelho de Castro Verde. **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Castro Verde – 2006-2009**; Consultado em 21 de Dezembro de 2009 através de http://www.cmcastroverde.pt/cm_castroverde/images/10.1.2PlanodeDesenvolvimentoSocial.pdf.

APÊNDICES

Avaliação - Actividade 1 - Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes

Nº.	Objectivos	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Cronograma		Instrumentos
						Início	Fim	
1	Medir o universo de utentes alcançado	Nº de utentes contactados 31	90%	93%	Estagiário	24-05-2010	31-05-2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)
2	Avaliar a importância da comunicação diária entre utentes e Assistente Social	Nº de utentes que participaram nos diálogos 31	50%	100%	Estagiário	24-05-2010	31-05-2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)

Avaliação - Actividade 2 - Contacto com os utentes /informação sobre direitos e participação dos utentes

Nº.	Objectivos	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Cronograma		Instrumentos
						Início	Fim	
1	Medir o universo de utentes alcançado	Nº de utentes contactados 22	90%	67%	Estagiário	24-05-2010	31-05-2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)
2	Avaliar o grau de apreensão das informações transmitidas	Nº de utentes que participaram nos diálogos 22	50%	100%	Estagiário	24-05-2010	31-05-2010	Fichas de registo de actividades (em apêndice)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE

Actividade

1

DESIGNAÇÃO**Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes****UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL**

Lar Jacinto Faleiro - Pólo II

COORDENAÇÃO

Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	1	6

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização

19 de Abril

AFECTAÇÃO DE RECURSOS**Recursos humanos** Estagiário**Recursos materiais** Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.**Recursos financeiros** Sem necessidade.**Obs:**

Procurei o contacto com 6 utentes. Primeiramente contactei dois utentes que se encontravam no átrio exterior do Lar. A abordagem iniciou-se com os cumprimentos, lançando de imediato a habitual conversa sobre o tempo. Ambos lamentaram o facto do tempo se encontrar "esquisito" este ano. Ambos os utentes, do sexo masculino, viveram no campo, e a conversa continuou nesse tema. Relataram a vida no campo e a relação entre a agricultura e o tempo. Ambos referiram que se ainda tivessem saúde gostariam de plantar umas couves, salsa e batatas. No entanto insistem que este seria um mau ano para semear. Mudando a conversa, falei com os utentes sobre a vida no Lar. Ambos gostam de aqui viver. O nosso diálogo durou cerca de uma hora. Estabeleci, também, contacto com um grupo de 4 utentes, mulheres, que estavam no átrio interior do Lar. Aquela zona é habitualmente procurada por causa da sua grande superfície em vidro, que com o calor ajuda a aquecer o local. A primeira pergunta foi precisamente o aquecimento artificial no Lar. Apesar de existir em quantidade, as utentes sublinharam que uns raios de Sol são preferíveis, e para além disso sempre vão vendo quem passa. Perguntei porque é que não vão até ao portão, sempre falavam com quem passa na rua. Com excepção de uma utente, todas responderam que preferem ficar a ver de longe. Passada cerca de meia hora, todas as utentes se retiraram para ver televisão.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	1
---------------------------------------------	------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO

Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes

Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	2	5

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização	20 de Abril
-----------------------	-------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário

Recursos materiais Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

Início do contacto com 3 utentes. Encontravam-se junto ao portão de entrada do Lar. A abordagem iniciou-se com os cumprimentos, a conversa sobre o tempo sugere-me ser a forma mais fácil de iniciar a conversa. Todos os utentes querem saber se sou de Castro Verde e quem é a minha família. Feita esta introdução, todos já ouviram falar da família, contudo nenhum revela, verdadeiramente, conhecer. A convicção é a de que entre os utentes ninguém quer mostrar conhecer menos que o companheiro. Esta conversa acaba por conduzir a outra, e que se relaciona com as caminhadas/passeios que gostam de dar na Vila. Sem excepção, todos os interlocutores revelam que não faltam um único dia nos seus passeios. Seja d manhã, seja de tarde. Gostam, sobretudo, de se sentar junto à rotunda das ovelhas para conversar com os amigos que por ali passam. Dedico-me depois a conversar com outros três utentes que se encontram na sala de estar. Sendo este o local onde a actividade é menor, os utentes apresentam um ar mais letárgico, sendo inclusive mais difícil iniciar a conversa. Após alguma insistência, dou por terminada a minha iniciativa, por não sentir receptividade da parte dos utentes.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	1
---------------------------------------------	-------------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO
Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes	Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	3	6

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização	26 de Abril
-----------------------	-------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário

Recursos materiais Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

Por se tratar do dia seguinte ao 25 de Abril, procurei introduzir o tema na conversa. O grupo de 6 utentes respondeu de imediato ao repto e começou a falar de experiências pessoais no tempo da ditadura. Desde as mulheres que só podiam trabalhar se os maridos autorizassem, o facto de não se poder votar (as mulheres), a miséria que, dizem, marcava aqueles dias, tudo foi pretexto para que cada um relatasse a sua experiência, comparando com os dias de hoje. Inclusive foi feita comparação entre o facto de hoje existirem lares para acolher as pessoas idosas e o facto de estes serem praticamente inexistentes antes do 25 de Abril, ou quando existiam era mesmo para dar acolhimento a quem estava para morrer. Procurei então saber como era para as pessoas idosas com menos recursos nesses tempos. A resposta veio das mulheres que estavam no grupo: “eram os vizinhos que olhavam por elas”, “as que se mexiam andavam a pedir de monte em monte”. Depois falei dos trabalhos mais domésticos, manuais, onde as mulheres uma vez mais foram mais expansivas, afirmando que no tempo de juventude tudo isso era ensinado, quer pelas mães quer pelas avós, o que, afirmaram, já não acontece hoje. Referiram também que ainda hoje gostam de fazer bordados, croché, entre outras

actividades.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	1
DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL Lar Jacinto Faleiro - Pólo II	
	COORDENAÇÃO	
Contacto com utentes/aquisição de conhecimento sobre os utentes	Executiva: Estagiário	

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACCÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	4	5

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização	27 de Abril
-----------------------	-------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos	Estagiário
Recursos materiais	Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.
Recursos financeiros	Sem necessidade.

Obs:

A primeira conversa do dia foi feita no final de um dos corredores de acesso aos quartos. Um grupo de três utentes ali se encontra sentado, uns a conversar, outro a ler o jornal. Trata-se de uma zona do Lar que apresenta uma grande superfície vidrada e umas cadeiras e mesa a convidar ao descanso. O tema da conversa era os pombos que se juntam à volta do Lar e as obras de alargamento da instituição, que é possível ver a partir daquele local. Quanto aos pombos um dos utentes preocupa-se em recolher os restos de pão das refeições para depois desfazer e dar de comida aos pombos. Depois de entrar na conversa e referir que, em miúdo, também fazia criação de pombos, lançaram-me o desafio para um destes dias e dar de comer aos pombos também. Acedi e foi gargalhada geral. Acharam piada a minha disponibilidade. Também se mostraram curiosos sobre o andamento das obras de alargamento do Lar, e a demora em estarem prontas. Entre as várias hipóteses para a demora, houve consenso nas dificuldades do empreiteiro em acabar a obra. Todos se mostram satisfeitos pelo facto do Lar passar a contar com mais quartos e com mais salas para o convívio. Estes três utentes referiram

que o que mais gostam é de conviver, conversar. Este dia foi também ocupado no contacto com mais dois utentes, mais entusiasmados a falar do futebol, de quem seria o campeão nacional e os vencimentos milionários dos jogadores. Uma conversa para darem a sua opinião acerca do futebol de outros tempos e do gosto que tinham pelo futebol mas a impossibilidade de jogarem, justificada pela necessidade de ajudarem no trabalho dos pais.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	1
DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL	
	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II	
	COORDENAÇÃO	
Contato com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes	Executiva: Estagiário	

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	5	6
RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER		

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização	03 de Maio
-----------------------	------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos	Estagiário
Recursos materiais	Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.
Recursos financeiros	Sem necessidade.

Obs:

Um dia ocupado a falar em conjunto com seis utentes. O contacto foi feito na sala de convívio e a conversa começou com o 1º de Maio. O Dia do Trabalhador serviu uma vez mais para recordar os tempos da ditadura e o facto de não se comemorar, então, esse dia. Actualmente, referiram os utentes, o dia é mais aproveitado para passear e estar com a família do que para assinalar verdadeiramente o dia. Todos afirmaram compreender que o trabalho absorve tanto o dia-a-dia das pessoas que no 1º de Maio ninguém quer ouvir falar em trabalho. A conversa acabou por nos conduzir à dificuldade em ter emprego, aos familiares que trabalham e que sentem dificuldades no dia-a-dia, nos netos ou bisnetos que se formaram academicamente e que conseguiram “bons empregos” e que esses já não ligam ao Dia do Trabalhador.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	1
DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL	
Contacto com os utentes /aquisição de conhecimento sobre os utentes	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II	
	COORDENAÇÃO	
	Executiva: Estagiário	

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando adquirir conhecimentos acerca das suas preferências, gostos, preocupações e ansiedades.	6	3

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Aquisição de conhecimentos acerca das preferências, gostos, preocupações e ansiedades dos utentes.

Calendarização	04 de Maio
-----------------------	------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

- Recursos humanos** Estagiário
- Recursos materiais** Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.
- Recursos financeiros** Sem necessidade.

Obs:

Três utentes sentados nos bancos do jardim do Lar serviram de anfitriões à nossa conversa. Uma curiosidade comum foi o de saberem quem eu era. Expliquei que estava a fazer um estágio no Lar para poder acabar o curso em Serviço Social e poder tornar-me assistente social. E que, por esse motivo tinha chegado à conclusão que era necessário falar com os utentes do Lar para melhor compreender como eles se sentem e do que precisam. Em tom de riso um dos utentes afirmou que “precisamos é de sopas e descanso”. Um momento para todos se divertirem com a “piada”. É para ser como “a senhora doutora aqui do Lar?” fica a convicção de que os utentes assimilam o papel da assistente social da instituição, e que associam o seu

trabalho ao bem-estar dos utentes. Depois foi um momento para explicarem que não têm muita instrução porque não era “moda” no seu tempo passar muito tempo na escola, e que rapidamente iam trabalhar com os pais para o campo ou para outros ofícios que os pais entendiam serem “trabalhos com futuro”. Procurei também saber, para além “das sopas e descanso”, do que é que gostavam mais de fazer. Invariavelmente as respostas apontavam para caminhar, conversar, ver as pessoas passar na rua e passear. A maior preocupação destes utentes é com a saúde. Em função da idade avançada, revelam o desejo de “viver os poucos dias” que lhes resta com alguma saúde.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE		Actividade	2
DESIGNAÇÃO		UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL	
Contacto com os utentes /Informação aos utentes sobre direitos e participação		Lar Jacinto Faleiro - Pólo II	
		COORDENAÇÃO	
		Executiva: Estagiário	
OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS	
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.	1	5	
RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER			
Informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.			
Calendarização	10 de Maio		
AFECTAÇÃO DE RECURSOS			
Recursos humanos	Estagiário		
Recursos materiais	Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.		
Recursos financeiros	Sem necessidade.		

Obs:

Foram contactados cinco utentes. Nesta fase a orientação do projecto aponta para o fornecimento de informações acerca dos direitos dos utentes, nomeadamente de participarem em decisões que lhes digam respeito e, não menos importante, a necessidade de participarem em actividades que gostem e que lhes sejam proporcionadas, como forma de manterem o corpo e a mente saudáveis. A principal preocupação foi em transmitir a ideia de que é

necessário dar opinião acerca do que gostam e do que não gostam de fazer na instituição. Foi explicado que é desta forma que os responsáveis do Lar podem saber que tipos de actividades devem organizar e para quem devem organizar. No entanto, e apesar desta explicação, ainda mantiveram algum cepticismo em concordar com a minha sugestão.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	2
---------------------------------------------	-------------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
Contacto com os utentes/Informação aos utentes sobre direitos e participação	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO
	Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACCÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.	2	6

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.

Calendarização	11 de Maio
-----------------------	------------

AFFECTAÇÃO DE RECURSOS

- Recursos humanos** Estagiário
- Recursos materiais** Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.
- Recursos financeiros** Sem necessidade.

Obs:

A actividade de hoje foi proporcionada junto de seis utentes. Uma vez mais tive como tarefa

informar acerca dos direitos dos utentes, nomeadamente de participarem em decisões que lhes digam respeito e, não menos importante, a necessidade de participarem em actividades que gostem e que lhes sejam proporcionadas, como forma de manterem o corpo e a mente saudáveis. A principal preocupação foi em transmitir a ideia de que é necessário dar opinião acerca do que gostam e do que não gostam de fazer na instituição. Foi explicado que é desta forma que os responsáveis do Lar podem saber que tipos de actividades devem organizar e para quem devem organizar. No entanto, mantém-se ainda alguma reserva em aceitar estas sugestões. Os utentes dizem-se satisfeitos com o que lhes é oferecido.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	2
---------------------------------------------	-------------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
Contacto com os utentes /Informação aos utentes sobre direitos e participação	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO
	Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.	3	5

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.

Calendarização	17 de Maio
-----------------------	------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário

Recursos materiais Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

Cumpriu-se hoje mais uma etapa na tarefa de informar os utentes do Lar acerca dos seus direitos, nomeadamente de participarem em decisões que lhes digam respeito e, não menos importante, a necessidade de participarem em actividades que gostem e que lhes sejam proporcionadas, como forma de manterem o corpo e a mente saudáveis. Mantive como principal preocupação transmitir a ideia de que é necessário ter a opinião dos utentes acerca do que gostam e do que não gostam de fazer na instituição. Insisti na explicação de que é desta forma que os responsáveis do Lar podem saber que tipos de actividades devem organizar e para quem devem organizar. Os utentes manifestam-se satisfeitos com o que lhes é oferecido.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	2
---------------------------------------------	-------------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
Contacto com os utentes /Informação aos utentes sobre direitos e participação	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO
	Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
Manter conversas informais com os utentes, em grupos, também informais, procurando informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.	4	6

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Informar sobre os direitos dos utentes e a importância da sua participação na definição de actividades que lhes são dirigidas e a participação nestas.

Calendarização	18 de Maio
-----------------------	------------

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário

Recursos materiais Espaço físico do Lar Jacinto Faleiro.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

A actividade de hoje fecha o ciclo que teve como objectivo informar os utentes do Lar acerca dos seus direitos, nomeadamente o de participação em decisões que lhes digam respeito e na necessidade de participarem em actividades que gostem e que lhes sejam proporcionadas, como forma de manterem o corpo e a mente saudáveis. Os seis utentes contactados nesta sessão afirmam compreender essas preocupações, mas afirmam que se sentem bem e que gostam mais de participar nas excursões que a instituição costuma realizar. Afirmam que no futuro vão dar opinião na escolha nos lugares a visitar.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE		Actividade	3
DESIGNAÇÃO		UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL	
Elaboração de Brochura		Lar Jacinto Faleiro - Pólo II	
		COORDENAÇÃO	
		Executiva: Estagiário	
OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACCÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS	
A brochura conterá uma descrição sucinta da instituição, chamando à atenção para a importância da participação dos familiares na definição e condução de um projecto de vida dos utentes, mostrando actividades destes e focalizada na necessidade em criar um ambiente que se identifique com a individualidade de cada um.	1	0	
RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER			
Informar sobre a necessidade de envolvimento dos familiares dos utentes na definição, com estes e com a instituição, de um projecto de vida e em facilitar a integração do utente na instituição.			
Calendarização	01 de Junho		

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário.

Recursos materiais Computador, software específico, fotografias e impressora.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

Elaboração da Brochura informativa.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO/ACTIVIDADE	Actividade	3
---------------------------------------------	-------------------	---

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ORGÂNICA RESPONSÁVEL
Elaboração de Brochura	Lar Jacinto Faleiro - Pólo II
	COORDENAÇÃO
	Executiva: Estagiário

OBJECTIVOS DA ACTIVIDADE	Nº DA ACÇÃO	Nº DE PESSOAS CONTACTADAS
A brochura conterá uma descrição sucinta da instituição, chamando à atenção para a importância da participação dos familiares na definição e condução de um projecto de vida dos utentes, mostrando actividades destes e focalizada na necessidade em criar um ambiente que se identifique com a individualidade de cada um.	2	0

RESULTADOS OU PRODUTOS A OBTER

Informar sobre a necessidade de envolvimento dos familiares dos utentes na definição, com estes e com a instituição, de um projecto de vida e em facilitar a integração do utente na instituição.

Calendarização

02 de Junho

AFECTAÇÃO DE RECURSOS

Recursos humanos Estagiário.

Recursos materiais Computador, software específico, fotografias e impressora.

Recursos financeiros Sem necessidade.

Obs:

Elaboração da Brochura informativa.

Entrevistas a Utentes

Entrevista Utentes

Identificação do interlocutor: 0101192486 – “Maria”

Nome: Idade: 86

Estado Civil: Viúva Filhos: sim não

Quantos: 1

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Eu estava empregada...agora não sei o nome...não me lembra...não sei o nome da terra...diga lá, que disparate. Estava empregada num hotel.

L: Num hotel?

U: Nau...mas então agora não me lembro o nome da terra, já viu.

L: Nau? Seria em Portimão? No Algarve?

U: Não...

L: Lisboa?

U: Então e agora que não me lembra o nome da terra. São já muitos anos.

L: Pode ser que se lembre depois...

U: Ai Nossa Senhora...

L: Então e depois de se reformar continuou a trabalhar?

U: Quer dizer...depois de me reformar tive uma grande doença, fui operada à barriga e tive muito doente. Daí para cá certos trabalhos não podia fazer.

L: Mas manteve-se activa?

U: Sim, sim, sim.

L: Foi sempre fazendo umas coisinhas lá por casa?

U: Ohh, fiz muitas...fiz muitas...quem as fazia era eu.

L: E no seu dia-a-dia, o que é que fazia?

U: Ora, fazia a limpeza da casa, fazia renda, nessa altura estava sozinha que os meus filhos não estavam cá, têm casa na Amadora e vivem lá.

L: E quantos filhos é que tem?

U: Tenho só um filho.

L: E é casada?

U: Sou viúva. O meu filho tinha três anos, tem já sessenta e cinco, está a ver.

L: Vivia com quem antes de vir para o Lar?

U: Eu?

L: Sim. Com quem é que vivia?

U: Quer dizer, estava na casa do meu filho...aqui em Castro Verde. Ai, mas eu não me lembro do nome da terra.

L: Lá para o fim logo se lembra.

U: É ao pé do mar...mas como é que é o nome da terra?

L: Seria Sesimbra?

U: Não...

L: Cascais?

U: Isso mesmo.

L: Como era ao pé do mar, podia ser nesta zona.

U: Estava no Hotel Nau.

L: E os seus amigos/as visitavam-na muitas vezes? Encontravam-se muitas vezes?

U: Tinha aqui uma senhora que era muito minha conhecida. Foi a senhora que eu conheci quando vim para cá, que eu não era daqui, era de Almodôvar, e tenho a visitado até hoje. Dei-me sempre bem com aquela família. E tinha aqui uma irmã. Casada. Mas coitadinha, teve a pouca sorte de morrer. Deixou três filhos. Tinha aqui as minhas sobrinhas, mas elas não estão agora cá, estão na Parede.

L: Perto de Lisboa, não é?

U: Sim. Empregaram-se lá e vivem na Parede.

L: E a sua família Continua a visitá-la?

U: O meu Filho. O meu Filho, esse não falta. Se Deus Nosso Senhor quiser vem na sexta-feira. Vem cá passar a Páscoa

L: E quando se reúne com a família e com os amigos, do que é que mais gosta de conversar?

U: Com a minha Nora, com o meu Neto...

L: E falam sobretudo sobre o quê?

U: Se eu estou melhor, se me sinto bem. A saúde. Está-me sempre a telefonar. Telefona muitas vezes, de três dias em três dias telefona.

L: Quer dizer que, apesar de estarem longe, sente sempre a companhia deles?

U: Sim. Tenho muitas saudades deles. Mais do meu filho, que é a pessoa que estimo nesta vida.

L: Viveu sempre no mesmo sítio até vir para o Lar?

U: Quer dizer, eu estava aqui em Castro Verde e depois o meu marido, tínhamos uma vida boa mas...não descontava nem para a assistência social,

não tinha descontos...não ligava...não ligava, isso não era nada...e afinal eu depois tive que ir trabalhar para ter a reforma, senão não tinha reforma.

L: De quem era a casa onde vivia?

U: Quer dizer, era alugada, onde eu vivi.

L: O que é que mais gostava de fazer antes vir para o Lar?

U: Olhe, fazia tudo. Fazia o governo todo da casa, fazia limpeza, fazia renda. Quando eles chegavam já tinha a mesa posta, o comer feito.

L: E gostava de fazer isso?

U: Gostava imenso de fazer isso.

L: Portanto, a lida da casa era uma coisa que gostava de fazer?

U: Sim, pois.

L: Há quanto tempo está no Lar?

U: Já faz sete anos. Em Outubro faz sete anos que eu estou aqui.

L: Quem foi a pessoa que deu início ao seu processo de adesão ao Lar?

U: Foi o meu filho. Mas primeiro que eu viesse para aqui estava lá em baixo, no outro Lar lá em baixo, mas estive pouco tempo. O meu filho veio logo aqui me inscrever, e eu também gostava mais de vir para aqui.

L: Conte-me lá como é que foi o dia em que entrou pela primeira vez no Lar?

U: Ora, já tinha lá estado em baixo. Gostei mais do ar deste, dava mais saúde...aquele é mais fechado...uma coisa mais...sim.

L: Quem é que o/a acompanhou nesse dia (familiar)?

U: O meu filho. O meu filho é que deu os passos todos.

L: Quer dizer que ele esteve presente consigo?

U: Sim. Realmente esteve.

L: Quem é que a recebeu no Lar?

U: Foram as Doutoradas que lá estavam.

L: O que é que mais gostou no Lar?

U: Olhe, gostei de tudo, trataram-me bem, veja lá senhor. À uma não conhecia lares nenhuns, mas gostava de estar, conforme gosto de estar neste.

L: E o que é que gostou menos no Lar?

U: Olhe, tenho gostado de tudo um pouco. E quem está nestes lugares tem que ser assim.

L: Não acha que devia haver outra coisa qualquer que gostava que fosse mudada?

U: Bom...acho que está tudo bem. Pelo tempo que eu "hei" de viver.

L: Mas se tudo correr bem ainda está cá muitos aninhos...

U: Ah, não estou não...tenho tido muitas complicações. Já me fizeram cinco operações. O pior foi a da barriga.

L: Como é que se adaptou à vida no Lar?

U: Bem. À uma já estava habituada aquele de baixo...quer dizer, não dormia, ia dormir a casa, mas tinham que os bombeiros me vir trazer de manhã e ir buscar, que eu não podia andar. Então depois comecei a andar pelos meus pés. A casa era ali próximo, perto do cemitério.

L: Como se relaciona com os outros utentes/colegas do Lar?

U: Sim...bem, bem. Eu dou-me bem com toda a agente.

L: É uma pessoa bem-disposta?

U: ...é verdade.

L: Como é que é fazer amigos aqui no Lar?

U: Dar-me bem com eles todos. Tem de ser, tem de ser...lá há um que a gente desgosta mais, mas...

L: O que é que costuma fazer durante o dia?

U: Ai, homem, agora não tenho disposição de fazer nada. À uma não tenho cabeça...para isso. E não tenho disposição de fazer nada. Quando tinha...fazia ginástica, fazia pinturas, empatava o tempo.

L: Mas a pintura ainda podia fazer, ou não?

U: Já um dia deste fizemos, para a festa da Páscoa...os bonecos todos que estão aí foi a gente que os fez.

L: Gostava de fazer outras coisas?

U: Já não tenho disposição. Não, não, não. Nem disposição nem cabeça. Gosto muito é de andar, dar as minhas voltinhas, aqui em volta do Lar.

L: Mas sai fora do Lar?

U: Sim, vou por fora, quando está bom tempo. Costumo dar duas voltas por fora do Lar.

L: E sente-se bem a fazer isso?

U: Sim, sim, sinto-me bem. É a única coisa que eu me sinto bem é isso, ir passear...

L: Gosta então de passear quando fazem as excursões?

U: Sim, sim, gosto muito. A última foi aqui com a senhora doutora. Demos um passeio muito bom, fomos a...ai...a Monchique. Mas foi um dia de muita chuva. Fomos na carrinha do Lar. Foram-nos deixar lá ao restaurante...e a doutora também foi.

L: Com que frequência vêm cá os seus familiares?

U: Ai...é tudo muito longe, sabe...

L: Mas eles vêm cá de mês a mês, ou mais vezes?

U: É raro eles virem. Eu cá é que telefono. E eu tinha posto no sentido de lhes telefonar, de dar a boa...Páscoa.

L: Gosta de receber essas visitas?

U: Sim, gosto sim

L: Com que frequência vai a casa dos seus familiares?

U: Não, desde que ando nesta vida nunca mais fui.

L: Quando o Lar organiza saídas/excursões, qual é a sua opinião? Gosta, deviam fazer mais vezes, participa na escolha dos sítios onde vão?

U: (Baixinho) Ai não...isso é à vontade da doutora.

L: Está bem, mas podia a senhora também dar a sua opinião?

U: (Outra vez baixinho) Ai não...não, não. Quero que me levem, porque eu gosto de ir. Já sabem que eu gosto de passear, olha, lá vou.

L: E o que é que mais gostava de fazer fora do Lar que não faz hoje?

U: Fiquei farta de fazer trabalhos, fiquei farta de fazer tanta coisa que não tenho disposição de fazer nada. Isto quando a gente vem para estes lugares...já se sabe...é quando não pode estar em casa não é?

L: Mas às vezes há coisas que podia gostar de fazer. E aí pedia ao Lar para fazer essas coisas.

U: Andar, andar.

L: Como é que se sente em termos de saúde?

U: Mais ou menos, mais ou menos.

L: Com que frequência vai ao médico?

U: Não, agora não tenho ido. Agora não tenho ido.

L: Vai-se sentido um pouco melhor...

U: Sim, sim.

L: Quem trata dos seus assuntos pessoais (pagamentos, IRS, documentos)?

U: Pagamentos, praticamente não faço nenhuns, o dinheiro vem todo para aqui. Compras, isso é com o meu filho.

L: A Assistente Social costuma dar-lhe alguma ajuda nessas tarefas?

U: Eu quando vou, aviso. Olhe, eu vou aqui, vou além. Elas agradecem, dizem, olhe, faz bem.

L: O que é que acha do trabalhos das Assistentes Sociais?

U: Acho bem, acho bem haver este respeito, não é...acho bem. Não tenho que dizer. Cá para mim não tenho que dizer.

L: O que é alteraria aqui no Lar?

U: Sendo assim não era nada, então não falta aqui nada. Não falta aqui nada. Realmente é verdade.

Identificação do interlocutor: 0501192882 – “Joana”

Nome:

Idade: 82

Estado Civil: Viúva

Filhos: sim X não ____

Quantos: 8 (5 já faleceram)

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Era doméstica.

L: Mesmo depois de se reformar continuou a trabalhar?

U: Sim, a lida da casa e coisas só para mim, para fora já não, que eu não fiquei capaz.

L: E no seu dia-a-dia, quais eram as actividades que fazia?

U: No dia-a-dia? Tudo quanto eram actividades no campo...ceifa, monda...apanhar grão, apanhar tremoços, tudo, tudo.

L: Gostava de fazer isso?

U: gostava, gostava.

L: É que às vezes há pessoas que só o fazem por necessidade...

U: Ah não, não. Eu...havia necessidade porque era pobre, vivia disso. Mas havia quem fosse servir em solteira, mas eu não queria. Queria a liberdade.

L: O campo era melhor para si?

U: E eu era magrinha mas tinha força, graças a Deus, senhor, tinha resistência.

L: Vivia com quem antes de vir para o Lar?

U: Com os meus filhos.

L: E os seus amigos/as visitavam-na muitas vezes? Encontravam-se muitas vezes?

U: Eu sou amiga de toda a gente...mas nunca tive amizades...era só os meus, os meus.

L: Era mais a família?

U: Era mais a família. Mas graças a Deus dei-me bem com toda a gente. E eu trabalhei num forno cá...parece que eu vivi num monte...cozia pão para fora. As pessoas amassavam em casa e iam lá dizer, estavam inscritas à hora que se havia de ir buscar e eu ía à casa das pessoas buscar o pão, e levar, todos os dias. Nunca tive nada com as pessoas, mas assim, aquelas amizades loucas que muita gente tem...sei lá, não posso ir aqui sem elas, não...para mim é tudo igual. Desde que me tratem bem.

L: E as conversas que tinha e tem com os seus amigos é sobre o quê?

U: Sobre o quê? Olhe, era sobre o trabalho. Sobre o trabalho, mais nada. E é mesmo verdade. Eu não me meto na vida de ninguém, não me interessa. Talvez esteja errada neste pensamento, mas eu sou assim. É a minha maneira de ser.

L: E viveu sempre no mesmo sítio até vir para o Lar?

U: Não, não, não. Eu nasci numa horta, e fui criada...que era dos meus "avózes"...e depois juntei-me, que eu não casei logo, depois é que casei, e fui para um sítio muito longe, para A-dos-Mestres, até pertence a Almodôvar. Aldeia dos Mestres. É lá perto da mina, em Moncorvo (quis dizer Neves Corvo). Tive lá dezoito anos, tive lá os meus filhos todos e vieram de lá quase criados. Depois o meu marido morreu e eu vim para a minha terra.

L: Que é mesmo Castro?

U: que é mesmo Castro.

L: E gosta mais de Castro Verde ou de A-dos-Mestres?

U: Eu gosto mais de Castro Verde. Ahh, nunca gostei de A-dos-Mestres, aquilo era só miséria cá e lá ainda havia mais. Não havia hortas, eu vivi numa horta e aquilo havia de tudo com fartura. E lá vivíamos num monte em que não se podiam fazer mais casas do que aquelas. Não havia progressos nenhuns de nada...uma pessoa estava lá isolada.

L: Na altura não havia mina?

U: Pois, tínhamos que ir aos poços para lavar, tirar a água com os caldeirões e lavar, era sempre uma coisa diferente. Era lá quando íamos à ribeira, a ribeira era longe. E então...eu tenho ainda lá uma casa...duas casas...mas ainda estão em nome do meu sogro e já o meu marido morreu que era o herdeiro e não passou. Não passou que morreu um irmão, e depois ficaram órfãos, não sei quê...e então, eu depois não tinha lá condições de criar os meus filhos e tive que os trazer cá para Castro, e eles...tinha cá a minha família, e eles estiveram empregados, coitadinhos...criados, que nesse tempo eram criados que se chamavam, e depois acabei por vir também, deixei lá as casa.

L: esta é que era a sua terra...

U: Esta é que era a minha terra.

L: A casa onde vivia, já me disse que era vossa?

U: Era do meu sogro...era nossa. São duas casinhas.

L: Portanto, aquilo que mais gostava de fazer antes de vir para o Lar era o campo?

U: O campo, e fui “cosedeira” e lavadeira...mas tudo pertença a ser doméstica. Mas vim para cá e me empregar numa casa de bolos, vinha muito tarde para a minha casa, os meus filhos estavam a dormir já ali no chão, coitadinhos. Enquanto não fazia tudo não me vinha embora. Gostava muito de lá estar, eram muito boas pessoas para eu estimar, mas vinha muito tarde e depois houve aquela oportunidade de ir para o forno, que havia uma padeira que cozia duas vezes, dois tabuleiros de pães de cada vez, e eu vinha cá oito vezes ao pé da minha casa. Via os meus filhos, já isso era uma grande coisa. Tinha muito trabalho, mas acalmava o coração. Sempre passava por casa e lá via.

L: O seu marido morreu muito cedo?

U: O meu marido morreu muito cedo. Eu tinha trinta e três anos.

L: Teve que criar os seus filhos sozinha?

U: Sozinha...mas depois ainda me juntei...

L: Sempre teve depois uma ajuda...

U: Sim, uma ajuda. Um homem muito mais velho do que eu mas...que ter uma vida boa. Depois, olha, ele morreu, eu adoeci, ele morreu nesse meio tempo e temos uma horta arrendada. Uma horta que é dos senhores Faleiros. Estivemos ali bem, mas depois...eu adoeci, não podia nada, nem sequer...nem sequer a minha roupinha podia lavar, tinha que meter uma mulher para lavar. Que a minha coluna ficou tão...tinham que me dar comer. Tinham que me levantar e deitar.

L: coisas do campo, isso da coluna?

U: Pois, tanto trabalho que uma pessoa tinha. Mas isto é de descendência. É. A minha avó era assim, a minha mãe também lhe aconteceu o mesmo, até tiveram que lhe partir as pernas para a meter no caixão. E tinha uma prima irmã num lar lá em baixo, uma que é Irmina, está numa cadeirinha de rodas toda aleijada... (imperceptível)

L: Portanto é já uma doença que vem de família?

U: É, é, já. É uma herança boa para os meus filhos.

L: Há quanto tempo é que está no Lar?

U: Aqui no Lar há seis anos.

L: Quem foi a pessoa que deu início ao seu processo para vir para cá?

U: Olhe, fui eu...que eu estava em Lisboa, mas estivemos no Algarve e eu vinha muito mal, vinha muito inchada por causa da praia, vinha muito inchada e vinha muito "maliça", e disse às minhas filhas: digo olha vá-se embora que eu fico aqui uns dias à da Tia e depois logo me vêm buscar. Nesse meio tempo soube que o Lar que abriu. E então vim aqui falar com a senhora doutora e ela aceitou-me...para o Centro de Dia. E depois é que vim para o Lar. E graças a Deus tenho-me dado muito bem, gosto muito de estar aqui. Nem me lembro da minha casa.

L: e ainda se lembra como é que foi o seu primeiro dia quando entrou para o Lar?

U: Vim um bocadinho encolhida, porque isto a gente em vindo para as coisas que não conhece bem...mas depois tudo bem, graças a Deus.

L: Foi bem recebida?

U: Fui, fui. E tenho sido sempre, graças a Deus. Eu dou-me bem com as colegas. Tudo bem.

L: E quem é que a acompanhou nesse dia? Veio com alguém ou veio logo sozinha?

U: Não, eu vim...eu conhecia isto. Eu conhecia isto aqui tudo, então a minha casa era aqui ao pé. Eu tive uma casa e depois vendi-a...isto é umas histórias muito grandes...

L: Mas se quiser contar um bocadinho pode contar...

U: O meu pai morreu e eu herdei uns tostões, e então comprei logo uma casa e duas vaquinhas pequeninas, duas bezerrinhas, para criar, que era para os meus filhos lhes cuidarem. Nesse tempo havia aí regressos e eles iam com elas e ceifavam erva aí pelas valas, pelas valetas aí das estradas. E é por isso que eu me juntei depois com esse homem, que era uma boa pessoa. Era viúvo. Depois de eu estar muito doente, como eu já disse, os meus filhos quiseram-me levar que eu já tinha cá dois netos que era para lhes cuidar. E a mãe vem, e a mãe vem, e a mãe vem para cá e eu depois fui-me embora para lá. Já estava melhor e depois os meus filhos já estavam crescidos, um já estava na tropa, e o outro ia tomar conta de um café, ele e um outro rapaz. A gente vende a casa, vende a casa, vim vender a casa em Junho e ele morreu em Agosto. De desastre. Ia para a praia, ali

à noitinha, o carro despistou-se, apanhou e foi ficar lá. E estava fora do lancil. Ia já a descer para a praia por umas escadinhas. E eu vendi a casa e depois fiquei sem casa, o dinheiro daquilo não era nada, para lá não dava para nada. Fiquei sem casa fiquei sem filhos. Fiquei para ali num deserto. A minha vida foi assim e eu tive que ir para a dos meus filhos, que a gente estava numa casinha de aluguer mas depois já não tinha dinheiro para a pagar. O outro estava na tropa mas ainda não ganhava nada. Depois lá estive à dos meus filhos, ora à de um ora à de outro. Mas eu não...elas diziam-me assim, as minhas noras...eu criei-lhe os filhos, estar sempre em casa, fazer-lhe o comer, elas diziam-me assim: quando você sendo mais velha a gente não lhe cuida, tem que ir para as suas filhas. E as minhas filhas diziam assim: não, porque a minha mãe não criou só a gente, criou também os vossos maridos. Ah a gente dá qualquer coisa. Aquilo para mim era um choque tão grande, tão grande.

L: Ficou triste?

U: Era um choque (lamento). E é por isso que eu aproveitei e me safei. E havia um dos meus filhos que dizia assim: não te dêem problemas a minha mãe, quando a minha mãe não puder eu logo meto uma mulher para lhe cuidar. Ele já morreu e a mãe ainda cá está.

L: E quem é que a recebeu cá?

U: Quem é que me recebeu? Foi um senhor que aqui estava que...foi a senhora doutora. A doutora Sónia. Pois, e era o senhor Carlos...

L: Vitoriano, que ele é que era o presidente na altura...

U: Ele é que era, que até eu depois fui mudada, num quarto estávamos três e depois fomos mudadas para um quarto que "avagou", só eu e a mãe dele, que estava muito doente.

L: Essa senhora já faleceu?

U: Ela já faleceu, ela estava também já passada.

L: E o que é que mais gostou no Lar quando cá chegou?

U: Olhe, eu gostei de tudo. Gostei das pessoas, gostei do comer, o comer também é bom. Nesse tempo não me lavavam a roupa, lavava à da minha irmã, mas depois quando vim para cá, roupa lavada, comidinha...eu então costumo a dizer, pessoas que me têm perguntado lá fora, aquilo não é um Lar é um hotel de

cinco estrelas. Eu nunca estive num hotel cinco estrelas...mas mais ou menos sei...o que é que se há-de exigir mais, não pode ser mais nada.

L: às vezes temos que exigir mais para tudo correr bem.

U: Então o que é que a gente há-de exigir mais. Comemos cinco vezes ao dia, estamos já sempre a comer. É comer e dormir e de vez em quando vamos passear, e não é mais porque o tempo também não ajuda. O que é que a gente há-de querer mais. Em vista do que havia antigamente... (imperceptível) ...antigamente as velhotas, assim como eu, ou mais velhas ou mais novas, mais velhas não, mais destruídas ainda, com um aspecto mais desgastado andavam arrimadas a um pauzinho um dia inteiro pelos montes, um monte aqui outro lá muito longe e os cães a ladrar à volta delas e elas coitadas. (lamento) assim caíam assim se levantavam, era muito triste. Estas casas nunca deviam de poder acabar, embora eu desapareça ficam cá outras.

L: E o que é que menos gostou?

U: O quê? Daqui? Não, eu gosto de tudo.

L: Às vezes poderia haver alguma coisa que gostasse de ver alterado?

U: Não. Agora gostava de termos uma outra sala, mas esta falhou, foi ocupada. Temos que estar ali naquela, que é mais fria, é só. É as portas que estão sempre abertas, e é sempre muito frio. Mas para aí se vai aguentando.

L: Adaptou-se bem à vida do Lar?

U: Adaptei-me, sim senhor, é muito bom.

L: Já disse que se relaciona bem com as outras pessoas...

U: Pois, graças a Deus. Ai, eu não pego na vida delas. Eu só contava histórias, coisas do tempo...aquelas parvidades que eu digo às vezes para elas se rirem. Mas não é nada de maldade que eu não vou para a maldade. Coisinhas simples. Anedotazinhas e aquelas coisas assim.

L: O que é que costuma fazer durante o dia?

U: Durante o dia, agora não faço nada. Este ano, a partir do meio do ano tive uma ciática, também por cima da coluna, e fiquei com esta mão...mas eu fazia malha, fazia pegas aqui para o lar e para outros, fazia roupa para bonecos, íamos além para o atelier fazer bonecos, em roupa e em coisas assim e ocupávamos o tempo, e agora também vamos às vezes. E eu gostava, eu gosto de trabalhar.

L: E gostava de fazer outras coisas?

U: Agora já não estou capaz de nada, mas fazia, às vezes ia ajudar além a elas a tirar as coisas da mesa. A pôr não, mas a tirar. Às vezes dou ali uma ajudinha quando há uma coisa qualquer, uma cai ou isso, abalam e fica uma só e eu...eu gosto...mas eu sempre gostei de trabalhar.

L: Às vezes o trabalho mantém a pessoa activa, não pensando tanto na vida...

U: Eu fazia meias, peúgos, meias. Mesmo aqui fazia. E fazia sapatas para...para se enfiar nos pés...pantufas, fazia essas coisas todas. Fazia e, se der ao caso, ainda faço. Agora tenho me doído também esta mão. Eu queria cortar as unhas e não as dava cortas, não tinha força na mão. Estive muito atrapalhada.

L: Isso da ciática limita muito as pessoas é?

U: Pois, então, tira a força. Apareceu-me aqui uma bolinha que anda aqui, este dedo coitado anda desgraçado...mas vai indo, eu dou muitas massagens. Há-de ir se Deus quiser.

L: E a sua família também a visitava muitas vezes?

U: Os meus filhos vinham, vinham cá. O meu Zé agora está ocupado e não tem vindo e a minha filha está pior do que eu. Dores também, era cabeleireira, massagista, tinha sempre muito serviço, ela também gostava muito de trabalhar. Agora está já a vender as coisas porque não pode trabalhar. Tem andado levando infiltrações nos músculos, que não tem força para nada, tem o marido que quer ajudar às vezes. Tem cinquenta e seis anos.

L: Ainda é uma rapariga nova?

U: E depois anda naquelas terras, ela mora em Paço de Arcos...

L: Ali ao pé do mar não ajuda muito...

U: Não, não ajuda. E elas mantêm-se mais nova que à gente cá no campo, "estragávamos-se" mais...a pele...ela parece...mas coitada, então agora está desgraçada.

L: Mas pelo menos uma vez por mês costuma os ter cá?

U: Vinham, vinham cá muita vez. E este ano até veio cá já uma neta minha, duas vezes, que eu ajudei também a criar. Veio cá mais o marido. Essas estão ali em Sines. Veio cá mais o marido. Têm uma lota de peixe e vêm trazer o peixe além para o écomarché. Ela tem uma empregada, ela vem muita vez. E o meu filho, o

outro homem, também vinha, e o meu Zé, que é o que tenho agora é só ele, é marinho. Era, agora está no activo. É marinho...e agora como está no activo tomou posse de um clube para...fazem comidas e isso...tão mesmo lá ao pé da porta dele, como tem duas filhas a estudar faz muita despesa. Uma já está na universidade em Lisboa, está a estudar para médica. Tem sempre querido desde pequenina, tem passado com as notas mais altas. Não quer namorar, não quer nada.

L: E gosta de receber essas visitas?

U: gosto.

L: E costuma ir também a casa dos seus filhos?

U: Também, quase todos...olhe este ano eu não quis ir, eu estava muito doente. Com as dores não quis ir. Pelo Natal vêm-me buscar. E depois ela tem uns familiares que vêm...a minha nora...que vêm, estão na Alemanha, que vêm cá, que moram na Arruda dos Vinhos. E íamos lá, passávamos a noite de Natal e no dia íamos lá, e depois eles ao fim de um dia ou dois vinham cá.

L: E costuma sair do Lar para passear na Vila?

U: não, não saio. Só saio nos passeios aqui da casa.

L: Mas não sai porque não se sente capaz ou porque não gosta?

U: O que vou fazer para a Vila? Ver montras? Já não posso comprar as coisas, já não tenho falta. Mas vou às vezes à da minha irmã. Mora lá em baixo, na Rua dos Combatentes, lá em baixo. Só vou na carrinha. Quando a carrinha vai buscar as pessoas que moram lá. Vai buscá-las e eu vou, logo pela manhã. E vai levá-las e depois vem. Mas mais andar aí assim, não. Então para quê? Eu já conheço a Vila. Dou é passeios aqui à volta do Lar.

L: Então e quando o Lar organiza excursões. Qual é a sua opinião? Gosta? Não Gosta?

U: Gosto, gosto de ir. Tenho pena é de não poder andar muito, mas isso também é a passo de caracol e quem não aguenta isso não aguenta nada.

L: E gostava e escolher o sítio onde vão?

U: Não, eu não. Aquilo é tudo bom.

L: O que é que mais gostava de fazer fora do Lar que hoje não faz?

U: Olhe, gostava de trabalhar na casa dos bolos que eram doces. Trabalhei no forno até que ele fechou. Foram quatro anos, faltavam dois meses. Fecharam os fornos e acabaram as padeiras que lhes venderam os alvarás à fábrica. Aos senhores da fábrica. Era uma fábrica nova, já fechou. Havia uma muito antiga que era do senhor Prazeres. Depois aquela fechou e fizeram uma lá em baixo, ao pé do Lar. Depois compraram os alvarás às padeiras e às forneiras, as que coziam pão. Depois acabou. E agora acabou as padarias também, estão lá prédios, já foram vendidos. Agora nada dá. Agora nada dá para o negócio, não sei porquê. Agora até apanhar as azeitonas já dá, que as deixam todas por apanhar, e a gente ia apanhá-las em moça, íamos apanhar as azeitonas para os patrões e depois íamos ao rabisco, alguma que ficava por lá escondida nas palhinhas. Íamos buscá-las para a gente ir fazer coisa ao lagar. E agora nem aquelas que estão juntas...têm coisas de azeite. Nada dá.

L: E em termos de saúde? Já me disse que teve aí uma altura má, mas agora já está melhor?

U: Sim, agora estou melhorzinha, como lhe digo. Eu já fui fazer uma porção de exames.

L: Costuma ir muitas vezes ao médico?

U: Não, não vou muitas vezes, a minha doença é a mesma. Não digo que não venham para aí outras piores. Mas fui a Beja, fui fazer um TAC, fui fazer uma outra operação ao coiso...um aparelho na boca e outro, com licença, no rabo...(lamento) aquilo custou...

L: Foi fazer a endoscopia e a cólonoscopia...

U: Fui fazer essas coisas todas. Tenho uma mancha no fígado, tenho a vesícula cheia de pedras, está tendida, e tenho o coração maior que a caixa. No outro dia fui fazer umas análises e diz-me a médica assim: olhe, tem tudo a mais, triglicéridos a mais e...que é que era mais...já não me lembro...o colesterol e mais não sei o quê...digo, doutora, então tenho tudo a mais...

L: Então, e quando tem algum assunto para fazer quem é que lhe trata?

U: Agora já não tenho nada...tive que tirar o bilhete de identidade, porque o meu era lá de Lisboa, não dava para ir votar e eu queria ir votar, e fui tirar aqui mais o senhor Francisco na carrinha. Mais, não tenho mais nada.

L: E o que é que acha do trabalho das Assistentes Sociais?

U: Eu não tenho que dizer...olhe, eu faço tudo no meu quarto. Eu faço a minha cama de lavado, eu limpo o chão se fica molhado, eu dou banho sozinha...vejo-me assim atrapalhada, mas eu gosto de fazer. Mas mesmo que não fizesse elas ajudavam-me.

L: Agora a última pergunta. Se mandasse aqui o que é que alterava?

U: Ai, eu não sei o que é que hei-de alterar. Não sei, a gente não tem que dizer de nada...então o que é que a gente quer mais com a idade que tem?

L: Mas com qualquer idade se pode querer mais.

U: Temos que comer. Há horas em que até andamos cheias de umas horas para as outras. A gente tem uma boa cama para dormir. Damos banho as vezes que a gente quiser. O que é que a gente vai pedir mais.

Identificação do interlocutor

Nome:2502192882 – “Rui”

Idade: 82

Estado Civil: Viúvo

Filhos: sim X não_____ Quantos:

1

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Trabalhava a canalizador, soldador.

L: Mesmo depois de se reformar continuou a trabalhar?

U: Não.

L: E no seu dia-a-dia, quais eram as actividades que fazia?

U: Outros trabalhos quaisquer que apareciam.

L: Vivia com quem antes de vir para o Lar?

U: Vivia sozinho.

L: Tinha muitos amigos?

U: Não. Quer dizer...eu...em respeito a amigos eu...fui sempre uma pessoa muito solitária.

L: Portanto, não tinha assim muitos amigos?

U: Não tinha.

L: E esta sua filha, antes de o Senhor vir aqui para o Lar, visitava-o muitas vezes?

U: Não...ela está em França.

L: E ela já lá está há muito tempo?

U: A minha filha já nasceu lá.

L: Quer dizer que o Senhor esteve em França?

U: Já estive lá.

L: Muitos anos?

U: Aí uns trinta e dois trinta e três.

L: Quer dizer, primeiro viveu em França e depois é que veio para Castro Verde, aqui para o Lar?

U: Não. Primeiro vivi em Castro Verde, depois parti para França, casei em Fran...casei em Lisboa, e depois fui para França. Vivi lá cerca de 30 anos.

L: E gostou de viver lá?

U: Sim gostei.

L: De quem era a casa onde vivia?

U: Em França? Era da minha filha.

L: O que é que mais gostava de fazer antes vir para o Lar?

U: Gostava de fazer aquilo que fazia.

L: Há quanto tempo é que está aqui no Lar?

U: Há mais de um ano.

L: Quem foi a pessoa que deu início ao seu processo de adesão ao Lar?

U: Praticamente fui eu.

L: Não teve dificuldade em falar com as pessoas do Lar?

U: Não tive dificuldades.

L: Ainda se consegue mexer bem, falar bem com as pessoas sem muita ajuda?

U: Falar bem, falo eu bem com elas sempre. Falo com todos, sou amigo de todos, nunca tive mal com ninguém...imperceptível.

L: Conte-me lá como é que foi o dia em que entrou pela primeira vez no Lar?

U: O primeiro dia foi vir para aí, comer, passar aí uns bocadinhos...

L: Não sentiu grande diferença entre estar aqui e estar em casa?

U: Não, escute, não senti porque a minha fama morreu em França, depois vim para cá, tive numa casa da minha irmã. Depois comprei aquela casa, vivi naquela casinha. Não era grande, era pequeno, mas uma casinha boa. No fim fui obrigado a vendê-la, porque já não podia viver ali...

L: Porque já não tinha companhia? Precisava de acompanhamento para o seu dia-a-dia?

U: Cheguei a ficar em casa sozinho, dias e dias, depois vim para aqui.

L: Pois, a dificuldade e a solidão é que o fizeram vir aqui para o Lar?

U: Não podia andar...deu-me uma trombose, e então já não aguentava estar sozinho...eu morava na rua dos fornos...e já não aguentava muito, e vim aqui para o Lar.

L: Quem é que o/a acompanhou nesse dia? Veio sozinho ou foi alguém que o trouxe?

U: Não...vim com o Chico Escorrega.

L: Um amigo, não foi?

U: É também aqui do Lar.

L: Quem é que o/a recebeu?

U: A senhora que aqui está, a Doutora.

L: O que é que mais gostou no Lar?

U: A companhia. A companhia é a melhor coisa.

L: E o que é que gostou menos no Lar?

U: O que gosto menos é as doenças. Esta perna.

L: Tem uma doença na perna?

U: Hum, hum...

L: E adaptou-se bem à vida no Lar?

U: Sim, que eu nasci aqui.

L: Pois, porque dantes isto era um hospital?

U: Nasci aqui, no Lar.

L: Ainda se lembra quando o Lar era um hospital?

U: Sim, eu conheci isto tudo.

L: Aqui dentro, relaciona-se bem com os outros utentes?

U: Com o doutor?

L: Não, com os outros utentes?

U: Com o Doutor?

L: Não, não. Com os outros utentes?

U: Ah, com os outros utentes...sim, dou-me bem com eles.

L: E o que é que costuma fazer durante o dia?

U: Durante o dia? Estou deitado.

L: Está deitado? Não passeia à volta do Lar?

U: Agora já passeio um bocadinho à volta do Lar.

L: Mas tem algumas dificuldades em andar, é isso?

U: Agora tenho menos dificuldades. O Doutor José Carlos receitou-me uns comprimidos que me têm feito muito bem. Eu andava mal e agora já ando melhor.

L: Gostava de fazer outras coisas se pudesse?

U: Que é que eu posso fazer? Às vezes a comer mal. Não tenho apetite...mesmo que quisesse fazer não podia fazer.

L: Tem pouco contacto com a sua filha?

U: Sim. Quer dizer, quando a minha filha nasceu já eu me tinha vindo embora. E agora a minha filha está lá sempre. Ela nasceu lá e a mãe nasceu lá

e...praticamente não pode vir aqui...as viagens são caríssimas, e então as pessoas num carro...é caro. E é só bandidagem no caminho.

L: Quando o Lar organiza saídas/excursões, qual é a sua opinião? Gosta, deviam fazer mais vezes, participa na escolha dos sítios onde vão?

U: Tenho gostado. Eu pouco me mexo...sou pouco amigo para essas coisas.

L: Em termos de saúde o seu maior problema é aí a perna?

U: É a perna.

L: E diz que lhe deu uma trombose aí há tempos foi?

U: Há uns quatro anos, talvez.

L: Vai com muita frequência ao médico?

U: Não. Sou muito amigo dos médicos, mas gosto pouco de ir ao médico, tem sempre muita gente, muito barulho, há sempre muita confusão. Agora há aí uma pessoa que fala por telefone e fazem a receita.

L: Quando tem que tratar estas coisas do IRS, finanças...é a doutora que lhe dá a ajuda?

U: Não. Agora porque vieram uns papéis para preencher, da França, (imperceptível) ...tratou-me de tudo.

L: E o que é que acha aqui das Assistentes Sociais?

U: Acho bem. Quando tenho falta ajudam-me sempre.

L: Se mandasse o que é que alterava aqui no Lar?

U: A boa harmonia.

L: Mantinha a boa harmonia?

U: Pois.

Identificação do interlocutor

Nome:2207193677 – “João”

Idade: 77

Estado Civil: Solteiro

Filhos: sim X não _____

Quantos: 1

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Antes de me reformar? Olhe, fui moiral de gado.

L: Mesmo depois de se reformar continuou a trabalhar?

U: Ainda trabalhei.

L: Muito tempo: Sim, ainda...não sei quantos anos...trabalhei em estradas, trabalhei em obras, pedreiro, em Faro e em Lisboa.

L: E no seu dia-a-dia, quais eram as actividades que fazia?

U: Jogava à carta.

L: Gostava de estar com os seus amigos?

U: Pois, com os meus amigos.

L: Vivia com quem antes de vir para o Lar?

U: Estava sozinho. Tinha morrido a minha irmã. Estava sozinho. Morreu o meu pai.

L: esteve a viver com familiares?

U: sim. Com a minha irmã, pois. Veio a morrer no barco ali em Vila Real. Há dois anos.

L: Antes de vir para o Lar costuma estar com os seus amigos?

U: Pois.

L: Sente falta desse tempo?

U: Ainda me lembra bem esse tempo.

L: O seu filho, costuma visitá-lo aqui no Lar?

U: Olhe, já aí há uns dois meses que ele não vem cá ao Lar. É solteiro ainda, está com a mãe.

L: E ele vive onde?

U: Aqui nos Grandaços.

L: É relativamente perto?

U: Pois, às vezes aparece aí. Agora já há dois meses que não aparece.

L: E quando está com ele costumam falar sobre o quê?

U: Sei lá...

L: Por exemplo, sobre o trabalho?

U: Sobre o trabalho, pois...

L: Viveu sempre no mesmo sítio antes de vir para o Lar?

U: Não. Logo morei ali, trinta anos, ali na...ao pé dos Namorados. Agora estava na Galeguinha. Depois vim para aqui. Tinha lá o meu pai, a minha irmã, a minha mãe.

L: E a casa onde vivia era sua ou era alugada?

U: Uma era do meu pai e a outra era da herdade. Alugada.

L: O que é que mais gostava de fazer antes vir para o Lar?

U: Gostava de trabalhar. Já trabalhava desde pequenino.

L: Começo a trabalhar muito novinho?

U: Tinha para aí dez anos. Era ajudante do moiral.

L: Há quanto tempo é que está aqui no Lar?

U: Faz no dia dez deste mês um ano (10 Abril 2010).

L: Quem foi a pessoa que deu início ao seu processo de adesão ao Lar?

U: Ah, foi uma sobrinha minha.

L: E essa sobrinha costuma visitá-lo?

U: É. Ela costuma vir aí sempre todos os quinze dias. Falei anteontem com ela. "Então não tens vindo cá?"; está cuidando de uma mana que está lá no Algarve. Fez uma operação e está cuidando nela. Só tem um filho, ele não é casado, o marido está empregado...e ela está cuidando nela.

L: Ainda se lembra do dia em que entrou pela primeira vez no Lar?

U: Já não me lembro.

L: E nesse dia veio sozinho?

U: Não. Veio ela, essa sobrinha.

L: E quem é que o recebeu cá?

U: A senhora doutora, aquela que está lá no Lar de baixo...a doutora Sofia, mais aquela senhora de Beja. Telefonou lá para Ourique...já havia vaga. Vim logo nesse dia.

L:

L: O que é que mais gostou no Lar?

U: Esta gente toda.

L: Gosta das pessoas, é isso?

U: Gosto das pessoas.

L: E o que é que gostou menos no Lar?

U: Uma pessoa está habituada lá nos montes...

L: Sente-se menos livre, é isso?

U: pois...

L: E adaptou-se bem à vida no Lar?

U: Sim, tudo.

L: Aqui dentro, relaciona-se bem com os outros utentes?

U: Para mim não são maus.

L: E o que é que costuma fazer durante o dia?

U: Oh, não se faz nada. Vou dar uma voltinha.

L: Mas gostava de fazer outras coisas?

U: Ah, gostava, mas o que é que eu hei-de fazer agora com esta idade.

L: Mas não é uma pessoa ainda com muita idade?

U: Uma perna ainda vou levantando.

L: Como ainda se mexe bem podia querer fazer outras coisa qualquer?

U: Esta perna é que não me ajuda. Um acidente. Já há três anos saiu-me aqui a bola do joelho. Os outros partiram as pernas e os braços, e os outros saíram bons.

L: Mas foi um acidente?

U: Foi. Um desastre. Foi outro carro. A gente ía a tirar uma motorizada do caminho, de outro desastre, era para aí duas horas da manhã, éramos quatro

homens a pegar na bicicleta, veio de lá outro e levou a bicicleta e a gente. Caímos todos dentro da valeta da estrada.

L: E os amigos que tinha, costumam visitá-lo aqui no Lar?

U: Ah...às vezes, há um mês e tal que cá não vêm. Mas vêm quase sempre, andam trabalhando.

L: E gosta de receber essas visitas?

U: Gosto. (imperceptível)

L: E já foi às excursões do Lar?

U: Já. A uma remessa delas.

L: Gosta de ir a essas excursões?

U: gosto, muito.

L: E gostava também de dar o seu palpite para saberem onde gostava de ir?

U: Elas perguntam onde é que a gente gosta de ir.

L: E em termos de saúde? Qual é o seu estado?

U: Por enquanto bem.

L: Vai com muita frequência ao médico?

U: Fui umas sete ou oito vezes. Fui a uma consulta em Beja. Fui no dia quatro ou no dia cinco. O Senhor doutor quer que eu vá lá outra vez. Desta vista não via nada. Quando cá cheguei fazia um ano que tinha isto.

L: Mas não se pode deixar adiantar essas coisas.

U: Não fazia caso disso. Disse: “ah, senhor doutor tenho medo de fazer. E ele disse: tem medo, todos têm. E eu disse: olhe, faço.” Marquei a consulta, fui lá outro dia, no dia dezanove. E agora já vejo bem desta vista. Dantes não via nada. Agora falta esta. Está na mesma, só vejo névoa. É uma coisa aqui na menina da vista.

L: Ainda está a fazer tratamento a essa?

U: A esta ainda estou. Estou a levar doze pingos todos os dias.

L: Quando tem que tratar de algum documento, de algum assunto, quem é que costuma tratar dessas coisas?

U: Peço a alguém.

L: Normalmente pede a quem?

U: A pessoas que eu conheço.

L: E aqui no Lar já pediu a alguém?

U: Era para assinar uns papéis. Que eu não sei ler.

L: As Assistentes Sociais costumam dar-lhe ajuda nessas tarefas?

U: Sim.

L: E o que é que acha do trabalho delas?

U: Ah...são boas.

L: Se mandasse o que é que alterava aqui no Lar?

U: Não lhe sei dizer.

L: Assim uma coisa que gostasse de alterar...

U: Não sei. O que é que eu hei-de dizer? Está tudo bom, tudo bem, bem arranjadinho

L: Mantinha as coisas como estão?

U: Pois...

Identificação do interlocutor

Nome:2107192881 – “Manuel”

Idade: 81

Estado Civil: Casado

Filhos: sim X não_____

Quantos: 9

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Era moiral de porcos. Trabalhei ali por conta dela, aqui em Ourique, por conta da João da Mula. Três anos. Aquilo éramos quatro, todos se reformaram, e eu tive que me reformar também. Ainda estive lá uns tempos. Limpando quintais,

limpava um quintal a um, limpava os quintais a outros, e por fim vim para a aldeia, ali para as Piçarras.

L: Portanto, mesmo depois de reformado limpava os quintais?

U: Pois. Aqueles trabalhos...havia um vizinho: “Mestre Joaquim não me limpa ali aquele quintal, aquela erva?” depois lá havia outro: “Mestre Joaquim não quer varrer aquele curral assim assim?” e eu entretinha-me por ali.

L: Antes de vir aqui para o Lar vivia com quem?

U: Vivia com a minha mulher e com mais cinco filhos. As são casadas e vivem lá por conta delas.

L: E tinha muitos amigos quando estava fora do Lar?

U: Tinha.

L: Costumava conversar com eles?

U: Sim. Ainda hoje converso com os meus amigos. Às vezes vêm-me aqui em Ourique. “Joaquim então já não vai à nossa aldeia? Está zangado com a gente?”

L: Agora já não costuma ir tantas vezes à aldeia?

U: Agora já não costumo ir tantas vezes à aldeia.

L: E a sua família costuma vir cá muitas vezes?

U: Pois. Foi ontem ou anteontem que estive aí a minha filha mais a miúda. Mais a neta. E hoje estou fazendo conta delas virem aí buscarem-me.

L: Costumam vir buscá-lo para dar uma voltinha?

U: Pois. E depois vêm-me trazer.

L: Viveu sempre no mesmo sítio antes de vir aqui para o Lar?

U: Vivi sempre no mesmo sítio porque eu tinha ali aquela propriedade que tinha comprado. Comprei por...deixe lá ver...não me lembra quanto aquilo custou. Para aí...olhe não lhe quero mentir, são umas casas só.

L: Mas dava bem para si?

U: Dava bem para mim.

L: Há quanto tempo está aqui no Lar?

U: Já me esqueci...mas aí há um ano.

L: E foi o senhor que tratou do processo para vir para cá ou teve alguém que o ajudou?

U: Fui eu. Disseram-me: “se o senhor quiser vir para cá...eu disse à mulher se ela queria vir para cá que eu vinha cá pedir”. Ela disse: “não, eu não quero deixar as minhas casas para ir para as casas alheias”. E então, vou eu. Em vez de ir para o Lar lá de baixo vim para aqui. Vim então para aqui. Comecei a limpar aqui e a limpar além e tudo o que me derem para fazer. Depois mais tarde ela quis também vir para o Lar, e já não havia para aqui. Ela está no lá de baixo. Está no outro. O meu filho, que é casado, perguntou: “pai, então, não quer ir para o Lar lá de baixo?” E eu, não, estou bem lá naquele de cima. “É que a mãe quer ir para o Lar”.

L: E costumam visitar-se um ao outro?

U: Não senhor. Ela vai a casa todas as noites. Vão levá-la a casa todas as noites e buscá-la, e eu não. Não sei já o tempo que aqui estou.

L: O que é que mais gosta aqui no Lar?

U: Eu não sei o que é que...eu gosto de estar aqui, de andar aí com o pessoal.

L: Dá-se bem com as outras pessoas?

U: Dou-me bem com as pessoas.

L: E o que é que gosta menos?

U: É do mau tempo. Eu gosto é do bom tempo.

L: O mau tempo é que chateia?

U: ...É que chateia.

L: Adaptou-se bem aqui à vida no Lar?

U: Gostei. Gosto muito de cá estar.

L: O que é que costuma fazer durante o dia?

U: Ora durante o dia ponho o pé por aí a baixo. Desde que me reformaram há três anos. Vou aí com mais uns amigos, eles lá bebem um copo, eu beber não bebo. Há três anos que não bebo. Deixei de beber, deixei o tabaco. Entretenho-me lá com eles de conversa.

L: E gostava de fazer outras coisas?

U: Gostava. Gostava.

L: Diga lá então o que é que gostava de fazer?

U: Sei lá, eu não posso fazer nada. Mesmo que queira trabalhar não posso.

L: Ma às vezes podia haver alguma coisa aqui no Lar que gostasse de fazer.

U: Pois. Qualquer coisa que possa para aí fazer, às mulheres, levar isto ou levar aquilo.

L: Quando o Lar faz excursões, costuma ir?

U: (imperceptível)...tenho costumado a ir. A princípio não ía tanta vez, por causa que tinha que sair e não vinha a horas. Mas agora de vez em quando vou.

L: E tem assim algum sítio onde gostava de ir?

U: Agora não tenho, por enquanto não.

L: Quanto tem assim um assunto qualquer para tratar, um papel, documentos, quem é que costuma tratar disso?

U: (imperceptível)...os filhos.

L: E o que é que acha das Assistentes Sociais?

U: Acho que sejam boas. Que tratam bem.

L: Tratam-no bem, é isso?

U: Eu, graças a Deus, não tenho razão.

L: Costumam dar-lhe atenção?

U: Pois então...

L: O que é que gostava de alterar aqui no Lar?

U: Ora...o que é que gostava. Eu...ainda agora fui além para o Sol, deu-me sono, a minha vontade era de me ir deitar. Depois o Sol encobriu, de lá para cá, tive de conversa ali com outro, e estava-me custando estar ali naquele lugar.

L: Sentia ali falta de um telheiro?

U: Ora bem.

Identificação do interlocutor

Nome: 2210193277 – “João”

Idade: 77

Estado Civil: Solteiro

Filhos: sim _____

não X Quantos _____

Leandro: Antes de se reformar o que é que fazia?

Utente: Antes de me reformar? Não tinha casa, morava lá em baixo no Lar. Fiz a primeira reunião para a formação dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde.

L: Quer dizer que tinha formação em socorro?

U: Não, quer dizer, era um grupo bonzinho e uma senhora que era médica, era um velhote que era da secretaria, do gabinete, o marido dela que era reformado em...olhe já não sei...um era advogado, esse já não sei o que é que era. Estão em safara...

L: O Cordovil?

U: São gémeos. O Francisco e o João, que é caçador.

L: E depois de se reformar continuou a trabalhar?

U: Não, eu trabalhava muito era antes de me reformar. Trabalhava...a minha profissão era medidor orçamentista, e um medidor orçamentista é sempre necessário. E como trabalhava no gabinete tinha aqueles preços todos por causa das obras feitas aqui assim. Os orçamentos eram todos feitos por mim. E portanto trabalhava, para a gente de Almodôvar e de outros lados.

L: Estava mais ligado à construção civil?

U: Exacto.

L: E depois de se reformar já não quis saber do trabalho?

U: Não, nunca mais. Impingiram-me aqui o fazer no clube Castrense a introdução de uma modalidade. Então...eu queria o basquete, eu tinha um clube em Angola, o hóquei clube de Luanda, na cidade de Nova Lisboa, e vim cá ganhar um campeonato nacional. Lá tinham femininos e masculinos. Para lutar contra a bola. Era o voleibol, o basquete e o hóquei. Então...mas eles não quiseram, porque havia aqui o senhor António dos Anjos, que era um homem muito doente do

Castrense que não quis basquete, porque ele em Luanda, ele esteve uns anos em Luanda, e enquanto esteve em Luanda morava num bairro que tinha um clube desportivo que praticava hóquei, e pronto, nós aqui optamos por hóquei. O basquete era mais barato, sapatilhas calções.

L: Portanto, essas eram as actividades que fazia depois de se ter reformado?

U: Não só hóquei em patins, corridas de patins também...e, nas corridas de patins tínhamos mais raparigas que rapazes. Tivemos várias campeãs, por exemplo a Verinha, deve ter hoje trinta e dois ou trinta e três anos, essa num campeonato nacional eram seis provas e ela ganhou cinco, cinco primeiros, porque o sexto ela foi empurrada pela miúda do Cascais, o fiscal, que era aqui de Beja, não gostava de nós, toda a gente viu que ela foi empurrada, ela caiu, levantou-se e ainda chegou em segundo. Está a ver, a terceira classificada não chegou a apanhá-la.

L: Antes de vir para o Lar vivia com quem?

U: Vivia lá em baixo. Quando cá chegámos, os funcionários de GAT, uma vez apareceu o ministro da Administração Interna e disse, marcaram a reunião às nove horas, e eu disse: “nove horas é demais”. Somos doze na pensão, eu começo a tomar banho às seis, o último que chegou era um engenheiro que estava em Lisboa, que tinha nascido em Angola, não era outro, que era lisboeta, do bairro de Fátima, ou bairro da igreja, parece que é assim que se chama. Então chegou, e diz ele, “então como é? Só agora?”. “É que estamos doze na pensão, começa o Chico a tomar banho, vai o Apolónio, depois vai o Seixas, eh, somos doze”. “Então vamos falar aí à câmara a ver se tem para aí uns casões ou qualquer coisa. Arquitectos e engenheiros, mestres de obras e medidores há, e isso faz-se tudo num instante”. Então fizemos um lar engraçado, tínhamos quatro quartos, nada mau, cinco quartos, onde eu ainda tenho a minha tralha e ainda pago a renda, é uma renda de, sei lá, mais ou menos, que é para dizer que pago, pronto, e ainda lá tenho uns livros e tal e tal. Era um conjunto interessante, tínhamos uma salazinha, televisão, eu tenho lá uma televisão também que é minha. Depois tínhamos a cozinha e a despensa que, aos fins-de-semana era muito bom para mim, que comia só aquilo que me apetecia. Ía ao talho, comprava uns bifes bons, não comia outra coisa senão lombinho, uns iogurtes, que é o que eu gosto e saladas e misturas. O meu pequeno almoço era assim, duas maçãs, dois iogurtes e uma pêra...depois ía tomar um café. Há vinte anos que não tomo café.

L: Ainda tem família?

U: Não. A minha família, só para dizer, por acaso é engraçado, o meu avô materno, casado com a avó Catarina, que era avó negra, o meu avô é de Guimarães e o meu pai é de Alcobaça. Duas coisas históricas, é engraçado, é o berço da nação e os monges de Císter.

L: A casa era alugada?

U: Era...quer dizer...foi feita por nós, pronto, e tal, não pagava-mos a renda. Tínhamos uma cozinheira que era paga por nós, e mais tarde conseguimos que ela fosse paga pelo gabinete.

L: E o que é que mais gostava de fazer antes de vir para o Lar?

U: Eu? O que mais gostava de fazer era viajar e praia. Eu praia, fazia praia em Maio, às vezes já começava a fazer praia em Abril. Estava cinco dias bons e perguntava a senhora da pensão...vinte e um anos em Quarteira, mas também passei, dois anos em Quarteira, e um fui acompanhar com o professor Daniel, um moço que se dava aí, e fomos acampar. Agora estive em...como é que se chama...em Tavira. Fiz vinte e um anos de praia. Isto há quatro anos. Quer dizer, tenho uma prótese encaixada, na anca esquerda.

L: E há quanto tempo é que já aqui está no Lar?

U: Vai fazer quatro anos.

L: E quem é que foi a pessoa que deu início ao seu processo aqui no Lar?

U: Quem me trouxe para cá foi o professor Tonim.

L: E como está em termos de saúde?

U: Estou bem. Tive este problema, fui operado. Tenho uma sobrinha que é pediatra e conseguiu que eu fosse operado lá para cima, não é, foi em Cascais. Foi um hospital, segundo dizem foi feito pelo Presidente da República, quando terminou a guerra de 1914-18. António José de Almeida, em Carcavelos. Eu fui lá operado, encaixaram-me aqui uma prótese, de porcelana, já não é de platina nem em ferro. Mas antes disso tive o azar de ter sido atropelado por um tractor agrícola. Fui passar o Natal com os meus irmãos, um irmão que eu tinha que era arquitecto e o outro trabalhava e vivia em Proença-a-Nova, onde a minha irmã era professora. E eu ía para lá, e vinha, íamos passar o Natal, deixei o meu irmão em Leiria, a meio caminho e olha, aparece-me aquele bandido. Estive cinco meses no

hospital. Dois em Beja, amarrado à cama e mais três aqui, e depois ainda estive mais uma mês em casa e só depois de sete meses é que comecei a trabalhar.

L: E como é que foi a primeira vez que veio aqui para o Lar?

U: Nem queira saber, aquilo, o hospital, é duro. As injeções de insulina...

L: Mas tem diabetes?

U: Diabetes nos joelhos. Duas espanholas que trabalhavam lá no hospital, muito simpáticas, diziam na brincadeira, “é na barriguinha”. Tenho aqui umas marcas na barriguinha, devem ser disso.

L: E quando veio aqui para o Lar, adaptou-se bem, habituou-se bem?

U: Conhecer não conhecia, não é. Fui conhecendo o pessoal cá, mas para onde havia de ir. Não podia, era aqui, era aqui, e é aqui que eu estou. Como não estou na cadeia, tenho porta aberta, saio quando quero, às vezes não almoço ou não janto, aviso. Todos os dias saio para ir ao café, ler. Leio o jornal, todos os dias, não falho. Tenho ali dois livros, trouxeram-me há um mês, já acabei um, na semana passada comecei outro, portanto devo acabar agora durante esta semana, que é para manter a cabeça a trabalhar, senão mal de mim.

L: O que é que mais gosta no Lar?

U: É deste cantinho. Este cantinho, ninguém me chateia, estou aqui à vontade e leio.

L: E o que é que menos gosta?

U: O que menos gosta, o que menos gosta, quer dizer, eu às vezes lanço assim a boca, é das coisas salgadas. Quer dizer para velhos acho que não devíamos comer as coisas salgadas, mas quem cozinha tem metade da minha idade, e como tem metade da minha idade cozinha para eles. É verdade é, é só isso. Que de resto vamos lá, comece uns dias melhor outros dias pior. Não sou eu só que reclamo, há aí outros que reclamam mais do que eu. Eu sei que tenho que comer, não como tanto, como menos. A semana passada toda andava assim meio...da cabeça, porque a médica, assim de rotina fui à minha médica e ela mandou-me fazer um exame aos intestinos. Eu não sofro de intestinos mas pronto, e havia aí uma moça que faz as limpezas e “ai mestre Chico não comeu nada, não gosta?” e eu, “não não eu gosto, então”. “mas está a comer menos”. Mas era só por causa disso, fui fazer a ecografia na quarta-feira passada, aqui a moça que trata disso deve chegar na próxima quarta-feira. E portanto, olhe, vai-se andando.

L: E relaciona-se bem aqui com os colegas?

U: Sim, eu converso com toda a gente. Tenho aqui dois ou três velhotes que vêm para cá, ponho-os aqui a marcar passo. Há um que é impossível quase, mas obrigo-o a sair da cadeira, não é. Está quase sempre na cadeira. A ver se ele se mexe. Já o trouxe para aqui, ainda ontem estava aqui a pedalar, o outro já há bocado esteve aí, têm oitenta e três e oitenta e cinco. São mais velhos. Um deles então só agarrado. Até os desafio para andarem aqui neste passeio. Sempre são cem metros. Há aqui que tem oitenta e cinco. É doente do futebol. Relatos só ouve os do Sporting, e não vê os outros jogos. Pega no jornal A Bola de manhã e anda com ele debaixo do braço, dorme, o jornal cai, chega à noite e pergunto-lhe qualquer coisa, ele não sabe. Mas esse não anda lá fora. Mas eu já medi, daqui até lá dentro da secretaria são 55 metros, 53 ou não sei quê, e ele faz, anda, ele faz aí umas cinquenta vezes por dia. Eu saio à tarde, quando está bom tempo. Chego a fazer dois quilómetros, dois quilómetros e meio. Vou aqui direito à escola, depois viro, vou até ao parque, do parque vou até aos bombeiros. Outras vezes saio daqui vou até ao centro de saúde, viro, vou até à rodoviária, ali até às ovelhinhas, venho até cá. Pelo menos que faças aquilo que eles manda que os velhos devem fazer. Pelo menos andar um quilómetro. E eu faço isso.

L: Gostava de fazer outras coisas que agora não pode fazer aqui?

U: O que é que eu hei-de fazer? Eu fiz um clube em Nova Lisboa que...era conhecido em todo o lado, por causa dos campeonatos de Angola. Eu tinha dezoito anos quando fundei aquele clube. Com mais três, dois, eu e o Jaime de Figueiredo, que já faleceu coitado, há quinze anos. O Rui Guedes foi para o Brasil, era mais velho que eu um ano, e o António Dias Ferreira, não sei onde é que está, era mais velho que eu três ou quatro anos.

L: E destes amigos que já fez aqui em Castro Verde, costuma estar com eles, costumam vir ao Lar?

U: Costumamos almoçar, várias vezes. Temos agora para o dia um, há um que já tem um monte, era meu guarda-redes, trabalha na EDP, e costumava-mos ir fazer os almoços. Quando faço anos eles convidam-me e vamos comer aí a um lado qualquer. Mas estou com eles várias vezes. Os filhos já me conhecem. O Russo tem aí o filho que já deve ter dezoito anos, trabalha na mina, o Carlos Manuel, o mais velho tem catorze anos, parece que já anda no hóquei, o outro não está cá a estudar, está estudar em Évora, não sei o que é que ele faz. O filho do Eduardo,

do Manuel Eduardo esse também é hoquista. O Luís Cavaco tem um rapaz e uma rapariga e o rapaz parece que também é hoquista.

L: E quando o Lar organiza excursões, gosta de ir?

U: gosto de ir, quer dizer, aquelas que são boas para ir. A semana passada fomos ao Zoomarine.

L: E costuma dar a sua opinião em relação aos sítios onde gosta de ir?

U: Não, não. Isso não dou. Eles dizem vamos a tal parte...

L: Mas não gostava de dar essa opinião?

U: Já dei, dei a opinião para irmos ao palácio do Rei, ali assim, ao monte, como é que se chama? Ai bolas, onde é que o Rei vivia? D. Carlos...

L: D. Carlos viveu durante muito tempo em Lisboa e depois tinha casa em Vila Viçosa...

U: Vila Viçosa. Já fiz essa proposta, ainda não aceitaram. Era interessante.

L: O que é que mais gostava de fazer fora do Lar que hoje não faz?

U: Passar férias. Era o que eu fazia. Por exemplo, 25 de Abril, eu não passava cá o 25 de Abril, já está quente. Ía para a praia, eu quando me reformei ía para a praia. Ía em Junho, em Julho, em Agosto e ía em Setembro. Aquelas três primeiras semanas são de qualidade. Eu fazia isso, tirava quinze dias, e depois tirava um mês e via qual era o mês que ela me dava, a senhora da pensão. Mas aqueles quinze dias de Setembro, se eu visse que a praia era muito vento, então vinha para cá, para não ir à praia, ter ali as ondas a bater, que eu batia-me com os miúdos, que eu fui muito bom nadador, ainda tenho ali...ah, não estão cá, mandei limpar umas medalhas.

L: Quem trata assim dos seus assuntos pessoais?

U: Ainda sou eu que trato. Vou à caixa, meto uma laracha, da caixa vou para o café converso com as pessoas (imperceptível).

L: O que é que acha do trabalho das Assistentes Sociais?

U: O trabalho das Assistentes Sociais é tomar conta disto, você sabe que tem tudo aqui dentro. Têm-nos metido aqui todos aqui dentro. Há aqui um tipo que é um vigarista de primeira, mexe nas coisas dos velhos, parece que tira dinheiro, os velhos não podem estar, vêm-se e desejam-se, no outro dia uma senhora que

saiu daqui com um velhote, o velhote é o filho dela, esse velhote tem nove filhos, não é brincadeira, rapazes e raparigas. O que é que havemos de fazer, ela não pode controlar isto, mas ele também, ele não é velho, ele está aqui desde que isto abriu, está há sete anos, não tem pai nem tem mãe, tem um irmão que tem a sua vida, a maior parte deles devem ensinar-lhe assim, não é assim. Olhe, eu aqui neste recanto é onde estou melhor. Não estou melhor porque acordo cedo, tomo banho às seis horas, seis e um quarto estou a tomar banho. Saio, vou lá acima, porque tenho azar, estou lá em cima porque eu não caibo dentro do chuveiro, é um chuveiro que é uma coisa aí 70 por 70, para um gajo meio aleijado como estou eu tenho que vir tomar banho a este quarto de banho que é grande, eu estou à vontade, trago a minha roupa e depois vou embora. Claro, falo com as duas pessoas que estão ao meu lado. Quer dizer, eu tenho uma ilustração totalmente diferente deles, não é assim, tenho que lhes dizer as coisas, eles perguntam e eu respondo, eles perguntam e eu respondo. Eu hoje de manhã queria sair, queria vir ler, já estava com o livro, e eles estavam-me a perguntar mais assim e mais assado. Por exemplo eu tenho lá um que diz, “como é que se chega daqui até à sua terra?”, e eu então vamos de avião. “E quantas horas?”. Ele ouve rádio sempre, está sempre a ouvir rádio, o que é, é uma data de coisas que eles não percebem. Aqueles que perguntam eu respondo, os que não perguntam eu não vou perguntar se eles querem saber. O trabalho delas é difícil, há muita gente.

L: Mas de qualquer das formas acha que correspondem bem àquilo que lhes é pedido?

U: Eu acho que sim. Porque já se sabe não é, muitas das coisas elas não chegam a saber, coisas que se passaram. Não chegam a saber porque eles têm reuniões mas o pessoal às vezes passa-se qualquer coisa e ele não dizem nada.

L: E em termos do Lar, o que é que acha que se poderia alterar?

U: Eles estão a fazer obras. Não sei o que é que estão a fazer, disseram-me que são sete quartos mas que são para dois. Parece que os lares agora eles pedem para que sejam duas pessoas em cada quarto. Já é melhor. Mas, o pessoal que trabalha já está habituado, é eficiente. No outro dia, este senhor que chegou aqui ao canto, que cumprimentou, foi n parte da manhã, estava aqui a ler, ela chegou um bocado antes da hora do pequeno-almoço, e eu já ía aqui, já tinha lido dois capítulos do meu livrinho, e ela chegou, veio à porta, “mostre lá os seus pés”, lá

lhe disse que queria cortar as unhas...”é isso não são unhas”, assim a gozar, mas sentou-se, pôs a toalha, vá...arranjou-lhe as unhas, esfregou, pôs-lhe óleo gordo, e pronto.

Quadro de Avaliação de Entrevistas

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<p><u>Trajectória Profissional</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> Profissão/Ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> Profissão exercida Especialização ou formação 	<ul style="list-style-type: none"> “Antes de me reformar? Olhe, fui moiral de gado”; (Carlos) “Trabalhei em estradas, trabalhei em obras, pedreiro...”; (Carlos) “Tinha para aí uns dez anos. Era ajudante de moiral”; (Carlos) “Estava empregada num hotel”; (Maria) “Fazia a limpeza da casa, fazia renda...” (Maria) “Era doméstica”; (Joana) “Tudo quanto eram actividades de campo. Ceifa, monda, apanhar grãos, tremoços, tudo, tudo” (Joana) “E eu trabalhei num forno...” (Joana) “...cozia pão para fora...” (Joana) “Era moiral de porcos” (Manuel) “Limpando quintais, limpava um quintal a um, limpava os quintais a outro...” (Manuel) “...a minha profissão era medidor orçamentista...” (João) “Trabalhava de canalizador, soldador”; (Rui) “Outros trabalhos quaisquer que apareciam”; (Rui)

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<p><u>Trajectória Familiar</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> Família 	<ul style="list-style-type: none"> Estado Civil Existência de Familiares Relação com Familiares 	<ul style="list-style-type: none"> • “Sou solteiro”; (Carlos) • “Estava sozinho. Tinha morrido a minha irmã. Estava sozinho. Morreu o meu pai”; (Carlos) • “O seu filho costuma visitá-lo aqui no Lar?” • Olhe, já aí há uns dois meses que ele não vem cá ao Lar”; (Carlos) • “Essa sobrinha costuma visitá-lo? (Carlos) É. Ela costuma vir aí sempre todos os quinze dias”; (Carlos) • “Sou viúva. O meu filho tinha três anos, tem já sessenta e cinco, está a ver”; (Maria) • “O meu filho, esse não falta. Se Deus Nosso Senhor Quiser vem na sexta-feira”; (Maria) • “Sim tenho muitas saudades deles. Mais do meu filho, que é a pessoa que estimo nesta vida” (Maria) • “É raro eles virem. Eu cá é que telefono”; (Joana) • “Depois o meu marido morreu e eu vim para a minha terra”; (Joana) • “Tive lá dezoito anos, tive lá os meus filhos todos e vieram de lá quase crescidos”; (Joana) • “...elas diziam-me assim, as minhas noras (...) quando você sendo mais velha a gente não lhe cuida, tem que ir para as suas filhas. E as minhas filhas diziam assim: não, porque a minha mãe não criou só a gente, criou também os vossos maridos. Ah a gente dá qualquer coisa. Aquilo para mim era um choque tão grande, tão grande”; (Joana) • “Era um choque. E é por isso que eu aproveitei e me safei”; (Joana) • “Depois mais tarde ela quis também vir para o Lar”; (Manuel) • “Está no outro”; (Manuel) • “É que a mãe quer ir para o Lar”; (Manuel) • “Ainda tem família? (João) • Não” (João) • “E esta sua filha, antes de o senhor vir para aqui para o Lar, visitava-o muitas vezes?” • Não...ela está em França”; (Rui) • “Vivia sozinho”; (Rui) • “Sim. Quer dizer, quando a minha filha nasceu já eu me tinha vindo embora. E agora a minha filha está lá sempre. Ela nasceu lá e a mãe nasceu lá e...praticamente não pode vir aqui” (Rui)

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>Relações de Amizade antes da Institucionalização</u>	<ul style="list-style-type: none"> Amigos 	<ul style="list-style-type: none"> Facilidade em fazer amigos 	<ul style="list-style-type: none"> “Pois, com os meus amigos”; (Carlos) “Tinha aqui uma senhora que era muito minha conhecida”; (Maria) “(…) e tenho-a visitado até hoje”; (Maria) “Dei-me sempre bem com aquela família”; (Maria) “Eu sou amiga de toda a gente...mas nunca tive amizades...era só os meus, os meus”; (Joana) “Era mais a família, mas graças a Deus dei-me bem com toda a gente”; (Joana) “Nunca tive nada com as pessoas, mas assim, aquelas amizades loucas que muita gente tem...sei lá, não posso ir aqui sem elas, não...para mim é tudo igual”; (Joana) “Sim. Ainda hoje converso com os meus amigos. Às vezes vêm-me aqui em Ourique. Joaquim então já não vai à nossa aldeia? Está zangado com a gente?” (Manuel) “Agora já não costumo ir tantas vezes à aldeia”; (Manuel) “Costumamos almoçar várias vezes”; (João) “Quando faço anos eles convidam-me e vamos comer aí a um lado qualquer. Mas estou com eles várias vezes. Os filhos já me conhecem” (João) “Não. Quer dizer...eu...em respeito a amigos eu...fui sempre uma pessoa muito solitária”; (Rui) “Não tinha” (Rui)

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>Processo de Institucionalização</u>	<ul style="list-style-type: none"> Institucionalização 	<ul style="list-style-type: none"> Desencadear do processo Motivações 	<ul style="list-style-type: none"> “Foi uma sobrinha minha”; (Carlos) “Foi o meu filho. Mas primeiro que eu viesse para aqui estava lá em baixo, no outro Lar lá em baixo, mas estive pouco tempo. O meu filho veio logo aqui me inscrever, e eu também gostava mais de vir para aqui”; (Maria) “O meu filho. O meu filho é que deu os passos todos”; (Maria) “Olhe, fui eu...que eu estava em Lisboa, mas estivemos no Algarve e eu vinha muito mal, vinha muito inchada por causa da praia, vinha muito inchada e vinha muito “maliça”, e disse às minhas filhas: digo olha vá-se embora que eu fico aqui uns dias à da Tia e depois logo me vêm buscar. Nesse meio tempo soube que o Lar que abriu. E então vim aqui falar com a senhora doutora e ela aceitou-me...para o Centro de Dia. E depois é que vim para o Lar”; (Joana) “Fui eu. Disseram-me: “se o senhor quiser vir para cá...eu disse à mulher se ela queria vir para cá que eu vinha cá pedir”. Ela disse: “não, eu não quero deixar as minhas casas para ir para as casas alheias”. E então, vou eu. Em vez de ir para o Lar lá de baixo vim

			<p>para aqui”; (Manuel)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Quem me trouxe para cá foi o Professor Tonim”; (João) • “(...)mas para onde havia de ir. Não podia, era aqui, era aqui, e é aqui que eu estou. Como não estou na cadeia, tenho porta aberta, saio quando quero (...)”; (João) • “Praticamente fui eu”; (Rui) • “Não tive dificuldades”; (Rui) • “Cheguei a ficar em casa sozinho, dias e dias, depois vim para aqui”; (Rui) • “Não podia andar...deu-me uma trombose, e então já não aguentava estar sozinho (...) e já não aguentava muito, e vim aqui para o Lar”. (Rui)
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>Pós Institucionalização</u>	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Relações de Amizade Após a Institucionalização</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Amigos • Facilidade em fazer amigos 	<ul style="list-style-type: none"> • “Para mim não são maus”; (Carlos) • “Sim...bem, bem. Eu dou-me bem com toda a gente”; (Carlos) • “Dar-me bem com eles todos. Tem de ser, tem de ser...lá há um que a gente desgosta mais, mas...” (Maria) • “Eu dou-me bem com as colegas. Tudo bem”; (Maria) • “Pois, graças a Deus. Ai, eu não pego na vida delas” (Joana) • “Dou-me bem com as pessoas”; (Joana) • “Eu gosto de estar aqui, de andar aí com o pessoal”; (Manuel) • “Sim, eu converso com toda a gente. Tenho aqui dois ou três velhotes que vêm para cá, ponho-os aqui a marcar passo”; (João) • “Falar bem, falo eu bem com elas sempre. Falo com todos, sou amigo de todos, nunca tive mal com ninguém”. (Rui) • “Ah, com os outros utentes...sim dou-me bem com eles”. (Rui)

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>Relação com a Instituição</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação 	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboradores • Satisfação 	<ul style="list-style-type: none"> • “Quando tem que tratar de algum documento, de algum assunto, quem é que costuma tratar dessas coisas? Peço a alguém. (Carlos) Normalmente pede a quem? A pessoas que eu conheço. (Carlos) E aqui no Lar já pediu a alguém? Era para assinar uns papéis. Que eu não sei ler. (Carlos)

			<p>As Assistentes Sociais costumam dar-lhe ajuda nessas tarefas? Sim. (Carlos) E o que é que acha do trabalho delas? Ah...são boas"; (Carlos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Não sei. O que é que eu hei-de dizer? Está tudo bom, tudo bem, bem arranjadinho”; (Carlos) • “Olhe, gostei de tudo, trataram-me bem, veja lá o senhor. À uma não conhecia lares nenhuns, mas gostava de estar, conforme gosto deste”; (Maria) • “Olhe, tenho gostado de tudo um pouco. E quem está nestes lugares tem que ser assim”; (Maria) • “O que é que acha do trabalhos das Assistentes Sociais? Acho bem, acho bem haver este respeito, não é...acho bem. Não tenho que dizer. Cá para mim não tenho que dizer” (Maria) • “Vim um bocadinho encolhida, porque isto a gente em vindo para as coisas que não conhece bem...mas depois tudo bem, graças a Deus”; (Joana) • “Olhe, eu gostei de tudo. Gostei das pessoas, gostei do comer, o comer também é bom. Nesse tempo não me lavavam a roupa, lavava à da minha irmã, mas depois quando vim para cá, roupa lavada, comidinha...eu então costumo a dizer, pessoas que me têm perguntado lá fora, aquilo não é um Lar é um hotel de cinco estrelas. Eu nunca estive num hotel cinco estrelas...mas mais ou menos sei...o que é que se há-de exigir mais, não pode ser mais nada”; (Joana) • “E o que é que acha do trabalho das Assistentes Sociais? Eu não tenho que dizer...olhe, eu faço tudo no meu quarto. Eu faço a minha cama de lavado, eu limpo o chão se fica molhado, eu dou banho sozinha...vejo-me assim atrapalhada, mas eu gosto de fazer. Mas mesmo que não fizesse elas ajudavam-me”; (Joana) • “Gosto muito de cá estar”; (Manuel) • “E o que é que acha das Assistentes Sociais? Acho que sejam boas. Que tratam bem. (Manuel) Tratam-no bem, é isso? Eu, graças a Deus, não tenho razão. (Manuel) Costumam dar-lhe atenção? Pois então...”; (Manuel) • “O trabalho das Assistentes Sociais é tomar conta disto, você sabe que tem tudo aqui dentro. Têm-nos metido aqui todos aqui dentro (...) O que é que havemos de fazer, ela não pode controlar isto, (...) Olhe, eu aqui neste recanto é onde estou melhor. Não estou melhor porque acordo cedo, tomo banho às seis horas, seis e um quarto estou a
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>tomar banho. Saio, vou lá acima, porque tenho azar, estou lá em cima porque eu não caibo dentro do chuveiro, é um chuveiro que é uma coisa aí 70 por 70, para um gajo meio aleijado como estou eu tenho que vir tomar banho a este quarto de banho que é grande, eu estou à vontade, trago a minha roupa e depois vou embora. Claro, falo com as duas pessoas que estão ao meu lado. Quer dizer, eu tenho uma ilustração totalmente diferente deles, não é assim, tenho que lhes dizer as coisas, eles perguntam e eu respondo, eles perguntam e eu respondo (...) O trabalho delas é difícil, há muita gente”;</p> <p>(João)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A companhia. A companhia é a melhor coisa”; (Rui) • “Acho bem. Quando tenho falta ajudam-me sempre”. (Rui)
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>Dia-a-dia na Instituição</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades • Motivação • Participação 	<ul style="list-style-type: none"> • “Oh, não se faz nada, vou dar uma voltinha”; (Carlos) • “Ah, gostava, mas o que é que eu hei-de fazer agora com esta idade”; (Carlos) • “E já foi às excursões do Lar? Já, a uma remessa delas”; (Carlos) • “Elas perguntam onde é que a gente gosta de ir”; (Carlos) • “Ai, homem, agora não tenho disposição de fazer nada. À uma não tenho cabeça...para isso. E não tenho disposição de fazer nada. Quando tinha...fazia ginástica, fazia pinturas, empatava o tempo”; (Maria) • “Já não tenho disposição. Não, não, não. Nem disposição nem cabeça. Gosto muito é de andar, dar as minhas voltinhas, aqui em volta do Lar”; (Maria) • “Sim, sim, sinto-me bem. É a única coisa que eu me sinto bem é isso, ir passear...”; (Maria) • “Sim, sim, gosto muito. A última foi aqui com a senhora doutora. Demos um passeio muito bom, fomos a...ai...a Monchique. Mas foi um dia de muita chuva. Fomos na carrinha do Lar. Foram-nos deixar lá ao restaurante...e a doutora também foi”; (Maria) • “Durante o dia, agora não faço nada. Este ano, a partir do meio do ano tive uma ciática, também por cima da coluna, e fiquei com esta mão...mas eu fazia malha, fazia pegas aqui para o lar e para outros, fazia roupa para bonecos, íamos além para o atelier fazer bonecos, em roupa e em coisas assim e ocupávamos o tempo, e agora também vamos às vezes. E eu gostava, eu gosto de trabalhar”; (Joana) • “Agora já não estou capaz de nada, mas fazia, às vezes ia ajudar além a elas a tirar as coisas da mesa. A pôr não, mas a tirar. Às vezes dou ali uma ajudinha quando há uma coisa qualquer, uma cai ou isso, abalam e fica uma só e eu...eu gosto...mas eu sempre

			<p>gostei de trabalhar”; (Joana)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Eu fazia meias, peúgos, meias. Mesmo aqui fazia. E fazia sapatas para...para se enfiar nos pés...pantufas, fazia essas coisas todas. Fazia e, se der ao caso, ainda faço. Agora tenho me doído também esta mão. Eu queria cortar as unhas e não as dava cortas, não tinha força na mão. Estive muito atrapalhada”; (Joana) • “Ora durante o dia ponho o pé por aí a baixo. Desde que me reformaram há três anos. Vou aí com mais uns amigos, eles lá bebem um copo, eu beber não bebo. Há três anos que não bebo. Deixei de beber, deixei o tabaco. Entretenho-me lá com eles de conversa”; (Manuel) • “Sei lá, eu não posso fazer nada. Mesmo que queira trabalhar não posso”; (Manuel) • Sobre as excursões “...tenho costumado a ir. A princípio não ía tanta vez, por causa que tinha que sair e não vinha a horas. Mas agora de vez em quando vou”; (Manuel) • “Eu saio à tarde, quando está bom tempo. Chego a fazer dois quilómetros, dois quilómetros e meio. Vou aqui direito à escola, depois viro, vou até ao parque, do parque vou até aos bombeiros. Outras vezes saio daqui vou até ao centro de saúde, viro, vou até à rodoviária, ali até às ovelhinhas, venho até cá. Pelo menos que façam aquilo que eles manda que os velhos devem fazer. Pelo menos andar um quilómetro. E eu faço isso”; (João) • “O que é que eu hei-de fazer?” (João) • Sobre as excursões “Gosto de ir, quer dizer, aquelas que são boas para ir. A semana passada fomos ao Zoomarine”; (João) • Sobre dar opinião “Não, não. Isso não dou. Eles dizem vamos a tal parte...”; (João) • “Durante o dia? Estou deitado”; (Rui) • “Agora já passeio um bocadinho à volta do Lar”; (Rui) • “O que é que eu posso fazer?” (Rui) • “Mesmo que quisesse fazer não podia fazer”. (Rui)
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Excerto da Entrevista
<u>A Família na Institucionalização</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio familiar • Contactos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobre o contacto com o filho “Olhe, já aí há dois meses que ele não vem cá ao Lar. É solteiro, ainda está com a mãe; (Carlos) • “Pois, às vezes aparece aí”; (Carlos) • Sobre a frequência com que recebe visitas dos familiares “Ai...é tudo muito longe, sabe...”; (Maria) • “É raro eles virem. Eu cá é que telefono”; (Maria) • “Não, desde que ando nesta vida nunca mais fui”, sobre se costuma sair para ir a casa de

			<p>familiares; (Maria)</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Os meus filhos vinham, vinham cá. O meu Zé agora está ocupado e não tem vindo e a minha filha está pior do que eu. Dores também, era cabeleireira, massagista, tinha sempre muito serviço, ela também gostava muito de trabalhar. Agora está já a vender as coisas porque não pode trabalhar. Tem andado levando infiltrações nos músculos, que não tem força para nada, tem o marido que quer ajudar às vezes. Tem cinquenta e seis anos”; (Joana) • “Vinham, vinham cá muita vez. E este ano até veio cá já uma neta minha, duas vezes, que eu ajudei também a criar. Veio cá mais o marido. Essas estão ali em Sines. Veio cá mais o marido (...) Ela tem uma empregada, ela vem muita vez. E o meu filho, o outro homem, também vinha, e o meu Zé, que é o que tenho agora é só ele, é marinheiro (...) como tem duas filhas a estudar faz muita despesa. Uma já está na universidade em Lisboa, está a estudar para médica”; (Joana) • Sobre se costuma ir a casa dos familiares “Também, quase todos...olhe este ano eu não quis ir, eu estava muito doente. Com as dores não quis ir. Pelo Natal vêm-me buscar. E depois ela tem uns familiares que vêm...a minha nora...que vêm, estão na Alemanha, que vêm cá, que moram na Arruda dos Vinhos. E íamos lá, passávamos a noite de Natal e no dia íamos lá, e depois eles ao fim de um dia ou dois vinham cá”; (Joana) • “Pois. Foi ontem ou anteontem que estive aí a minha filha mais a miúda. Mais a neta. E hoje estou fazendo conta delas virem aí buscarem-me”; (Manuel) • “Costumam vir buscá-lo para dar uma voltinha? Pois. E depois vêm-me trazer”; (Manuel) • Não tem família; (João) • Sobre a filha que vive em França “Sim, quer dizer, quando a minha filha nasceu já eu me tinha vindo embora. E agora a minha filha está lá sempre. Ela nasceu lá e a mãe nasceu lá e...praticamente não pode vir aqui...as viagens são caríssimas, e então as pessoas num carro...é caro”. (Rui)
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nesta Casa Fazemos...

- Aulas de Gerontomotricidade (Desporto Sénior);
- Classes de Movimento;
- Actividades Psicomotoras;

Du actividades de carácter intelectual/lúdico:

- Ateliers de Trabalhos Manuais;
- Atelier "Vamos cuidar da Saúde";
- Ateliers de Música e Audio-Visuais;
- Passeios - Saídas ao exterior que promovem o convívio e enriquecem o conhecimento cultural;
- Aulas de Educação Física semanalmente ;
- Pic-Nic's;
- Intercâmbio com outros Centros de Dia;
- Comemoração dos Santos Populares com quermesses;
- Viagens à praia.

É contínua a nossa determinação em proporcionar actividades de ocupação de tempos livres aos nossos utentes.



Tanto nós, como Eles, acreditamos que existem razões suficientes para se ser feliz.

Todos os dias uma experiência diferente

"É na disposição e na vontade que reside o segredo, não de prolongar uma vida, mas de recompensá-la por ter sido bem usada"

Sherwin B. Nuland



Lar Jacinto Faleiro Castro Verde

>>> Instituição Particular de Solidariedade Social



Somos uma instituição cujo objectivo consiste em dar uma resposta social nas áreas da infância e terceira idade, com valência de internamento, na área de intervenção do concelho de Castro Verde.

Somos todos uma família!

Largo Vítor Guerreiro Prazeres, 4
7780 CASTRO VERDE
Telefone: 286 328 676
Fax: 286 328 699

A nossa convicção

O Lar Jacinto Faleiro tem como uma das suas principais preocupações proporcionar o bem-estar dos seus utentes a todos os níveis.

Assim, a criação de um “Projecto de Vida”



para os nossos utentes é uma prioridade. Procuramos, deste modo, valorizá-los como pessoas, afirmando a sua importância na sociedade.

Ainda há muito para descobrir

Este objectivo deve ser conseguido com o envolvimento de

todos. Utente, família e Lar.

É nesta perspectiva que contamos com a vossa participação.

É esta a nossa convicção!

O nosso Acolhimento

Compreendemos bem o impacto emocional que significa institucionalizar um familiar. Contudo, não é o “fim do mundo”, deve antes ser visto como uma nova etapa da vida de todos, da pessoa idosa e dos seus familiares.

Esta nova etapa deve ser encarada de uma forma positiva, e com a consciência de que há um papel importante reservado à família. Desde logo na relação de entreajuda com a instituição para que se crie a menor perturbação possível neste momento de transição.



O Lar é também uma comunidade de amigos.

Há uma “nova casa” e um conjunto de pessoas disponíveis para ajudar no dia-a-dia do vosso familiar. Não há proibições nem imposições. Há sim uma continuidade na vida e um novo espaço que vai ser ocupado.

O papel da Família

Os familiares do utente, na medida da sua disponibilidade, devem acompanhá-lo sempre, com especial relevância nos primeiros dias de acolhimento. Em conjunto com os/as Técnicas do Lar, devem ajudar a reduzir a perda de identidade, os vínculos afectivos ou os receios de mudança.

Criar um hábito de visitas regular ou, nessa impossibilidade, procurar manter um contacto regular através de outros meios (telefone ou carta).

Aspecto importante no processo de adaptação e aceitação da “nova casa” é a sensibilização para a participação nas escolhas das actividades que lhe são dirigidas, bem como no seu envolvimento nessas actividades.

Os colaboradores da instituição estão cá, sobretudo, para ajudar.

Um familiar feliz é o vosso e o nosso objectivo!

Gráficos

Idade dos utentes da valência de Lar

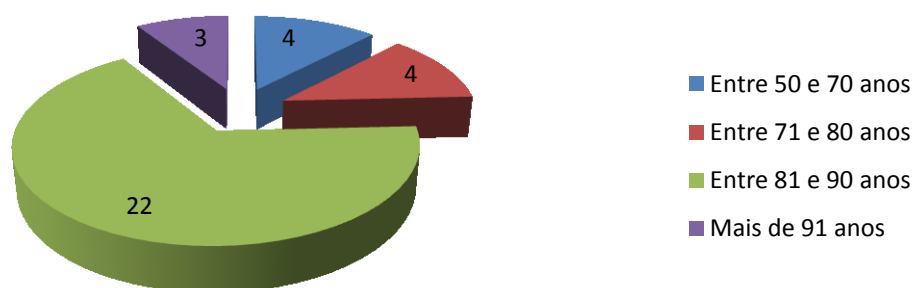


Gráfico 1

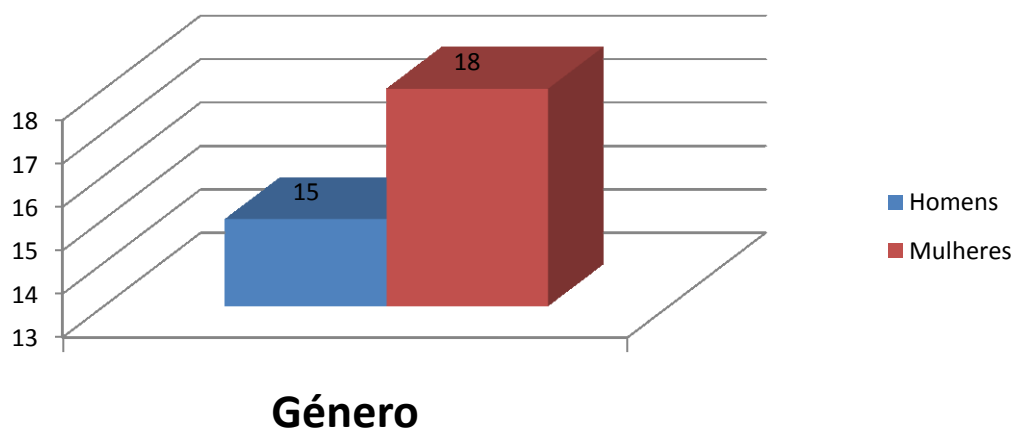


Gráfico 2

Origem do pedido de institucionalização

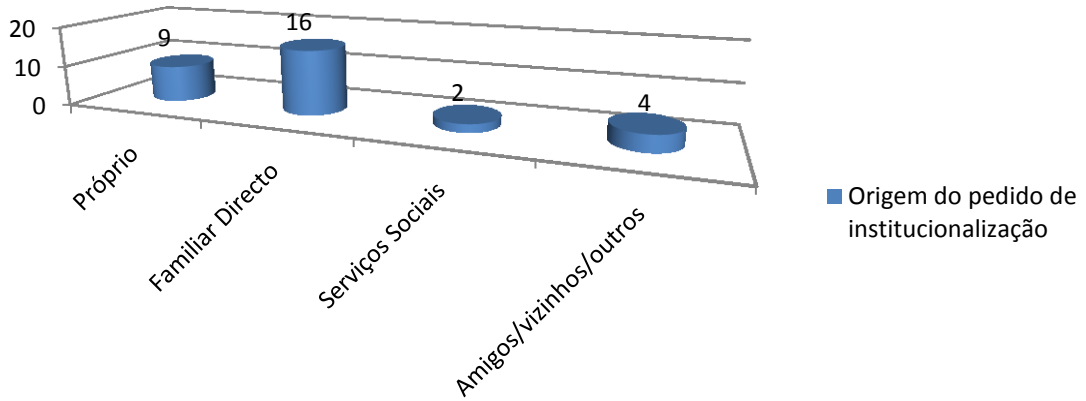


Gráfico 3

Gravidade das patologias dos utentes



Gráfico 4

Argumentos para a institucionalização

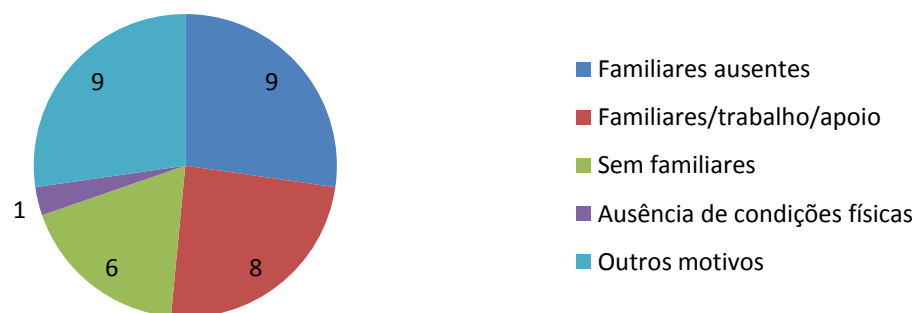
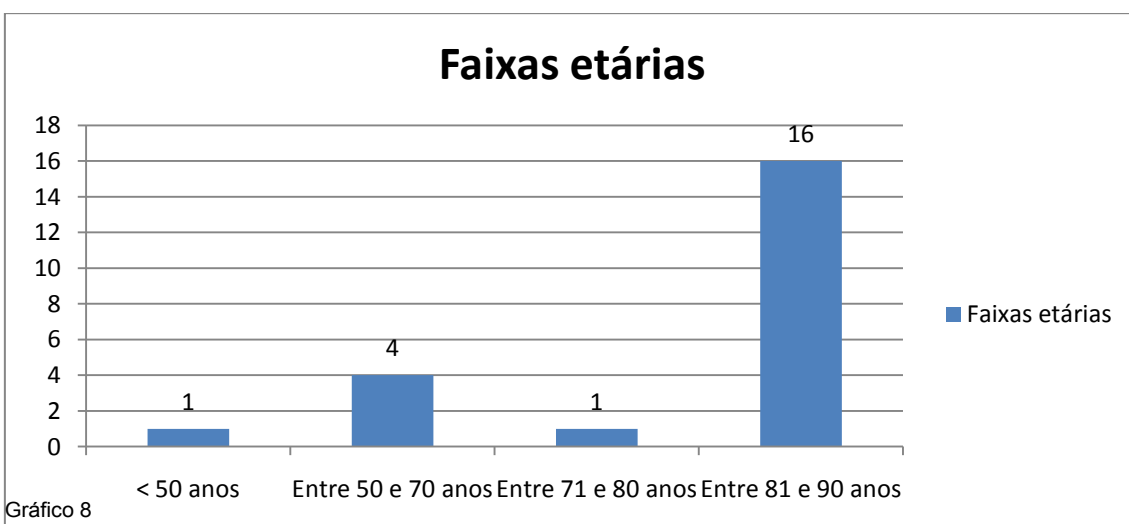
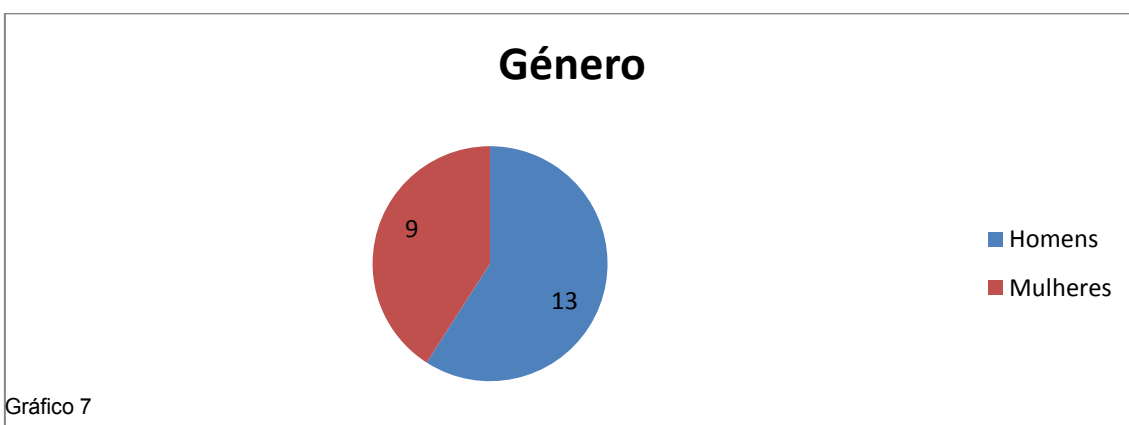
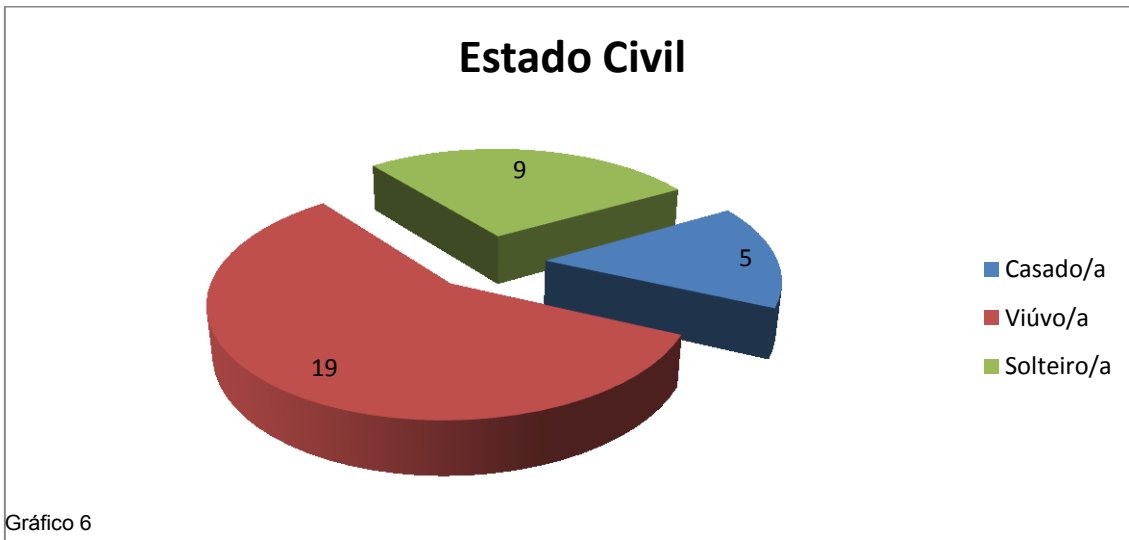


Gráfico 5



Suporte familiar



Gráfico 9

Motivos para recorrer ao Centro de Dia

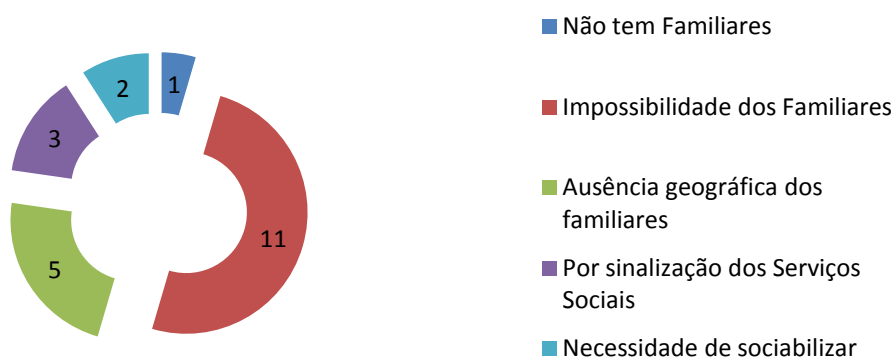


Gráfico 10

Problemas de saúde

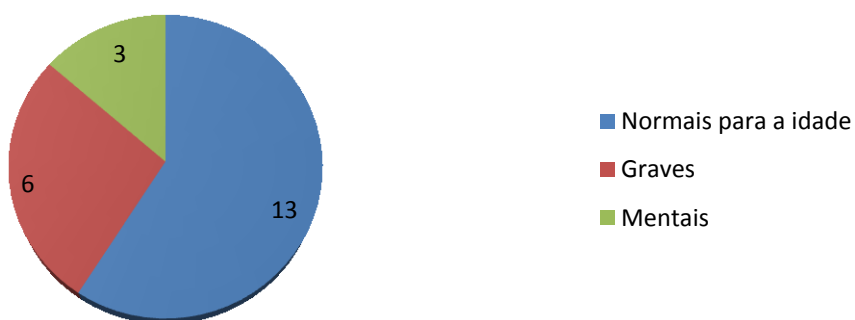


Gráfico 11

Trabalho População e Território

Escola Superior de Educação de Beja

Disciplina de População e Território

**“Breve Análise Demográfica do
Concelho de Castro Verde”**

Trabalho realizado por:

Ana André n.º 3380

Carolina Costa n.º 3935

Leandro Gonçalves n.º 3382

Mónica Correia n.º 3956

1.º Ano de Serviço Social

Professora: Sandra Lopes

Índice

Introdução	3
1. O conelho no país.....	4

2. Caracterização da dinâmica demográfica do concelho.....	9
2.1 Análise macrodemográfica.....	9
2.1.1 Dinâmica Global da População.....	9
2.1.2 Distribuição da População no espaço – concelho e freguesias.....	11
2.1.3 Estruturas Demográficas – concelho.....	13
2.2 Análise microdemográfica.....	18
2.2.1 Mortalidade.....	18
2.2.2 Natalidade/Fecundidade.....	19
2.2.3 Movimentos Migratórios.....	21
2.3 A dinâmica sociodemografica do país e do concelho – comparação.....	23
Conclusão.....	25
Bibliografia.....	26
Apêndice.....	27
Anexos.....	35

Introdução

No âmbito da disciplina de População e Território, apresenta-se o trabalho intitulado: Breve Análise Demográfica do Concelho de Castro Verde. A escolha deste concelho para objecto do estudo prendeu-se com o facto de haver disponibilidade no acesso à informação sobre o mesmo e por ser o local de residência de alguns elementos do grupo de trabalho.

O principal objectivo é a análise demográfica do concelho de Castro Verde, no entanto importa apresentar os objectivos específicos:

- Analisar o concelho no país, caracterizando-o a nível da sua localização geográfica e alguns aspectos históricos;
- Caracterizar a sua dinâmica demográfica, através da informação disponível nos censos de 1991 e 2001, sobre população residente, distribuição percentual, taxa de crescimento anual médio e análise prospectiva;
- Apresentar a distribuição da população no espaço e as estruturas demográficas;
- Analisar a taxa de natalidade e fecundidade, mortalidade bruta e os movimentos migratórios, através de dados mais recentes sobre o concelho.

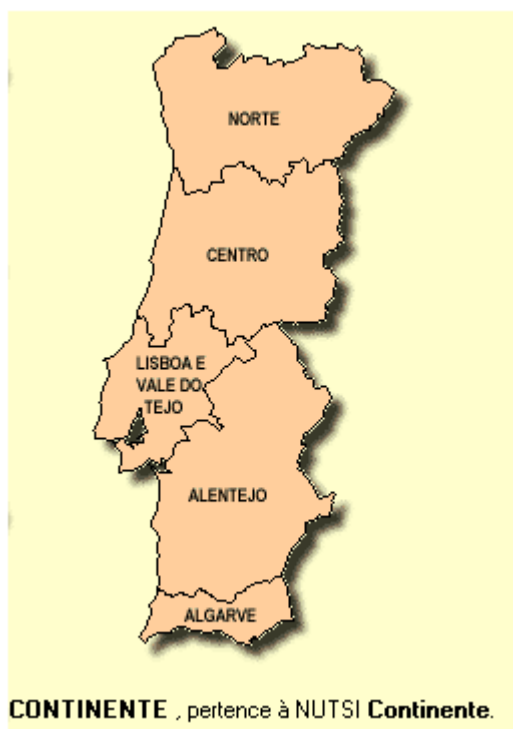
Metodologicamente o trabalho reparte-se em dois grandes pontos, o primeiro de apresentação do concelho e o segundo de caracterização da sua dinâmica demográfica. As fontes de informação utilizadas foram, essencialmente, bibliografia electrónica e algumas referências bibliográficas.

1. O concelho no país

O concelho de Castro Verde está situado no distrito de Beja e é limitado a Norte pelos concelhos de Beja e Aljustrel, a Sul pelo concelho de Almodôvar, a Este pelo concelho de Mértola e a Oeste pelo concelho de Ourique.

O Concelho de Castro Verde situa-se na NUT III Baixo Alentejo. O Continente é a NUT I e a NUT II refere-se ao Alentejo (Figuras 1.1, 1.2 e 1.3).

Figura 1.1 – NUT I, Continente



Fonte: www.ine.pt

Figura 1.2 – NUT II, Alentejo



Fonte: www.ine.pt

Figura 1.3 – NUT III, Concelho de Castro Verde



Fonte: www.ine.pt

Com uma área de 567,2 Km² e uma população aproximada de 7603 habitantes, distribuída em cerca de uma vintena de localidades de pequena e média dimensão, o concelho está dividido administrativamente em cinco freguesias: Castro Verde, Caseável, Entradas, São Marcos da Atabueira e Santa Bárbara de Padrões.

A freguesia de Castro Verde tem uma área de 288,6 km² e uma população de 4820 habitantes, sendo a densidade populacional 16,7 hab/km². Os seus principais aglomerados populacionais são Aivados, Almeirim, Castro Verde, Estação de Ourique, Geraldos, Monte Serro, Namorados e Piçarras. Está equipado com infra-estruturas de acesso rodoviário de boa qualidade, Castro Verde combina a sua privilegiada localização, no corredor de ligação do Norte ao Algarve, com a facilidade de acessos a eixos de comunicação fundamentais ao desenvolvimento do Alentejo, como:

- Aeroporto de Beja a 45 Kms, Aeroporto de Faro a 100 Kms, Aeroporto de Lisboa a 200 Kms e Aeroporto de Sevilha a 270 Kms;
- Porto Marítimo de Sines a 95 Kms;
- Cidade de Beja a 42 Kms;
- Cidade de Évora a 120 Kms;

- Estação de Caminho de Ferro a 15 Kms;
- Eixo rodoviário de ligação ao litoral alentejano por Ourique (E.N. 123), de ligação ao litoral algarvio (A2 e I.C. 1), de ligação a Lisboa pela Estação de Ourique (I.C.1), de ligação a Lisboa por Aljustrel (E.N.2), de ligação a Lisboa (A2), de ligação a Mértola (E.N. 123), de ligação a Almodôvar (E.N.2) de ligação a Beja e Évora (I.P.2).

Para além destes, Castro Verde tem ainda uma rede de transportes públicos diários com ligação a Beja, Évora, Lisboa, Tomar, Coimbra, Braga, Elvas e concelhos circunvizinhos.

A freguesia de Caseável tem uma área de 33 km², uma população de 365 habitantes e a sua densidade populacional é de 11 hab/km². Dista cerca de 10 km de Castro Verde e é a freguesia do concelho com menor número de habitantes. Dedicando-se estes, essencialmente, à agricultura e à pecuária, existindo ainda alguma influência do pequeno comércio.

Em tempos foi sede de concelho, tendo recebido foral de D. Manuel I em 20 de Setembro de 1510. Todavia, o concelho de Casével teve pouca duração. Passou então a pertencer ao concelho de Messejana, e só em 24 de Outubro de 1855 foi incluído no concelho de Castro Verde.

A freguesia de Entradas tem cerca de 774 habitantes. Estende-se por uma área de 75,9 km² e é muito rica ao nível do património natural. As aves estepárias encontram aqui o seu habitat, e nos últimos tempos, o trabalho desenvolvido por diversas entidades, com especial destaque para as ligadas às práticas agrícolas, tem permitido classificar o território como essencial para a conservação de determinadas espécies, como é o caso da Abetarda.

Esta freguesia tem, ainda, diversos interesses ao nível do património religioso, onde se destaca a Igreja Matriz (século XVIII), a Igreja da Misericórdia (século XVII) e a Capela de Nossa Senhora da Esperança (século XVI).

A freguesia de Santa Bárbara de Padrões tem cerca de 1600 habitantes e é constituída por nove aglomerados populacionais. Estende-se por uma área de 66,3 km² e situa-se a 13 km da sede de concelho.

A sua actividade está intimamente ligada à riqueza do subsolo, pois é aí que se encontra a Mina de Neves Corvo, a maior exploração de Cobre da Europa, que retomou o curso da história, pois segundo a interpretação dos vestígios arqueológicos, desde muito cedo que esta área do concelho está ligada à actividade da mineração.

Ainda ao nível arqueológico, foi também em Santa Bárbara de Padrões que foram descobertas largas centenas de lucernas romanas, que remontam ao século I, e que agora podem ser apreciadas e estudadas no Museu da Lucerna, em Castro Verde. No adro da Igreja Matriz de Santa Bárbara de Padrões foi descoberta uma pedra que tem servido de banco, mas que na realidade se trata de um verdadeiro Menir. Assim, pode-se deduzir que Santa Bárbara de Padrões já era povoada no período megalítico.

Para além da indústria extractiva, a freguesia está economicamente ligada à agricultura e à pastorícia, conforme reflectem os hábitos artesanais, sendo outrora esta freguesia o expoente máximo do concelho na tecelagem, abundavam cardadores e tecedeiras entre os ofícios dos seus habitantes. Apesar dos muitos esforços efectuados, esta actividade encontra-se em declínio.

A freguesia de São Marcos da Atabueira situa-se a 13 km da sede de concelho e herdou o seu nome do facto de se localizar perto de um ribeiro, uma vez que atabueira é um local que produz 142ábua, junco e outras plantas paludosas.

Tem cerca de 526 habitantes e a suas principais actividades económicas são a agricultura e a pecuária. Também aqui a estepe é predominante e a área da freguesia é classificada de interesse ornitológico, decorrendo mesmo algumas experiências em termos de conservação de espécies, como é o caso do Peneireiro das Torres.

Em termos patrimoniais existem alguns traços importantes de arquitectura tradicional, onde se destaca a igreja Paroquial (século XVII). A poucos quilómetros da localidade do Salto, no limite com o concelho de Mértola, situa-se no cimo de um monte, a ermida da Nossa Senhora de Aracelis, um local de peregrinação ancestral.

Fonte: (www.inesting.org/cm_castroverde)

2. Caracterização da dinâmica demográfica do concelho

2.1 Análise macrodemográfica

2.1.1 Dinâmica global da população – concelho e freguesias

Vamos neste ponto conhecer a dinâmica global da população do Concelho de Castro Verde, com a análise das taxas de variação, os ritmos de crescimento e análise prospectiva.

A tabela 2.1 refere-se à população residente do Concelho de Castro Verde, relativamente aos anos de 1991 e 2001.

Tabela 2.1 – População Residente (Concelho e Freguesias)

Unidade Geográfica	População Residente (1991)	População Residente (2001)
Concelho		

Castro Verde	7762Habitantes	7603Habitantes
Freguesias		
Castro Verde	4646 hab.	4820 hab.
Casével	365 hab.	365 hab.
Entradas	895 hab.	774 hab.
Santa Bárbara de Padrões	1311 hab.	1271 hab.
São Marcos da Atabueira	545 hab.	373 hab.

Fonte: www.ine.pt

Vamos verificar a Taxa de Variação (Concelho e Freguesias), relativamente ao período de 10 anos, entre o ano de 1991 e 2001. (Vide Apêndice – 1. **Taxa de Variação** – Resolução).

Tabela 2.2 – Taxa de Variação das Freguesias (1991 – 2001)

Freguesias	Taxa de Variação
Castro Verde	3,75%
Casével	0%
Entradas	-13,5%
Santa Bárbara de Padrões	-3,01%
São Marcos da Atabueira	-31,6%

Fonte: elaboração própria

A Taxa de Variação permite-nos verificar o aumento ou o decréscimo de uma população relativamente a um período de tempo. Nas cinco freguesias de Castro

Verde, quatro delas são freguesias urbanas, verificamos alguma discrepância entre a maior freguesia e as restantes. Verificou-se a maior taxa de variação de 3,75 indivíduos por cada 100, na freguesia de Castro Verde. Relativamente às outras freguesias, na freguesia de Casével a taxa de variação foi nula, ou seja, não existiram alterações entre os anos em estudo, nas outras três freguesias registou-se um decréscimo da população entre 1991 e 2001, atingindo a freguesia de São Marcos da Atabueira o maior, sendo de -31,6%. (Tabela 2.2).

Relativamente à Taxa de Variação do Concelho esta é uma taxa negativa de 2,1 indivíduos por cem. O que demonstra que no Concelho houve um decréscimo na população entre 1991 e 2001.

A Distribuição Percentual (Concelho) é de 2,1%.

Ritmo de crescimento, este é outro indicador que nos permite verificar a dinâmica da população relativamente ao período de tempo que estudamos. Mas desta forma os resultados apresentados dão-nos o crescimento médio por ano e por cada cem indivíduos. Verificamos, então, que no Concelho de Castro Verde, verificou-se uma Taxa de Crescimento Anual Médio de 0,2%. E na tabela abaixo podemos ver as Taxas para as freguesias do Concelho.

Tabela 2.3 – Taxa de Crescimento Anual Médio das Freguesias (1991 – 2001)

Freguesias	Taxa de Crescimento Anual Médio
Castro Verde	3,7%
Casével	-100%
Entradas	-135%
Santa Bárbara de Padrões	-3,05%
São Marcos da Atabueira	-31,6%

Fonte: elaboração própria

A resolução das Taxas de Variância e Crescimento podem ser vistas no Apêndice.

A Análise Prospectiva, com base Taxa de Crescimento Anual Médio, saberemos quanto irá aumentar a nossa população num determinado período de tempo. Pretendemos realizar a Análise Prospectiva para 2011, uma vez que estamos a realizar o estudo da população de 1991 e 2001.

Realizada a análise verificou-se que a população do Concelho de Castro Verde vai aumentar no ano de 2011 e será aproximadamente de 7,917.24.

2.1.2 Distribuição da População no espaço – concelho e freguesias

A distribuição da população no espaço em Castro Verde não registou grandes alterações no período entre 1991 e 2001. Como se pode observar na Tabela a 13,4 em 2001 (vide Tabela 2.3). Em dez anos, o concelho viu diminuir o número de habitantes em 159 pessoas.

Tabela 2.2 – Densidade populacional em 1991

	Área em Km ²	Pop. 1991	Hab./ Km ²
Castro Verde	288,6	4646	16,1
Casével	33	365	11,06
Entradas	75,9	895	11,79
St. ^a Bárbara de Padrões	66,3	1311	19,77
S. Marcos da Atabueira	103,4	545	5,27
Concelho de Castro Verde	567,2	7762	13,68

Fonte: elaboração própria

Tabela 2.3 – Densidade populacional em 2001

	Área em Km ²	Pop. 2001	Hab./ Km ²
Castro Verde	288,6	4820	16,7
Casével	33	365	11,06
Entradas	75,9	774	10,2
St. ^a Bárbara de Padrões	66,3	1271	19,17
S. Marcos da Atabueira	103,4	373	3,6
Concelho de Castro Verde	567,2	7603	13,4

Fonte: elaboração própria

Ainda de acordo com as tabelas, as freguesias que registaram maiores alterações ao nível demográfico foram as freguesias de Entradas e de São Marcos da Atabueira, que assinalaram uma perda de habitantes no referido período de tempo. Tendo, esta última, uma perda bastante significativa, quase na ordem dos 50%.

Ainda relativamente à distribuição da população do concelho, no referido período de tempo, importa analisar a sua posição no que se refere ao coeficiente de localização.

Este permite medir os desequilíbrios populacionais e resulta da diferença entre o peso relativo do volume populacional de uma determinada zona e o peso relativo da sua superfície geográfica.

Assim, as tabelas seguintes apresentam informação sobre a diferença entre o peso relativo do volume populacional do concelho de Castro Verde e o peso relativo da sua superfície geográfica.

Tabela 2.4 – Coeficientes de Localização em 1991

	Área em Km ²	Pop. 1991	% Pop.	% Sup. Geog.	CL
Castro Verde	288,6	4646	59,86	50,88	8,98
Casével	33	365	4,7	5,82	-1,12
Entradas	75,9	895	11,53	13,38	-1,85
St. ^a Bárbara de Padrões	66,3	1311	16,89	11,69	5,2
S. Marcos da Atabueira	103,4	545	7,02	18,23	-11,21
Concelho de Castro Verde	567,2	7762			0

Fonte: elaboração própria

Tabela 2.5 – Coeficientes de Localização em 2001

	Área em Km ²	Pop. 2001	% Pop.	% Sup. Geog.	CL
Castro Verde	288,6	4820	63,4	50,88	12,52
Casével	33	365	4,8	5,82	-1,02
Entradas	75,9	774	10,18	13,38	-3,2
St. ^a Bárbara de Padrões	66,3	1271	16,72	11,69	5,03
S. Marcos da Atabueira	103,4	373	4,9	18,23	-13,33
Concelho de Castro Verde	567,2	7603			26,76

Observando a Tabela 2.4, verifica-se que no ano de 1991 o peso que a população ocupa é igual ao peso que a superfície geográfica ocupa, logo não existe qualquer desequilíbrio entre a população e a superfície geográfica.

Enquanto quer no ano de 2001 (Tabela 2.5), verifica-se que o valor que a população ocupa é superior ao peso da superfície geográfica.

2.1.3 Estruturas Demográficas – concelho

Neste ponto vamos analisar as estruturas Demográficas: sexo e idades. A importância dos sexos justifica-se pelo facto da população masculina e feminina desempenharem diferentes funções na sociedade, devido a um complexo de factores biológicos, sociais, culturais. A repartição por idades é importante devido à necessidade de analisar os efeitos específicos de cada idade e a necessidade de comparar determinados aspectos nas fases fundamentais da vida em pessoas com diferentes idades e também relativamente ao ano em que viveu (Nazareth, 2004).

A tabela 2.6 é relativa à população de Castro Verde, dividida por Grupos Funcionais, sendo que estes se encontram divididos em:

0 – 14 anos Jovens

15 – 64 anos População em Idade Activa

65 – e 100 ou mais anos Velhos

Tabela 2.6 - Grupos Funcionais

	1991		2001	
Grupos Funcionais	H	M	H	M

0 – 14 anos	704	660	542	503
15 – 64 anos	2451	2322	2514	2354
65 – e 100 ou+ anos	710	915	757	933

Fonte: www.ine.pt

A tabela 2.6 é constituída pelos grupos etários e pelos respectivos sexos.

De seguida apresentamos alguns dos índices – resumo que nos dão resultados, como o próprio nome indica, resumidos da abundância de informação existentes numa repartição por sexos e idades (Nazareth, 2004).

Tabela 2.7 - Índice de resumo 1991 e 2001 (Concelho)

Grupos Funcionais	1991	2001
Jovens	1364	1045
População em Idade Activa	4473	4868
Velhos	1625	1690
% de Jovens	17,57	13,74
% de Pop. Em Idade Activa	57,62	64,02
% de Velhos	20,93	22,22

Fonte: elaboração própria

Verifica-se então, comparando o ano de 1991 com 2001 que relativamente aos Jovens houve um decréscimo na percentagem que passou de 17,57 para 13,74 por cada cem indivíduos da população. Este decréscimo deu-se provavelmente

devido à saída deste grupo etário para centros urbanos de maior dimensão à procura de novas oportunidades e melhores condições de vida.

Relativamente à População em Idade Activa esta registou uma subida significativa, o que é positivo, na medida em que esta é a faixa etária da população em idade fértil. Também os Velhos registaram uma subida na taxa, de 20,93% para 22,22%, que não se verifica apenas a nível do Concelho mas do país. Uma vez que a percentagem de pessoas em idade mais avançada está a aumentar. Assistimos assim a dois tipos de envelhecimento, uma vez que, existe um envelhecimento na base, devido à baixa natalidade e menor percentagem de Jovens e envelhecimento no topo, uma vez que, há cada vez mais uma maior percentagem de Velhos.

Podem ser consultados os cálculos que se fizeram para a obtenção destes resultados no Apêndice (Índices Resumo).

As pirâmides de idade são gráficos que nos permitem ter uma visão de um conjunto da repartição da população por sexos e idades (Nazareth, 2004).

Pode ser verificado assim que estas pirâmides nunca são simétricas, uma vez que nascem mais rapazes do que raparigas, logo o lado da pirâmide feminino é menor do que o lado masculino, relativamente à mortalidade esta verifica-se mais cedo nos homens do que nas mulheres, logo também no topo da pirâmide se notará o lado feminino maior que o lado masculino.

A estrutura das pirâmides também é consequência de outros factores para além da natalidade e da mortalidade, tais como as migrações, uma vez que estes incidem em grupos etário específicos (Nazareth, 2004).

Existem diferentes tipos de pirâmides de idade em relação à sua forma, tais como, a pirâmide tipo acento circunflexo, a pirâmide tipo às de espadas, a

pirâmide invertida e a pirâmide tipo urna. Mas as pirâmides que são usadas como referência são:

- Pirâmides tipo acento circunflexo – estas pirâmides são típicas dos países em desenvolvimento, das populações do Antigo Regime ou das sociedades tradicionais; neste tipo de pirâmides, a natalidade e a mortalidade têm taxas bastante elevadas, apresentando uma base larga e um topo estreito (efeito triangular);
- Pirâmides tipo urna – estas são pirâmides típicas dos países desenvolvidos; os níveis de natalidade e mortalidade são muito baixos, o que faz com que a base seja reduzida e um topo mais largo.

Analisando as pirâmides de 1991 e 2001, relativas ao Concelho de Castro Verde, verificamos que estas se aproximam ambas da pirâmide tipo urna. Em relação à pirâmide de 1991, esta apresenta uma base estreita, com baixa taxa de natalidade e um topo alargado, com níveis de baixa taxa de mortalidade, encontramos também algumas oscilações em alguns grupos etários, justificadas, talvez por alguns movimentos migratórios. Em 2001, podemos observar que a base da pirâmide ainda é mais estreita e o topo mais largo, não se encontram tantas oscilações como na pirâmide de 1991.

Em ambas as pirâmides, encontramos assim, um duplo envelhecimento da população, tanto na base como no topo. Verifica-se uma baixa taxa natalidade e uma elevada taxa de mortalidade.

Gráfico 2.1 – Pirâmide de Idades do Concelho de Castro Verde

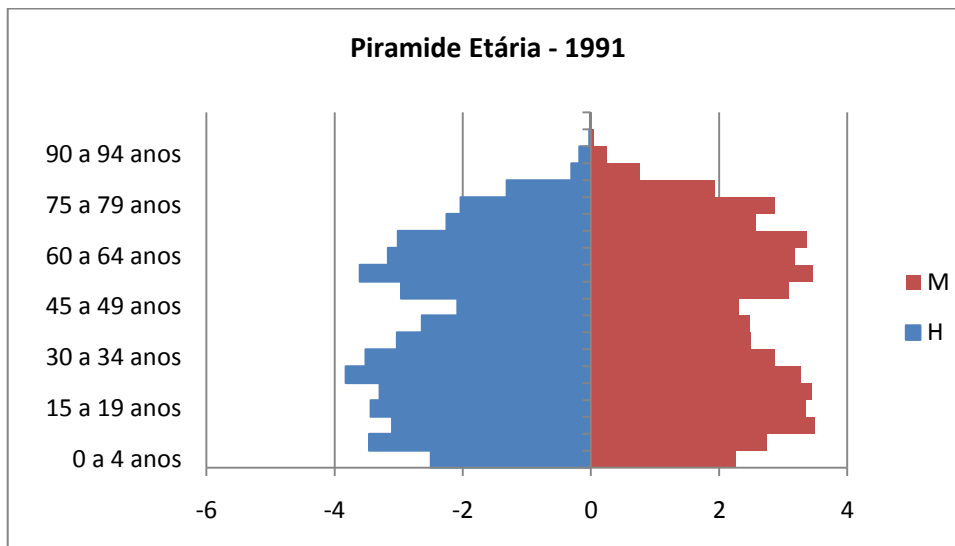
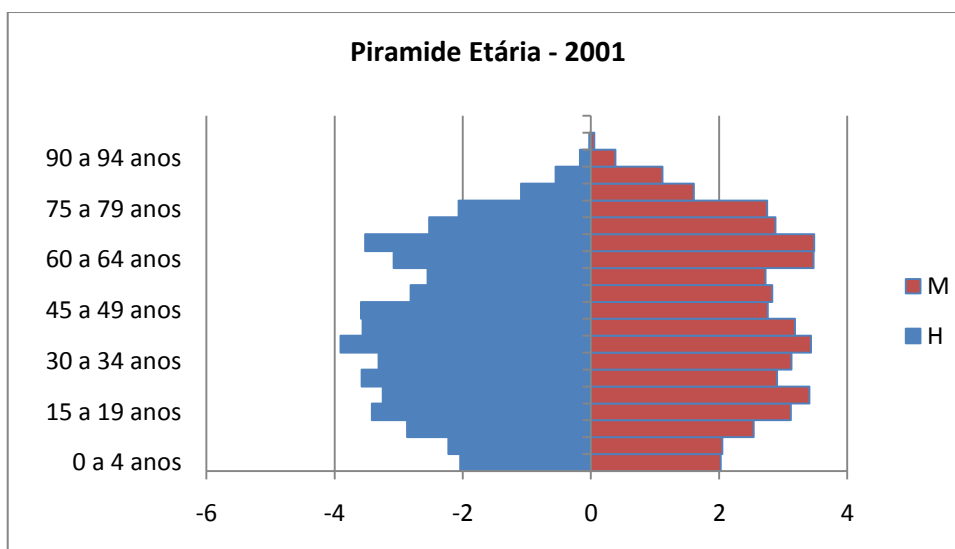
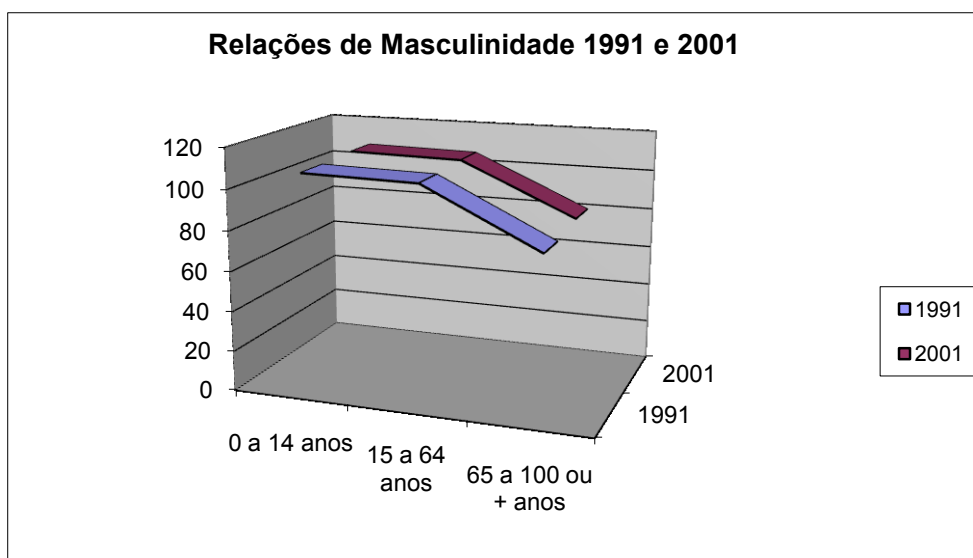


Gráfico 2.2 – Pirâmide de Idades do Concelho de Castro Verde



As Relações de Masculinidade vêm completar a informação que nos é dada através das pirâmides de idades. Estas tornam visíveis, em gráficos, os efectivos existentes num determinado grupo de idades são partilhados entre o sexo masculino e o sexo feminino.

Gráfico 2.3 – Relações de masculinidade



Verificamos no gráfico 2.3, que o Concelho de Castro Verde obedece ao modelo natural de declínio à medida que nos deslocamos dos grupos etários mais jovens para os grupos etários mais velhos. É ainda possível ver que a relação de masculinidade é maior em 2001 do que em 1991 em todos os grupos funcionais.

Tabela 2.8 - Relações de masculinidade em 1991 e 2001 (Concelho)

	Homens	Mulheres	Rel. Masculinidade
1991	3865	3897	99,17
2001	3813	3790	100,60

Em apêndice são descritos os cálculos de todos os grupos etários para a obtenção da Relação de Masculinidade de 1991 e 2001.

2.2 Análise microdemográfica

2.2.1 Mortalidade

A maneira de medir a mortalidade tem vindo a avançar ao longo dos anos, de maneira a precisar com clareza a sua diversidade no tempo e no espaço. As investigações relacionadas com a mortalidade, enquanto fenómeno social giram em torno de três questões: a caracterização do declínio observado na época contemporânea; estudo dos factores responsáveis por esse declínio e identificação das diferenças observadas entre determinados grupos (Nazareth, 2004).

Havia no passado maiores níveis de mortalidade, comparativamente há época contemporânea. Depois de estudos efectuados, os resultados apontaram causas como a existência de períodos de fome; subnutrição das classes mais baixas; guerras; epidemias; pestes e ausências de condições necessárias. Estes estudos ao identificarem os factores que contribuíam para uma elevada taxa de mortalidade, vieram a ser usados para a combater.

Nos dias de hoje, podemos assistir a um declínio da taxa de mortalidade, onde para tal, contribuem alguns factores relevantes, tais como: factores educacionais; factores sanitários; factores ligados à medicina; factores económicos e factores sociais.

O declínio da mortalidade contribui para que a esperança média de vida tenha vindo a sofrer um aumento.

Relativamente ao Concelho de Castro Verde verificámos a taxa bruta de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil.

Tabela 2.9 - Taxa Bruta de Mortalidade (Concelho)

2001	2006
------	------

14,47 por mil	8,75 por mil
---------------	--------------

Verificamos que houve uma diminuição da taxa bruta de mortalidade entre o ano de 2001 e o ano de 2006. Atribuimos esta diminuição ao factores atrás enunciados, uma vez, que estes tem se verificado por todo o lado, inclusive no Concelho de Castro Verde.

Tabela 2.10 - Taxa de Mortalidade Infantil (Concelho)

2001	2004
0	0

Relativamente à taxa de mortalidade infantil não se registaram óbitos em crianças com menos de um ano de vida, tanto em 2001, como em 2004. O que é um factor positivo.

2.2.2 Natalidade/Fecundidade

Começamos por definir os conceitos de natalidade e fecundidade, que por vezes aparecem como sinónimos, mas o seu significado é diferente. A natalidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem num conjunto da população total de um país. A fecundidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem num subconjunto específico – as mulheres em idade de procriar.

A natalidade tem vindo a sofrer um declínio, desde o século XX. Em alguns países começa só agora esse declínio, mas é notório a nível dos países desenvolvidos. As investigações sobre a análise demográfica da fecundidade concentram em torno de quatro temáticas fundamentais:

- A caracterização de diversidade e da evolução dos diversos factores responsáveis pela evolução da natalidade e da fecundidade;
- O estudo das causas e das consequências do declínio da fecundidade;

- A ligação com a nupcialidade e com os diversos tipos de estruturas familiares;
- A fecundidade diferencial.

Os principais factores responsáveis pela evolução da fecundidade são de ordens diversas, tais como: factores biológicos; as relações sexuais; leis e costumes; divórcio, viuvez e abstinência sexual; contracepção e aborto (Nazareth, 2004).

Tabela 2.11 - Taxa de Natalidade (Concelho)

2001	2004	2006
9,08 por mil	7,92 por mil	5,53 por mil

No Concelho de Castro Verde, regista-se um decréscimo da Natalidade nos últimos anos. Como verificamos na tabela 2.11, em 2001 aconteciam 9,08 nascimentos por mil indivíduos. Os dados mais recentes, mostram uma diminuição, uma vez que, em 2006 registou-se 5,53 nascimentos por mil indivíduos.

Tabela 2.12 - Níveis de Fecundidade e estrutura da população 2001 (Concelho)

Grupo de idades	Pop. Feminina em 2001	Nados Vivos	Px	Tx	Px x Tx
15 – 19	237	3	0,142	12,65%	1,796
20 – 24	259	12	0,155	46,33%	7,18
25 – 29	221	27	0,132	122,17%	16,126
30 – 34	238	16	0,142	67,22%	9,55
35 – 39	261	9	0,156	34,48%	5,38
40 – 44	242	2	0,145	8,26%	1,197

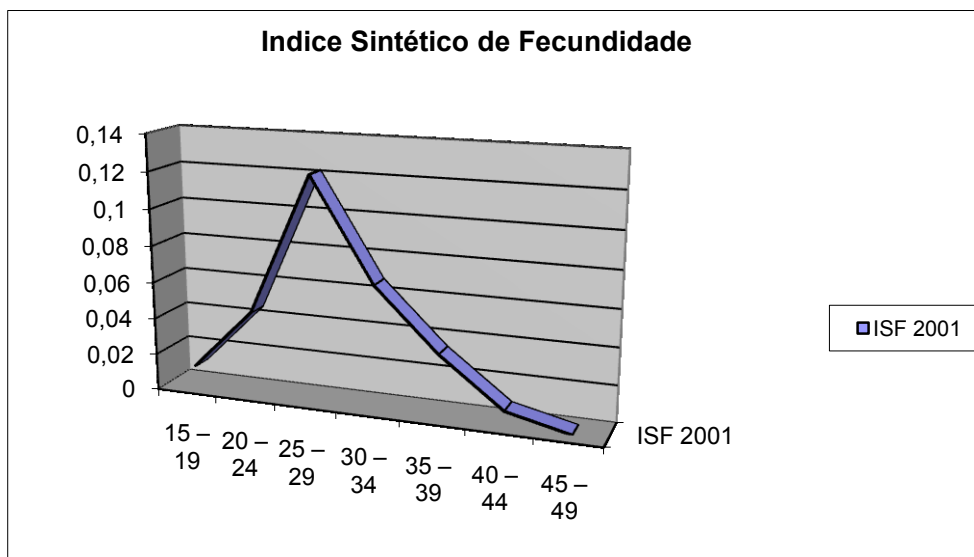
45 – 49	210	0	0,125	0	0
Total	1668	69	0,997		41,229 41%

A população de Castro Verde registou no ano de 2001, um Índice Sintético de Fecundidade de 1,445 aproximadamente, ou seja, este número indica-nos o número de filhos que cada mulher teria em idade fértil. Este é um número relativamente baixo, uma vez, para que haja garantia de substituição de geração, o índice sintético de fecundidade terá de ser superior a 2,1.

O índice sintético de fecundidade aumenta nos grupos etários mais jovens e começa a diminuir assim que estes avançam, como podemos verificar no gráfico 2.4.

A Taxa Bruta de Reprodução apresenta-se em 2001 com o valor de 0,706. quanto menor for este valor, maior é a população envelhecida na base.

Gráfico 2.4 – Índice Sintético de Fecundidade (Concelho)



2.2.3 Movimentos Migratórios

Ao contrário das variáveis atrás apresentadas, os movimentos migratórios são de natureza diferente, estes vão, juntamente com os movimentos naturais da população, determinar a dinâmica de crescimento de um país ou região.

Distinguimos os movimentos migratórios por três pontos:

- A emigração (saída do país);
- A imigração (entrada no país);
- As migrações internas (entradas e saídas dentro do mesmo país)

Estes movimentos, variam no espaço e no tempo, em virtude de estarem sempre dependentes de factores sociais e económicos (Nazareth, 2004).

No Concelho de Castro Verde em 2005 não se registaram indivíduos a solicitar o estatuto de residente no Concelho. Em 2001 temos uma Taxa Bruta de Imigração de 0,394.

Em Portugal existem desequilíbrios ao nível do povoamento, onde se podem encontrar regiões muito povoadas e outras com baixa densidade populacional. Estas baixas de densidade populacional registam-se sobretudo no interior do país e à medida que nos afastamos dos centros urbanos.

Encontramos uma concentração de população junto ao litoral de norte a sul do país. Ao mesmo tempo encontramos também uma grande discrepância do norte para o sul. O norte do país é privilegiado no que diz respeito a densidade populacional, ao contrário do que acontece no sul, em que o espaço é muito para poucos habitantes. A única exceção do sul, é o caso do Algarve, onde se encontra um grande número de habitantes por Km², uma vez, que se encontra no litoral e é uma região turística.

O concelho de Castro Verde, devido às suas características geográficas, apresenta uma densidade populacional baixa, em relação a outras cidades e centros urbanos. Podemos ver como exemplo a cidade de Lisboa no ano de 2001, onde nos apresentava uma densidade populacional de 7850 hab/km² e o concelho de Castro Verde no mesmo ano registava uma densidade populacional de 13,4 hab/km².

Desde os anos 60 que Portugal tem vindo a sofrer um duplo envelhecimento, na base e no topo. O que fez com que a estrutura da pirâmide de idades sofresse alterações. Em 1960 tínhamos uma elevada taxa de natalidade e uma grande percentagem de jovens, também a taxa de mortalidade era muito elevada, a estrutura da pirâmide era do tipo acento circunflexo. Nesta estrutura há rejuvenescimento da população. Em 2001 já encontramos uma estrutura que se assemelha a uma pirâmide tipo urna. Nesta estrutura acontece um duplo envelhecimento da população. A taxa de natalidade é baixa, tal como a taxa de mortalidade, o que faz com que haja envelhecimento na base (poucos indivíduos dos grupos etários mais baixos) e envelhecimento no topo (elevados números de indivíduos dos grupos etários mais altos).

Esta estrutura está presente também no concelho de Castro Verde, como verificámos anteriormente, a estrutura da população nos últimos anos assemelha-se à estrutura de uma pirâmide tipo urna.

Uma das causas do envelhecimento da população é um factor demográfico natural – o declínio da natalidade. Devido a factores já enumerados anteriormente, a natalidade, encontra-se em declínio. Com a diminuição dos níveis de natalidade e fecundidade não se consegue alcançar o objectivo – a substituição de geração. O concelho de Castro Verde apresenta também baixos níveis de natalidade e fecundidade como no restante território nacional.

Relativamente aos movimentos migratórios, é de registar na década de 60, grandes movimentações, principalmente da população das idades mais jovens de zonas rurais, para os grandes centros urbanos, na procura de melhores condições de vida. O que fazia com que a população dessas zonas se tornassem mais envelhecidas, pois esta população mantinha-se nas zonas rurais.

Também nesta década foi de notar as movimentações que se deram para fora do país, mais uma vez, em busca de melhores condições de vida, deixando assim uma população mais envelhecida no país. Estes movimentos deram-se especialmente para países da Europa. Logo na década seguinte, passou-se o contrário, sendo que, aconteceu um retorno de dos emigrantes e o retorno também de pessoas das ex colónias.

Já na década de 80/90, Portugal mostrou-se um atractivo para população estrangeira. Desde então temos assistido à chegada de indivíduos oriundos de vários países, Países europeus, de leste, PALOP, Américas e China entre outros. No concelho de Castro Verde, por ser um concelho interior, não se nota grande afluência desses estrangeiros.

Conclusão

Nesta breve análise demográfica sobre o Concelho de Castro Verde, tentámos abordar os pontos essenciais para a percepção da dinâmica da população e da sua estrutura.

Deste modo foi possível compreender como, no espaço de uma década, os movimentos populacionais se comportaram no concelho em análise.

Parece óbvio concluir que este concelho caminha claramente para um cenário de concentração da sua população na sede.

As freguesias rurais apresentam uma variação negativa no crescimento populacional, com excepção de Casével, que tem uma variação nula.

É também possível observar que o maior peso populacional se encontra nos indivíduos em idade activa. Da mesma forma, em 10 anos cresceu o peso da população envelhecida e decresceu a população jovem.

Entretanto, e em função dos dados observados, é possível fazer uma projecção populacional para Castro Verde e para 2011, considerando-se que a população será maior do que a verificada actualmente.

Tendo ainda em consideração a análise feita neste trabalho, conclui-se que o concelho se caracteriza por uma taxa de mortalidade baixa, o mesmo acontecendo com a taxa de natalidade.

Quanto ao crescimento populacional que se perspectiva deve-se, em grande parte, à existência de um pólo económico ligado à indústria extractiva, sendo que a proximidade do concelho a outros centros populacionais de maior dimensão propicia uma grande mobilidade populacional.

Bibliografia

NAZARETH, J.M. *Demografia, A Ciência da População*, Ed. Presença, Lisboa, 2004

www.ine.pt

www.inesting.org/cm_castroverde

Censos 2001 – Instituto Nacional de Estatística

Apêndice

1. Taxa de Variação (resolução).

P – População no momento presente (2001)

(T)

P – População no momento anterior (1991)

(T-1)

Concelho

P – **P**

$$\frac{\text{P}_{(T)} - \text{P}_{(T-1)}}{\text{P}_{(T-1)}} \times 100 = \frac{7603 - 7762}{7762} \times 100 = \frac{-159}{7762} \times 100 = -0,02 = -2,1\%$$

Freguesias :

Castro Verde

P – P

$$\frac{(T) - (T-1)}{P} \times 100 = \frac{(4820-4646)}{4646} \times 100 = \frac{174}{4646} \times 100 = 3,75\%$$

Casével

P – P

$$\frac{(T) - (T-1)}{P} \times 100 = \frac{(365-365)}{365} \times 100 = \frac{0}{365} \times 100 = 0\%$$

Entradas

P – P

$$\frac{(T) - (T-1)}{P} \times 100 = \frac{(774 - 895)}{895} \times 100 = \frac{-121}{895} \times 100 = -13,5\%$$

Santa Bárbara de Padrões

P – P

$$\frac{(T) - (T-1)}{P} \times 100 = \frac{(1271-1311)}{1311} \times 100 = \frac{-40}{1311} \times 100 = -3,01\%$$

São Marcos da Atabueira

P – P

$$\frac{(T) - (T-1)}{P} \times 100 = \frac{(373-545)}{545} \times 100 = \frac{-172}{545} \times 100 = -31,6\%$$

2. Ritmo de Crescimento

n – Amplitude

P_n – População no momento presente

P_o – População no momento anterior

a – Ritmo de Crescimento

Concelho

$$P_n = 7603 \text{ (2001)}$$

$$P_o = 7762 \text{ (1991)}$$

$$n = 2001 - 1991 = 10 \text{ anos}$$

$$\text{Log } P_n = n \text{Log } (1+a) \Rightarrow \text{Log } 7603 = 10 \text{Log } \frac{P_n}{P_o}$$

$$\frac{P_n}{P_o} = \frac{7603}{7762}$$

$$\Rightarrow \text{Log } 0,98 = 10 \text{Log } (1+a) \Rightarrow$$

$$\Rightarrow -0,0088 = 10 \text{Log } (1+a) \Rightarrow \underline{-0,0088} = \text{Log } (1+a) \Rightarrow -0,00088 = \text{Log } (1+a) \Rightarrow$$

$$10$$

$$\Rightarrow -1,002 = 1+a \Rightarrow a = 0,002 \simeq$$

Taxa de Crescimento Anual Médio (Concelho)

$$0,002 \times 100 = 0,2\%$$

Freguesias

Castro Verde

$$P_n - 4820 \text{ (2001)}$$

$$P_o - 4646 \text{ (1991)}$$

$$n - 2001 - 1991 = 10 \text{ anos}$$

$$\text{Log } \frac{P_n}{P_o} = n \text{Log } (1+a) \quad \frac{4820}{4646} = 10 \text{Log } (1+a)$$

$$\frac{0,016}{10} = \text{Log } (1+a) \quad 1,037 = 1+a \quad 1,037 - 1 = a$$

$$0,037 = a \approx$$

Casével

P_n – 365 (2001)

P_o – 365 (1991)

n – 2001-1991 = 10 anos

$$\text{Log } \frac{P_n}{P_o} = n \text{Log } (1+a) \quad \frac{365}{365} = 10 \text{Log } (1+a)$$

$$\text{Log } 1 = 10 \text{Log } (1+a) \quad \text{Log } 1 = 10 \text{Log } (1+a)$$

$$0 = 10 \text{Log } (1+a) \quad 0 = 10 \text{Log } (1+a)$$

10

$$a = -1 \approx$$

Entradas

P_n – 774 (2001)

P_o – 895 (1991)

n – 2001-1991 = 10 anos

$$\text{Log } \frac{P_n}{P_o} = n \text{Log } (1+a) \quad \frac{774}{895} = 10 \text{Log } (1+a)$$

$$\square \text{Log } 0,86 = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square -0,063 = 10\text{Log } (1+a) \quad \square$$

$$\square \underline{-0.063} = \text{Log } (1+a) \quad \square 0,865 = 1+a \quad \square 0,865 -1 = a \quad \square$$

10

$$\square a = -0,135 \simeq$$

Stª Bárbara de Padrões

$$\mathbf{P_n} - 1271 \text{ (2001)}$$

$$\mathbf{P_o} - 1311 \text{ (1991)}$$

$$\mathbf{n} - 2001-1991 = 10 \text{ anos}$$

$$\text{Log } \underline{\mathbf{P_n}} = n \text{Log } (1+a) \quad \square \underline{1271} = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square$$

$\mathbf{P_o}$

1311

$$\square \text{Log } 0,969 = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square -0,013 = 10\text{Log } (1+a) \quad \square$$

$$\square \underline{-0.013} = \text{Log } (1+a) \quad \square 0,97 = 1+a \quad \square 0,97 -1 = a \quad \square$$

10

$$\square a = -0,03 \simeq$$

S. Marcos da Atabueira

$$\mathbf{P_n} - 373 \text{ (2001)}$$

$$\mathbf{P_o} - 545 \text{ (1991)}$$

$n - 2001 - 1991 = 10 \text{ anos}$

$$\text{Log } \underline{P_n} = n \text{Log } (1+a) \quad \square \quad \underline{373} = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square$$

P_o 545

$$\square \text{Log } 0,684 = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square \quad -0,16 = 10 \text{Log } (1+a) \quad \square$$

$$\square \underline{-0,16} = \text{Log } (1+a) \quad \square \quad 0,684 = 1+a \quad \square \quad 0,684 - 1 = a \quad \square$$

10

$$\square a = -0,316 \simeq$$

Análise Prospectiva (Concelho)

$$\text{Log } \underline{P_n} = n \text{Log } (1+a) \quad \square \quad \text{Log } (\underline{? 2011}) = 10 \text{Log } (1+0,002) \quad \square$$

P_o 7762

$$\square \text{Log } (\underline{? 2011}) = 10 \text{Log } 1,002 \quad \square \quad \text{Log } (\underline{? 2011}) = 10 \times 0,00087 \quad \square$$

7762 7762

$$\square \text{Log } (\underline{? 2011}) = 0,0087 \quad \square \quad \text{Log } (?2011) = 1,02 \quad \square$$

7762

$$\square \square \square \square \text{Log } (? 2011) = 1,02 \times 7762 \quad \square \quad \text{Log } (? 2011) = 7,917.24$$

3. Índice de resumo

Índice de resumo 1991 (Concelho)

Jovens

$$\frac{\text{Pop. 0 – 14 anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{1364}{7762} \times 100 = 17,57\%$$

População Activa

$$\frac{\text{Pop. 15 – 64 anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{4473}{7762} \times 100 = 57,62\%$$

Velhos

$$\frac{\text{Pop. 65 – 100 ou + anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{1625}{7762} \times 100 = 20,93\%$$

Índice de resumo 2001 (Concelho)

Jovens

$$\frac{\text{Pop. 0 – 14 anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{1045}{7603} \times 100 = 13,74\%$$

População Activa

$$\frac{\text{Pop. 15 – 64 anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{4868}{7603} \times 100 = 64,02\%$$

Pop. Total 7603

Velhos

$\frac{\text{Pop. 65 - 100 ou + anos}}{\text{Pop. Total}} \times 100 = \frac{1690}{7603} \times 100 = 22,22\%$

Pop. Total 7603

4. Relações de Masculinidade

Relações de masculinidade por grupos funcionais (Concelho)

Sexuais

1991

$\frac{\text{Total de H}}{\text{Total de M}} \times 100 = \frac{3865}{3897} \times 100 = 99,17\%$

Total de M 3897

2001

$\frac{\text{Total de H}}{\text{Total de M}} \times 100 = \frac{3813}{3790} \times 100 = 100,60\%$

Total de M 3790

Etárias

1991

$\frac{\text{Pop. H 0 - 14 anos}}{\text{Pop. M 0 - 14 anos}} \times 100 = \frac{704}{660} \times 100 = 106,66\%$

Pop. M 0 - 14 anos 660

$\frac{\text{Pop. H 15 - 64 anos}}{\text{Pop. M 15 - 64 anos}} \times 100 = \frac{2451}{2322} \times 100 = 105,55\%$

Pop. M 15 - 64 anos 2322

$$\text{Pop. H 65 - 100 ou + anos} \times 100 = \frac{710}{915} \times 100 = 77,59\%$$

Pop. M 65 - 100 ou + anos 915

2001

$$\text{Pop. H 0 - 14 anos} \times 100 = \frac{542}{503} \times 100 = 107,75\%$$

Pop. M 0 - 14 anos 503

$$\text{Pop. H 15 - 64 anos} \times 100 = \frac{2514}{2354} \times 100 = 106,79\%$$

Pop. M 15 - 64 anos 2354

$$\text{Pop. H 65 - 100 ou + anos} \times 100 = \frac{757}{933} \times 100 = 81,14\%$$

Pop. M 65 - 100 ou + anos 933

5. Mortalidade

Taxa Bruta de Mortalidade 2001 (Concelho)

$$\text{Óbitos totais} \times 1000 = \frac{110}{7597} \times 1000 = 14,47 \text{ por mil}$$

Pop. Total 7597

Taxa Bruta de Mortalidade 2006 (Concelho)

$$\text{Óbitos totais} \times 1000 = \frac{68}{7772} \times 1000 = 8,75 \text{ por mil}$$

Pop. Total 7772

Mortalidade Infantil 2001 (Concelho)

$$\text{Óbitos} - 1 \text{ ano} \times 1000 = \frac{0}{69} \times 1000 = 0$$

Nados Vivos 69

Mortalidade Infantil 2004 (Concelho)

$$\text{Óbitos} - 1 \text{ ano} \times 1000 = \frac{0}{0} \times 1000 = 0$$

Nados Vivos 61

6. Natalidade/Fecundidade

Taxa Bruta de Natalidade 2001 (Concelho)

Nados Vivos x 1000 = 69 x 1000 = 9,08 por mil

Pop. Total 7597

Taxa Bruta de Natalidade 2004 (Concelho)

Nados Vivos x 1000 = 61 x 1000 = 7,92 por mil

Pop. Total 7702

Taxa Bruta de Natalidade 2006 (Concelho)

Nados Vivos x 1000 = 43 x 1000 = 5,53 por mil

Pop. Total 7772

Índice Sintético de Fecundidade

Grupo de idades	Pop. Feminina em 2001	Nados Vivos	Tx
15 – 19	237	3	0,012
20 – 24	259	12	0,046
25 – 29	221	27	0,122
30 – 34	238	16	0,067
35 – 39	261	9	0,034

40 – 44	242	2	0,008
45 – 49	210	0	0
Total	1668	69	0,289

Índice Sintético de Fecundidade = $0,289 \times 5 = 1,445$ aproximadamente

Taxa Bruta de Reprodução = $1,445 \times 0,4888 = 0,706$

Anexos

Concelho de Castro Verde

Rubrica	1991		2001	
	Homens (Nº)	Mulheres (Nº)	Homens (Nº)	Mulheres (Nº)
0 a 4 anos	194	176	155	154
5 a 9 anos	269	213	169	156
10 a 14 anos	241	271	218	193
15 a 19 anos	267	260	260	237
20 a 24 anos	256	267	247	259
25 a 29 anos	297	254	272	221
30 a 34 anos	273	222	252	238
35 a 39 anos	235	193	297	261
40 a 44 anos	205	192	271	242
45 a 49 anos	162	179	273	210
50 a 54 anos	230	239	214	215
55 a 59 anos	280	269	194	207
60 a 64 anos	246	247	234	264

65 a 69 anos	234	262	268	265
70 a 74 anos	175	200	192	219
75 a 79 anos	158	222	157	209
80 a 84 anos	102	150	83	122
85 a 89 anos	24	59	42	85
90 a 94 anos	14	19	13	29
95 a 99 anos	2	3	2	4
100 anos ou mais	1	0	0	0
	3865	3897	3813	3790
	7762		7603	

Fonte: www.ine.pt

ANEXOS

Estatutos do Lar Jacinto Faleiro

ESTATUTOS DO LAR JACINTO FALEIRO

Aprovados em Assembleia Geral, realizada no dia 02/11/80, de acordo com Decreto-Lei n.º 519-G2/79,
de 29 de Dezembro.

Reformulados de acordo com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro e aprovados em Assembleia
Geral, em 07/05/88.

Alterados e aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30/11/98.

CAPÍTULO I

Denominação, Natureza, Organização e fins

Artigo 1.º

O “Lar Jacinto Faleiro” é uma associação de solidariedade social com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e com o objectivo de facultar serviços, nas seguintes áreas:

- a) Apoio a crianças e jovens;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio à integração social e comunitária;
- d) Protecção dos cidadão na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- e) Promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- f) Educação e formação profissional dos cidadãos.

Artigo 2.º

A instituição constituída por tempo limitado, tem a sua sede no Largo Vítor Guerreiro Prazeres, na vila, freguesia e concelho de Castro Verde e exerce a sua acção na área deste concelho.

Artigo 3.º

Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que orientam, o “Lar Jacinto Faleiro” cooperará, na medida das suas possibilidades com quaisquer outras entidades públicas e particulares, na realização dos seus fins.

CAPÍTULO II

Artigo 4.º

Integram esta Associação todos os actuais associados e os que de futuro nela vierem a ser admitidos. O número de associados é ilimitado.

Artigo 5.º

Podem ser admitidos, como associados os indivíduos de ambos os sexos, que reúnam as seguintes condições:

- a) Sejam de maioria;
- b) Sejam naturais, residente ou ligados por laços de afectividade ao concelho da sede da instituição;
- c) Gozem de boa reputação moral e social;
- d) Se comprometam a contribuir para a realização dos fins estatutários por meio de serviços, donativos ou de uma quota mensal que ã poderá ser inferior a 25\$00.

Artigo 6.º

- 1 – A admissão dos associados é feita mediante proposta assinada por um associado e pelo próprio candidato, dirigida à Direcção, em que o mesmo se identifique, se obrigue a cumprir as obrigações dos associados e indique, se superior ao estabelecido, o montante da quota mensal que deseja subscrever.
- 2 – Tal proposta será apreciada em reunião ordinária da Direcção, considerando-se aprovada com os votos favoráveis da maioria dos membros presentes.
- 3 – Em caso de recusa, deve esta ser devidamente fundamentada e cabe recurso para a Assembleia Geral Ordinária, a requerimento do associado e proponente.
- 4 – A admissão dos novos associados somente será considerada definitiva depois de aprovada conforme estipula o número dois deste artigo, e depois da inscrição do mesmo no respectivo livro de registo de associados.
- 5 – No livro de registo e na ficha de associado, serão descritos os cargos que este for exercendo e quaisquer outros factos ou ocorrências que se reputem dignos de menção.

Artigo 7.º

Todos os associados tem direito a:

- a) Assistir, participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para Corpos Gerentes;
- c) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, da Direcção e Concelho Fiscal, devendo o pedido ser apresentado por escrito com a indicação do assunto a tratar, e assinado, no primeiro caso, pelo mínimo de dez por cento

- dos associados e nos restantes casos por cinco por cento dos associados;
- d) Visitar as obras e serviços sociais da instituição e a utilizá-los com observância dos regulamentos;
- e) Receber um exemplar destes Estatutos e o respectivo cartão de identificação;
- f) Os associados que se tornem necessitados dos serviços desta Instituição irão ser assistidos de preferência a quaisquer outros;
- g) Consultar os livros de actas da Instituição.

Artigo 8.º

Todos os associados são obrigados:

- a) Ao pagamento das respectivas quotas;
- b) B) A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos Corpos Gerentes para os quais tiverem sido eleitos, salvo ser for deferido o pedido de escusa que, por motivos justificados, apresentem, ou se tiverem desempenhado algum desses cargos no triénio anterior;
- c) A colaborar no processo e desenvolvimento da instituição de modo a prestigiála e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil perante a comunidade em que está inserida.

Artigo 9.º

Serão excluídos da Instituição os associados que:

- a) Solicitarem a exoneração;
- b) Deixarem de satisfazer o pagamento das suas quotas por tempo superior a um ano, e que, depois de notificados, não cumpram esta sua obrigação, ou não justifiquem a sua atitude no prazo máximo de trinta dias;
- c) Não prestarem contas das responsabilidades e valores que lhe tenham sido confiados;
- d) Sem motivo justificado, se recusarem a servir os lugares dos Corpos Gerentes para que tiverem sido eleitos;
- e) Voluntariamente, causarem danos á Instituição.

Artigo 10.º

1 – A aplicação da pena de exclusão é da competência da Direcção, com possibilidade de recurso para a Assembleia Geral, no prazo de trinta dias após notificação da decisão,

sendo este o caso, a exclusão converte-se em suspensão até decisão final desta.

2 – Os associados excluídos nos termos do número anterior, têm a faculdade de requerer a sua readmissão decorrido o prazo de três anos após a exclusão, salvo no caso de atraso do pagamento de quotas em que este prazo é de um ano.

CAPITULO III

Do Património e do Regime Financeiro

Artigo 11.º

1 – O património do “Lar Jacinto Faleiro” é constituído por todos os seus actuais bens e pelos que venha adquirir.

2 – A Instituição não pode alienar nem onerar os seus bens imóveis e os móveis com especial v monetário, artístico ou histórico, sem prévia autorização da Assembleia Geral reunida para o efeito.

Artigo 12.º

1 – As receitas do “Lar Jacinto Faleiro” são ordinárias e extraordinárias.

2 – Constituem receitas ordinárias:

- a) Os rendimentos dos bens próprios;
- b) O produto das quotas dos associados;
- c) As pensões e percentagens de compensação pagas pelos utentes dos diversos sectores da Instituição;
- d) Outros rendimentos de serviços e obras sociais;
- e) Os subsídios, participações pagas pelo Estado e Autarquias locais, com carácter de regularidade ou permanência em troca de serviços prestados;
- f) Os rendimentos provenientes da actividade agrícola, pecuária, silvícola, cinegética e de turismo rural, desenvolvidos pela Instituição.

- 3 – Constituem receitas extraordinárias:
- a) Os legados, heranças e doações;
 - b) O produto de empréstimos;
 - c) O produto de alienação de bens;
 - d) O produto de cortejos de oferendas e dos donativos particulares;
 - e) Os subsídios eventuais do Estado e das Autarquias locais;
 - f) Outros quaisquer rendimentos quer por sua natureza não devem normalmente repetir-se em anos económicos sucessivos;
 - g) Os espólios dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos respectivos interessados no prazo legal.

Artigo 13.º

1 – As Despesas do “Lar Jacinto Faleiro” são ordinárias e extraordinárias.

2 – São ordinárias:

- a) As que resultam da execução dos presentes Estatutos;
- b) As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo vencimentos de pessoal e encargos patronais;
- c) As de impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços;
- d) As quotizações devidas a uniões e federações em que a instituição estiver inscrita ou filiada;
- e) As que resultam de deslocações de utentes, Corpos Gerentes e pessoal, quer em serviços da Instituição, quer para benefício dos próprios assistidos;
- f) Quaisquer outras que tenham carácter de continuação e permanência e estiverem em harmonia com a Lei e com os fins estatutários.

3 – São extraordinárias:

- a) As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviços e obras ou de aplicação dos já existentes;
- b) As despesas de aquisição de novos prédios rústicos e urbanos;
- c) As despesas que se justifiquem pela sua utilidade ou auxílio a pessoas

singulares ou colectivas que dele necessitem.

Artigo 14.º

O exercício anual do “LAR Jacinto Faleiro” correspondente ao ano civil.

Artigo 15.º

1 – Até 31 de Outubro de cada ano será elaborado e submetido á aprovação da Direcção juntamente com o plano de actividades sociais, o orçamento para o ano seguinte, com discriminação das receitas e despesas de cada estabelecimento ou sector de actividades e com denotação separada das verbas de pessoal e material.

2 – No decorrer de cada ano poderão ser elaborados e submetidos à competente aprovação dois orçamentos suplementares para ocorrer a despesas que não haviam sido previstas no orçamento ordinário, ou que nele haviam sido insuficientemente dotadas.

3 – Em casos muitos especiais e devidamente justificados, poderá ser elaborado e aprovado mais um terceiro orçamento suplementar.

Artigo 16.º

Na primeira reunião ordinária da direcção de cada mês, deverá ser apresentado, para apreciação, o balancete do movimento do mês anterior.

Artigo 17.º

Na Secretaria existirão, devidamente escriturados, os livros de contas, registos e cadernos auxiliares que forem julgados convenientes para clareza da escrita e todos os negócios da Instituição.

Artigo 18.º

Até 31 de Março de cada ano, serão apresentados à apreciação e votação da Assembleia Geral as contas de gerência do exercício anterior, com o respectivo relatório da Direcção e parecer do Concelho Fiscal, tudo acompanhado do mapas e documentos justificativos.

Artigo 19.º

Na elaboração dos orçamentos e no funcionamento dos serviços de contabilidade e

tesouraria serão tomadas, na devida consideração, as normas orientadoras de carácter genérico da actividade tutelar do Estado, de modo a ser obtido o melhor aperfeiçoamento possível dos serviços.

CAPÍTULO IV

Secção I

Da Administração

Artigo 20.º

Os Corpos Gerentes do “Lar Jacinto Faleiro” são: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Artigo 21.º

Todos os Corpos Gerentes são eleitos por período de três anos não sendo permitida a eleição de quaisquer membros por mais de dois mandatos consecutivos para qualquer órgão da associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder á sua substituição.

Artigo 22.º

O exercício dos cargos, nos Corpos Gerentes, é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivados.

Artigo 23.º

Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de algum ou alguns membros dos Corpos Gerentes, podem eles passar a ser remunerados, desde que a Assembleia Geral assim o delibere.

Artigo 24.º

A Instituição fica obrigada com as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção ou com as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro, salvo quanto aos actos de mero expediente, em que bastará a assinatura de um membro da Direcção.

Secção II

Da Assembleia Geral

Artigo 25.º

1 - A Assembleia Geral é constituída pela reunião dos associados e só pode funcionar em primeira convocação, com a presença da maioria dos mesmos.

2- Se no dia e horas designados para qualquer reunião, ela não puder ser realizar-se por falta de quórum, terá lugar a reunião meia hora depois, em segunda convocatória, desde que esteja presente qualquer número de Associados.

Artigo 26.º

Nas convocações das reuniões da Assembleia Geral serão sempre indicados a ordem de trabalhos, o local, o dia e hora destas reuniões.

Artigo 27.º

1 – A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma até 15 de Novembro para votar o Plano de Actividade e Orçamento para o ano seguinte e proceder à eleição dos Corpos Gerentes, quando for caso disso, e a outra no mês de Março para apreciação e votação das contas do exercício anterior.

2 – Extraordinariamente a Assembleia Geral reunirá quando convocada pelo Presidente da respectiva Mesa espontaneamente ou a pedido, da Direcção, do Conselho Fiscal ou de um grupo de associados não inferior a 10%, sempre com indicação expressa dos assuntos a tratar.

3 – O respectivo Presidente tem de convocar a Assembleia Geral extraordinária no prazo de 15 dias a contar da recepção do pedido da sua realização, a qual terá de concretizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da sua recepção do mesmo pedido ou requerimento.

Artigo 28.º

1 – Competente à Mesa da Assembleia Geral dirigir os trabalhos das reuniões.

2 – Essa Mesa é constituída pelo Presidente e por dois secretários efectivos (1.º e 2.º Secretários)

3 – O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º ou 2.º Secretário.

4 – No caso de não se encontrarem presentes o Presidente ou os seus substitutos, competirá à Assembleia Geral designar na ocasião, o associado que deva presidir.

Artigo 29.º

Competente à Assembleia Geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da associação;
- b) Proceder à eleição da sua própria Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal, incluindo os respectivos substitutos;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e com tas de gerência;
- d) Apreciar e votar alterações dos Estatutos e sobre a extinção, cisão, ou fusão da Associação;
- e) Decidir os recursos interpostos das deliberações da Direcção;
- f) Autorizar a aquisição, a alienação e oneração de bens imóveis e de móveis com especial valor artístico ou histórico;
- g) Autorizar a associação a demandar os Corpos Gerentes por factos praticados no exercício das sua Funções;
- h) Fixar a remuneração dos Membros dos Corpos Gerentes, nos termos dos artigos 22.º e 23.º;
- i) Autorizar a realização de empréstimos;
- j) Deliberar sobre casos não previstos nestes Estatutos.

Artigo 30.º

1 – Das reuniões da Assembleia Geral será lavrada acta em livro próprio, a qual será assinada pela Mesa de pois de aprovada.

2 – A Assembleia Geral Pode delegar na sua Mesa a competência para redigir a acta que, assim, se considera aprovada depois assinada.

SECÇÃO III

Da direcção

Artigo 31.º

1 – A direcção é constituída por dois vogais efectivos e dois suplentes.

2 – Os Vogais efectivos, logo que investidos no exercício das suas funções, escolherão entre si o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Direcção e distribuição entre si as diversas tarefas da Administração.

Artigo 32.º

1 – A direcção tomará posse nos primeiros quinze dias úteis do ano civil imediato ao das eleições e terá , no mínimo, uma reunião mensal.

2 – A direcção cessante continuará em exercício até à posse da nova Direcção eleita, devendo então fazer-se a devida entrega de bens e valores.

Artigo 33.º

A Direcção reunirá extraordinariamente sempre que for julgado conveniente e as deliberações recairão somente sobre os problemas que justifiquem a sua convocação a não ser que estejam presentes os seus membros.

Artigo 34.º

A direcção só terá poderes deliberativos quando estiver presente a maioria dos membros em exercício.

Artigo 35.º

Compete ao Órgão da administração gerir a instituição e representá-la, incumbindolhe, designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Órgão de Fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da Lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal, contratar e gerir o pessoal da Instituição;
- e) Representar a Instituição em juízo ou fora dele;
- f) Zelar o cumprimento da Lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da

Instituição.

Artigo 36.º

A Direcção pode delegar quaisquer das suas atribuições no Presidente da mesma ou noutros dos seus membros.

Artigo 37.º

1 – Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Presidir às sessões da Direcção e grupos de trabalhos sectoriais quando existirem;
- b) Superintender, directamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito designadas ou nomeadas, na Administração da Instituição e conseqüentemente, orientar e fiscalizar as diversas actividades e serviços da mesma;
- c) Apresentar à Direcção os orçamentos, relatórios e contas de gerência;
- d) Despachar os assuntos de expediente e outros que careçam de solução urgente, devendo, porém, estes últimos se excederem a sua competência normal, serem submetidos à confirmação da Direcção, na primeira reunião seguinte;
- e) Representar a Instituição em juízo ou fora dele;
- f) Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo.

2 – Na ausência e no impedimento do Presidente da Direcção serão as funções desempenhadas pelo Secretário, e na falta de ambos, pelo elemento da mesma que a Direcção escolher.

Artigo 38.º

Compete ao Secretário:

- a) Redigir e assinar actas das sessões e superintender, em especial nos serviços de Secretaria e na organização dos respectivos arquivos;
- b) Preparar a agenda de trabalhos das reuniões da Direcção e das suas delegações ou grupos de trabalho sectoriais;
- c) Coadjuvar o Presidente da Direcção na execução do seu cargo .

Artigo 39.º

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar valores da associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 40.º

1 – O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois Vogais.

2 – Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.

3 – No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal e este por um suplente.

Artigo 41.º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessário ao cumprimento das suas atribuições, bem como pode propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 42.º

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Artigo 43.º

A eleição da Mesa da Assembleia Geral, da direcção e do Concelho Fiscal será feita por escrutínio secreto, à pluralidade dos votos dos associados presentes, na reunião ordinária realizada no mês de Novembro do ano em que terminar o mandato dos Corpos Gerentes, no local previamente designado para o efeito.

Artigo 44.º

As listas para eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Concelho fiscal devem conter os nomes dos membros efectivos e dos suplentes entendendo-se que estes são os designados em último lugar.

Artigo 45.º

O Cargo de Presidente dos órgãos de dever ser especificado.

Artigo 46.º

- 1 – As listas apresentadas a escrutínio dos candidatos aos órgãos desta associação, deverão ter o número mínimo de efectivos e suplentes a concorrerem aos três órgãos.
- 2 – Finda a eleição o Presidente da Assembleia Geral proclamará os eleitos e de tudo o que tiver passado será exarada e assinada a respectiva acta.

Artigo 47.º

Os Corpos Gerentes serão eleitos por escrutínio secreto e por maioria de votos, conforme atrás se referiu, em relação às listas que satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) Sejam remetidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com a antecedência mínima de quinze dias em relação à data da Assembleia Geral;
- b) Sejam subscritas pela Direcção em exercício ou por um mínimo de quinze associados em pleno gozo dos seus direitos;
- c) Identifiquem devidamente os candidatos pelo nome completo, estado civil, profissão e residência.

Artigo 48.º

- 1 – Os boletins de voto devem ser em papel branco, sem sinais e formatos diferenciados e, quando entregues nas urnas, devem estar dobrados.

2 – Finda a eleição, o Presidente da Assembleia proclamará os eleitos e de tudo o que se tiver passado será exarada e assinada a respectiva acta.

3 – No prazo de cinco dias, a contar da eleição, o Presidente da Assembleia Geral oficiará aos associados eleitos, caso não tenham estado presentes, a comunicar-lhes o resultado eleitoral na parte que a cada um, respectivamente, interesse.

4 – Tal officio devidamente autenticado com selo branco em uso na Instituição, servirá de Diploma de apresentação para a respectiva posse.

5 – As posses serão conferidas pelo Presidente da Assembleia Geral cessante e ficarão exaradas em livro especial a elas reservado.

Artigo 49.º

Perdem os mandatos os membros do Corpo Gerente que:

- a) Por motivo injustificado faltem a mais de duas reuniões consecutivas ou cinco interpoladas do respectivo órgão;
- b) Estejam impedidos do exercício das respectivas funções por período superior a seis meses;
- c) Legalmente se coloquem em situação de ilegitimidade.

Artigo 50.º

Nenhum Associados é obrigado a aceitar reeleição.

Artigo 51.º

Os casos omissos deste Estatuto e dos seus regulamentos serão decididos pela Assembleia Geral, quando lhe forem Aplicáveis preceitos legais definidos.

CAPÍTULO VI

Dos Serviços Administrativos e do Pessoal Agrícola, Técnico e Servente

Artigo 52.º

Os serviços de secretaria e contabilidade serão dirigidos por um membro delegado da Direcção, e constituídos pelo pessoal que for estritamente necessário para o bom funcionamento dos referidos serviços.

Artigo 53.º

Haverá também pessoal agrícola que for necessário à boa administração, fiscalização e exploração do património rústico da Instituição.

Artigo 54.º

1 – Da mesma forma serão organizados outros quadros de pessoal, que os vários sectores e estabelecimentos da Instituição exigirem para o seu funcionamento eficiente e progressiva melhoria.

2 – Serão elaborados, conseqüentemente, os respectivos regulamentos, com definição, quanto possível pormenorizada, dos direitos e deveres desse pessoal.

CAPÍTULO VII

Disposições Diversas

Artigo 55.º

1 – No caso de extinção da associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.

2 – Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à utilização dos negócios pendentes.

Artigo 56.º

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral de acordo com a legislação em vigor.

A MESA ADMINISTRATIVA,

O Presidente da Direcção,

(Assinatura Ilegível)

- António Ferraz da Conceição -

O Secretário

(Assinatura Ilegível)

- Carlos Nascimento Vitoriano –

O Tesoureiro,

(Assinatura Ilegível)

- José Tomé dos Anjos –

Primeiro Vogal,

(Assinatura Ilegível)

- Sebastião Colaço Canário –

Segundo Vogal,

(Assinatura Ilegível)

- Filipe Manuel Patrocino Mestre –

A Mesa da Assembleia Geral,

O Presidente,

(Assinatura Ilegível)

- Vítor Prazeres do Soveral Rodrigues –

O Primeiro Secretário,

(Assinatura Ilegível)

- Manuel Sequeira Afonso –

O Segundo Secretário,

(Assinatura Ilegível)

- António Sebastião Espírito Santo -

Regulamento Interno – Pólo II



LAR JACINTO FALEIRO -Pólo II

Regulamento da Resposta de Lar de Idosos

Pólo II

Capítulo I

Natureza e Objectivos

Artigo 1º

Caracterização e Localização

O Lar Jacinto Faleiro, Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Publica, que se encontra registada na Direcção Geral da Segurança Social, como IPSS, no livro nº 3, das Associações de Solidariedade social sob o nº 77/87 , a fls. 146 e 146 Verso em 10/1988/, tem a sua sede social no largo Vítor Guerreiro Prazeres nº4, em Castro Verde .

Artigo 2º

Objectivos Gerais

- 1 – O Lar Jacinto Faleiro exerce a sua função no concelho de Castro Verde e limítrofes, e tem como objectivo principal o desenvolvimento de actividades de acção social no âmbito do apoio e protecção à terceira idade, família, infância e juventude, bem como à população em situação de dependência.
- 2 – Para a efectiva realização dos objectivos a que se propõe o Lar Jacinto Faleiro, dispõe de dois lares de idosos, sitos no Largo Vítor Guerreiro Prazeres nº4 e na Rua da

Liberdade, n.º2 em Castro Verde respectivamente, bem como de Creche e Jardim de Infância na Av. Soeiro Pereira Gomes também em Castro Verde.

Capítulo II

Caracterização da resposta

Artigo 3º

Âmbito

1 - A Resposta Social - Lar visa a protecção dos cidadãos na velhice e invalidez, bem como todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;

2 - Pode ser também caracterizada por um alojamento colectivo de utilização permanente/temporária para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência/autonomia, fornecendo-lhes alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando ainda o convívio e a animação cultural e a ocupação de tempos livres dos utentes.

Artigo 4º

Objectivos Específicos

Os objectivos específicos do Lar são os seguintes:

- a) Oferecer aos idosos, um espaço de vida socialmente organizada e adaptada às suas idades, para que possam viver de acordo com a sua personalidade e a sua relação social;
- b) Apoiar idosos em situação de vulnerabilidade económica e social, sem familiares directos;

- c) Apoiar Idosos com familiares directos mas sem condições para prestar qualquer tipo de acompanhamento social por razões: profissionais, saúde, habitacionais, económicas.

Capítulo III

Processo de Admissão e Mensalidades

Artigo 5º

Capacidade

2 – O Pólo II tem uma capacidade actual de 33 utentes, sendo que 33 estão abrangidos por acordos de cooperação com a Segurança Social.

Artigo 6º

Condições de Admissão

1- Para admissão de utentes, será tido em conta os seguintes aspectos:

- a) Possuir idade igual ou superior a 65 anos;
- b) O estado físico e mental devidamente confirmado através de relatório clínico elaborado pelo médico de família;
- c) A data da pré-inscrição;
- d) Casos excepcionais serão analisados convenientemente.

2 – Serão utilizados prioritariamente os seguintes critérios de admissão:

- 2.1 - Idosos em situação de vulnerabilidade económica e social, sem familiares directos;

2.2 - Idosos com familiares directos mas sem condições para prestar quaisquer

tipo de acompanhamento social por razões:

- Profissionais
- Saúde
- Habitacionais
- Dificuldades económicas

2.3 - A naturalidade ou residência no concelho de Castro Verde.

2.4 - A frequência de outras respostas da instituição.

2.5 - Em situação de igualdade considera-se o facto do utente ser sócio da Instituição.

3 - A inscrição para admissão em lar será efectuada por uma técnica da instituição, sendo o pedido de admissão subscrito pela pessoa candidata ou por seu representante.

4 - No acto da admissão, é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos:

4.1 - Bilhete de identidade do cliente e do representante legal quando necessário;

4.2 - Cartão de identificação fiscal do cliente e do representante legal quando necessário;

4.3 - Cartão de beneficiário da Segurança Social do cliente;

4.4 - Declaração médica comprovativa da situação clínica do cliente;

4.5 - Cartão do utente dos serviços de saúde de subsistência a que o cliente pertença;

4.6 - Comprovativo dos rendimentos do cliente e do agregado familiar quando necessário;

5 - Na existência de vaga, a técnica de Serviço Social procederá ao estudo da situação dentro dos parâmetros definidos neste regulamento;

6 - A admissão só se tornará efectiva após confirmação da direcção com registo em acta.

7 - O horário de atendimento para candidaturas nos dias úteis desenvolve-se das 9:00 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:30 horas;

8 - A ficha de identificação e os documentos probatórios referidos no número anterior deverão ser entregues ao responsável Técnico;

9 - Em situações especiais pode ser solicitada certidão da sentença judicial que regula a tutela.

10 - Em caso de Admissão urgente, pode ser dispensada a apresentação de candidatura e respectivos documentos probatórios, devendo todavia ser desde logo iniciado o processo de obtenção dos dados em falta.

11 - Existe uma lista de espera única nas duas infra-estruturas sociais, na qual o cliente tem um número de entrada e ordem de inscrição, sendo transmitido ao mesmo sempre que solicitado.

Artigo 7º

Admissões

1- Uma vez recebida a candidatura, será a mesma analisada pelo responsável Técnico do equipamento competindo-lhe elaborar proposta de admissão quando tal se justificar e submeter à decisão da Direcção;

2 - É competente para decidir a **Direcção do Lar Jacinto Faleiro**;

3 - Da decisão será dado conhecimento ao cliente no prazo de quinze dias;

4 - No acto de admissão, o utente ou seu responsável assina os seguintes documentos:

- ✓ Termo de responsabilidade;
- ✓ Declaração de mensalidade;
- ✓ Contrato de prestação de serviços.

5 - Após a conclusão do processo burocrático de admissão, o acolhimento na Instituição deverá ser efectuado pelos responsáveis Técnicos e na sua ausência pelos responsáveis do sector de Ajudantes de Acção Directa.

6 - A Instituição organizará processos individuais dos clientes, das quais deverão constar, para além da identificação pessoal, elementos sobre a situação social e financeira, necessidades específicas dos clientes, bem como outros elementos relevantes.

7 - O acolhimento no Lar vigora, salvo estipulação escrita em contrário, a partir da data da admissão do utente.

8 - As normas do presente regulamento são consideradas cláusulas contratuais a que os utentes, seus familiares ou responsáveis devem manifestar integral adesão.

9 - Para o efeito consignado no número anterior, os utentes, seus familiares ou responsáveis, após entrega do 1º exemplar deste regulamento e explicação oral do seu conteúdo, devem assinar documento comprovativo da celebração do contrato, com emissão de declaração sobre o conhecimento e aceitação das regras constantes do presente regulamento.

10 - A estipulação de cláusulas especiais para o alojamento é obrigatoriamente reduzida a escrita.

11 - Uma vez cessado o alojamento por qualquer motivo, os serviços administrativos farão o acerto contabilístico da conta corrente com o utente, bem como das despesas médicas em dívida.

12 - A devolução de bens e valores à guarda da Instituição, bem como o saldo da conta corrente do utente, será efectuada, contra recibo, por solicitação do utente, do conjunto dos herdeiros habilitados ou de um seu representante para o efeito credenciado. Não existindo familiares e decorrido 12 meses, os bens e valores reverterem a favor da Instituição, assim como por vontade expressa do utente ou familiares.

Artigo 8º

Mensalidade

1 - O Idoso deve contribuir para a sua estada no lar com a percentagem prevista na lei, relativamente aos seus rendimentos, sendo a fórmula de cálculo a seguinte:

Rendimento Anual x 14 meses : 12 x a participação que varia de 70% a 85%.

2 - Sempre que o somatório da prestação mensal com comparticipação financeira da Segurança Social seja inferior ao valor de referência (750,00 €), pode ser acordado com os descendentes em 1º grau de linha recta, mediante outorga de acordo escrito, o pagamento do diferencial.

3 - A comparticipação familiar (diferencial) será estabelecida de acordo com o rendimento mensal de cada família aferido por documentos legais, e assistindo à Direcção da Instituição o direito de presunção dos mesmos, nunca perdendo de vista o valor de referência já referido no numero anterior.

4 - No mês de admissão, se a entrada ocorrer até ao dia 15 será cobrada a totalidade da mensalidade, se a mesma ocorrer após essa data será cobrada 50% da mensalidade mensal.

5 - A mensalidade fixada, a comparticipação familiar, bem como os consumos ou despesas realizadas devem ser pagas mensalmente pelo responsável, contra recibo, nos serviços administrativos do Lar Jacinto Faleiro, vencendo-se a primeira no momento da admissão no Lar e as restantes no 1º dia do mês a que dizem respeito, podendo ser liquidadas até ao dia 8 do mês a que dizem respeito.

6 - Existirá uma conta corrente do utente, que servirá de base para efectuar pagamentos de despesas de saúde ou outro tipo de despesas inerentes ao próprio utente.

7 - As comparticipações serão revistas anualmente. Caso haja renúncia por parte do próprio ou familiares na entrega dos documentos comprovativos dos rendimentos, será definida pela Direcção a comparticipação familiar a pagar.

8 - O pagamento das mensalidades deverá ser feito mensalmente na secretaria da Instituição até ao dia 8, nas seguintes opções:

- a) Pelo próprio cliente.
- b) Pelo familiar ou representante legal.
- c) Pela instituição que por indicação do cliente, familiar ou representante legal, responsabilizar-se-á por receber a pensão, retendo de imediato o valor referente á comparticipação deste.

9 - O diferencial será entregue ao cliente ou será gerido pela Instituição de acordo com as indicações do cliente, familiar, ou representante legal, sendo criada uma conta corrente individual, consultável a qualquer momento.

Capítulo VII

Serviços e Horários

Artigo 9º

Serviços Prestados

1 – O Lar de Idosos presta os seguintes serviços aos seus utentes:

- a) Estadia, alimentação e higiene pessoal;
- b) Tratamento de roupa pessoal e de cama;
- c) Vigilância 24 horas por dia, durante a sua permanência no Lar;
- d) Acompanhamento médico e de enfermagem;
- e) Animação e recreação.

Artigo 10º

Horários

1 – O horário de funcionamento quer no Pólo I quer do Pólo II è de 24 horas por dia, todos os dias da semana.

2 – Os horários das refeições são:

- a) Pequeno-almoço – 9 horas;

- b) Almoço – 12,30 horas;
- c) Lanche – 16 horas;
- d) Jantar – 18,30 horas.

Capítulo VIII

Recursos Humanos e Instalações

Artigo 11º

Recursos Humanos

1 – A instituição é orientada por uma direcção, que delega funções de supervisão e coordenação, na Directora Técnica.

2 – Todos os funcionários possuem formação profissional adequada.

3 – Estão ao serviço do Lar de Idosos os seguintes funcionários:

POLO II

- a) 1 Directora Técnica de Serviço Social
- b) 3 Cozinheiras
- c) 2 Ajudantes de Cozinha
- d) 13 Ajudantes de Lar
- e) 8 Auxiliares de Serviços Gerais
- f) 1 Técnica de Animação (tempo parcial)
- g) 1 Motorista comum a outras valências
- h) 1 Recepcionista

- i) 1 Administrativa
- j) 1 Chefe de serviços administrativos
- l) 1 Contabilista
- m) 1 Encarregado geral
- n) 1 Ecónomo
- o) 1 Técnica de desporto e reabilitação (projecto de 9 meses) - comum a outras valências
- p) Enfermeira (tempo parcial)

Artigo 12º

Recursos Materiais

1 - O Lar Jacinto Faleiro está sediado na Rua da Liberdade, nº2 em Castro Verde (POLO II) e as suas instalações são compostas por:

POLO II

- Portaria
- Cozinha - Despensa (do sector cozinha)
- Refeitório
- 2 Salas de Estar
- 1 Gabinete Médico
- 1 Gabinete das Ajudantes de Acção Directa
- 11 Quartos
- 18 Sanitários
- 2 Arrecadação do Sector da Limpeza
- 1 Gabinete da Directora Técnica
- 1 Gabinete de Serviços Administrativos
- 1 Sala de Reuniões/Sala da Direcção
- Lavandaria
- 1 Vestuário

Capitulo IX

Alimentação

Artigo 13º

Regime Alimentar

- 1 – A ementa semanal será afixada, para que os idosos tenham conhecimento da mesma.
- 2 – O lar de Idosos fornecerá dietas desde que seja apresentada a indicação médica.

Capitulo VII

Direitos e Deveres

Artigo 14º

Direitos dos Utentes

- 1 - Cada utente residente deve ser tratado com consideração, respeito e reconhecimento da sua dignidade e individualidade, sendo-lhes assegurados confidencialidade no seu acompanhamento pessoal.
 - 1.1 - Aos utentes do Lar é garantido assistência médica.
 - 1.2 - É da responsabilidade de cada utente as despesas efectuadas com a assistência médica, mediante a utilização da sua conta corrente.
 - 1.3 – Os utentes podem sair para o exterior e comunicar por via telefónica, bem como, receber visitas de familiares ou amigos dentro dos termos expressos no regulamento.

1.4 - As famílias dos utentes devem proceder ao seu acompanhamento através de visitas regulares e de contactos periódicos com os responsáveis do lar, quer mediante o respectivo acolhimento nas suas residências quando o utente o entender.

1.5 – O regime geral de visitas a que o utente tem direito, devem efectuar-se no período das 14 horas às 16 horas, e as visitas devem respeitar todas as orientações dos funcionários, bem como os espaços de orientação.

1.6 - Tendo em conta os interesses do utente e sem prejuízo do funcionamento dos serviços, poderá ser acordado outro regime de visitas, que se mostre adequado ao incremento dos laços afectivos com familiares e amigos.

Artigo 15º

Deveres dos Utesntes

1 - O utente deve cumprir as regras e normas de funcionamento interno, não tomando atitudes que colidem com a actividade da Instituição. O incumprimento destas poderá conduzir a uma suspensão, definitiva ou temporária de acordo com deliberação da Direcção.

2 - Deve manter uma atitude correcta em relação aos companheiros, funcionários e direcção da Instituição.

3 - Deve ser responsável pelos seus bens e boa utilização dos bens da Instituição.

4 - Deverá comunicar antecipadamente à Instituição qualquer ida ao médico e respectiva prescrição médica.

5 - Deve comunicar antecipadamente a aquisição de qualquer bem.

6 - As saídas que colidam com a rotina habitual devem ser comunicadas à Instituição.

7 - Será solicitado sempre que necessário aos familiares ou aos responsáveis pelo pedido de acolhimento que assumam quer a obrigação de acompanhar e apoiar o idoso durante a estadia no lar.

8 - É da responsabilidade dos mesmos a recepção do utente em caso de inadaptação ou de cessação do respectivo contrato de alojamento, ainda que este revista natureza disciplinar.

Artigo 16º

Deveres da Instituição

- 1 – Garantir a qualidade do serviço, e o conforto necessário ao bem estar do utente.
- 2 – Proporcionar o acompanhamento adequado.
- 3 – Cumprir o regulamento e assegurar o normal funcionamento do lar de Idosos.
- 4 - O Lar Jacinto Faleiro só se responsabiliza pelos objectos e valores que os utentes entreguem à sua guarda.
- 5 - A entrega e a restituição de objectos ou valores depositados pelos utentes deve ser feita, contra recibo, nos serviços administrativos da Instituição, às horas normais de expediente.
- 6 - Os serviços Administrativos do Lar Jacinto Faleiro devem facultar ao interessado ou seu representante, com a possível celeridade, todos os elementos relevantes para o controlo da regularidade das operações de entrega e levantamento.
- 7 - Nos termos da Legislação em vigor este Estabelecimento/Serviço possui Livro de Reclamações que poderá ser solicitado junto da Secretaria/Portaria, nomeadamente através do responsável de serviço.

Capitulo X

Disposições Finais

Artigo 17º

Legislação em vigor

- 1 – Os princípios legislativos pelos quais se regem o Lar de Idosos, são:
 - a) Despacho Normativo nº75/92 de 23 de Abril – Cooperação entre a Segurança Social e as IPSS;
 - b) Despacho Normativo nº12/98 de 25 de Fevereiro – Normas reguladoras dos

Lares de Idosos;

c) Contrato Colectivo de Trabalho para as IPSS (CTT - IPSS/CNIS).

Artigo 18º

Omissões

- 1 – Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da direcção do Lar Jacinto Faleiro.
- 2 – Compete à direcção emitir directivas e instruções que se mostrem necessários à execução das normas do presente regulamento.

Este regulamento foi aprovado em reunião de Direcção do Lar Jacinto Faleiro em _____,____.2009, e entra imediatamente em vigor.

Despacho Conjunto – 891/99

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Despacho Conjunto n.º 891/99

No domínio da intervenção precoce para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, têm vindo a desenvolver-se acções específicas, através de programas de apoio a crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias, no âmbito da educação, da saúde e da acção social e em cooperação, designadamente, com as instituições de solidariedade social e cooperativas de solidariedade social.

A experiência desenvolvida e a investigação realizada neste domínio determinam mudanças conceptuais significativas, com reflexos a nível dos objectivos e das práticas deste tipo de intervenção.

Assim, de uma actuação centrada quase exclusivamente na criança e nos seus problemas, evoluiu-se para uma intervenção em que o enfoque é colocado na criança no seu contexto familiar e a família é considerada como uma unidade funcional da comunidade.

Nesta perspectiva, reconheceu-se a necessidade de definir conceptualmente a natureza e objectivos da intervenção precoce e delinear um modelo organizativo integrado e de partilha de responsabilidades intersectoriais.

Com este objectivo, foi criado um grupo de trabalho constituído por elementos que integram o Departamento de Educação Básica e as Direcções-Gerais da Saúde e da Acção Social, que apresentou um relatório e um projecto normativo enquadrador das linhas orientadoras desta

área de intervenção precoce e dos respectivos níveis de articulação entre os serviços e entidades envolvidas.

Da conceptualização desta área de intervenção precoce, constante das propostas apresentadas pelo grupo de trabalho, resulta uma actuação que vem exigir: maior envolvimento da família em todo o processo de intervenção, o estabelecimento de relações de confiança entre profissionais e famílias, a criação de novas dinâmicas de trabalho em equipa e a racionalização de recursos já existentes no âmbito de uma coordenação eficaz aos diversos níveis de actuação.

Nestes termos, tendo sido cumpridos os objectivos fixados àquele grupo:

Aprovam-se as orientações reguladoras do apoio integrado a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento e suas famílias, no âmbito da intervenção precoce constante do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

13 de Agosto de 1999. - Pelo Ministro da Educação, o Secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins. - A Ministra da Saúde, Maria Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, - Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o Secretário de Estado da Inserção Social, Rui António Ferreira da Cunha.

ANEXO

Orientações reguladoras da Intervenção precoce para Crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias.

1. **Objectivo** – as presentes orientações estabelecem os princípios e as condições para o apoio integrado no âmbito da intervenção precoce dirigida a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias.

2. **Intervenção precoce** – a intervenção precoce é uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

2.1. Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento;

2.2. Potenciar a melhoria das interacções familiares;

2.3. Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

3. **Destinatários:**

3.1. A intervenção precoce tem como destinatários crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, que apresentem deficiência ou risco de atraso grave do desenvolvimento.

3.2. Considera-se risco de atraso grave do desenvolvimento aquele que, por factores pré, peri ou pós-natal ou ainda por razões que limitem a capacidade de tirar partido de experiências importantes de aprendizagem, constitui probabilidade de que uma ou mais disfunções possam ocorrer.

4. Características da intervenção precoce:

4.1. A intervenção precoce implica uma cultura e atitude dos agentes envolvidos, assente no reconhecimento de que as necessidades destas crianças só podem ser devidamente avaliadas e interpretadas no contexto familiar e social.

4.2. A intervenção precoce baseia-se numa lógica de acção local, cuja proximidade com a população permite o melhor conhecimento das necessidades, dos problemas e dos recursos comunitários, bem como das capacidades de fomentar compromissos e parcerias.

4.3. A intervenção precoce exige uma actuação de natureza comunitária, desinstitucionalizada, estruturada e assente em programas individualizados, desenvolvidos no domicílio e nos ambientes em que a criança habitualmente se encontra, designadamente em ama, creche e jardim-de-infância.

5. Objectivo da intervenção precoce - a intervenção precoce tem os seguintes objectivos:

a) Criar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança, minimizando problemas das deficiências ou do risco de atraso do desenvolvimento e prevenindo eventuais sequelas;

b) Optimizar as condições da interacção criança/família, mediante a informação sobre a problemática em causa, o reforço das respectivas capacidades e competências, designadamente na identificação e utilização dos seus recursos e dos da comunidade, e ainda da capacidade de decidir e controlar a sua dinâmica familiar;

c) Envolver a comunidade no processo de intervenção, de forma contínua e articulada, optimizando os recursos existentes e as redes formais e informais de interajuda.

6. Eixos, de intervenção precoce:

6.1. A complexidade dos problemas que as deficiências e as situações de risco colocam ao desenvolvimento global das crianças e à dinâmica familiar exige um processo integrado de actuação dos serviços da educação, da saúde, da acção social e dos parceiros envolvidos. que requer;

a) 0 Envolvimento da família;

b) 0 Trabalho de equipa;

c) 0 Plano individual de intervenção.

6.2. Envolvimento da família:

6.2.1. 0 Envolvimento da família implica a sua participação em todas as fases do processo de intervenção por:

a) Ser nos primeiros anos que se estabelecem os processos de vinculação, determinantes no desenvolvimento de padrões adequados de interacção pais e filhos;

b) Ser à família que compete tomar decisões sobre assuntos que lhe digam directamente respeito;

- c) Ter a família competências específicas ou potencialidades para as desenvolver, constituindo parte integrante das soluções para os problemas;
- d) Ter a família autonomia para mobilizar e utilizar os recursos de que necessita;
- e) Poder a família contribuir para a qualidade e eficácia do apoio prestado.

6.3. Trabalho de equipa:

6.3.1. O Trabalho de equipa deve ser orientado no sentido de responder às necessidades específicas da criança e da família, reforçando o seu envolvimento, a autonomia e a capacidade de tomar decisões.

6.3.2. A actuação da equipa deve basear-se em relações de confiança entre profissionais e familiares e no respeito pela privacidade, valores e dinâmicas próprias de cada família.

6.3.3. Na sua actuação, a equipa deve utilizar o modelo que melhor se adapte às exigências deste tipo de intervenção e que permita uma actuação integrada dos apoios às múltiplas necessidades da criança e família, caracterizando-se por:

- a) Avaliar, conjuntamente com as famílias, as respectivas necessidades, prioridades e recursos;
- b) Construir, com a família, um plano individual de intervenção baseado nessa avaliação;
- c) Ter um único responsável pela implementação do plano individual de intervenção, denominado «Responsável de caso», que garante a articulação dos apoios a prestar.

Relativamente a uma mesma família, independentemente das crianças que nela estejam a ser abrangidas pela intervenção precoce, não é recomendável mais de um responsável de caso, excepto quando esta situação inviabilize a satisfação das necessidades da criança ou da família;

- d) Actuar no domicílio e nos ambientes em que a criança habitualmente se encontra, nomeadamente amas, creches, jardins-de-infância ou outro local indicado pela família;
- e) Partilhar entre si, de forma sistemática, os conhecimentos dos diferentes elementos da equipa.

6.3.4. Em situações específicas, pode ainda recorrer-se a apoios complementares diferenciados, nomeadamente terapias, desde que devidamente justificados e constantes do plano individual de intervenção.

6.4. Plano individual de intervenção – o plano individual de intervenção tem de assegurar o envolvimento das famílias nos termos por estas determinados e é elaborado a partir da avaliação da criança, no seu contexto familiar.

6.4.1. Do plano individual de intervenção deve constar:

- a) Diagnóstico global da situação da criança, no seu contexto de vida, contendo a identificação dos seus aspectos de saúde, das suas capacidades e competências e das suas características comportamentais;

- b) Identificação dos recursos e necessidades da criança e da família, efectuada com esta, em estreita colaboração e em partilha de informação;
- c) Designação dos apoios a prestar, consensualizados entre profissionais e família, mediante informação detalhada que lhe facilitem as decisões nas várias opções a tomar;
- d) Indicação da data do início da execução do plano e do período provável da sua duração;
- e) Periodicidade da avaliação.

6.4.2. Do plano individual de intervenção devem ainda constar os procedimentos que permitam acompanhar o processo de transição da criança para o contexto educativo formal, nomeadamente o escolar.

7. Referenciação das crianças e selecção dos casos a apoiar em intervenção precoce:

7.1. Referenciação – a referenciação das crianças é feita às equipas da intervenção precoce, designadamente por solicitação da família, por profissionais de saúde, da educação e da acção social, bem como por profissionais de outros serviços ou de instituições particulares de solidariedade social ou cooperativas de solidariedade social através de informação sobre a situação da criança e outra tida por conveniente.

7.2. Selecção – a selecção dos casos para apoio em intervenção precoce é feita pelas equipas de intervenção directa com base na avaliação da criança efectuada nos centros de desenvolvimento, consultas de desenvolvimento ou noutras estruturas especializadas em desenvolvimento, e de acordo com os critérios de elegibilidade a definir pelas equipas de coordenação.

8. Organização e gestão da intervenção precoce;

8.1. Organização – a intervenção precoce organiza-se numa base comunitária, descentralizada, coordenada e flexível, de modo a privilegiar uma actuação integrada dos serviços e instituições envolvidos, potenciando e assegurando o desenvolvimento de dinâmicas locais.

8.2. Recursos – a organização da intervenção precoce tem em consideração os recursos já existentes, nomeadamente da educação, da saúde e da acção social e das instituições.

8.3. Funcionamento – a intervenção precoce funciona em rede e é integrada por equipas de intervenção directa e por equipas de coordenação.

9. Equipas de Intervenção Directa:

9.1. Constituição;

9.1.1. As equipas devem ser constituídas por profissionais de formação diversificada, nomeadamente educadores de infância, médicos, psicólogos, técnicos de serviço, social, terapeutas, enfermeiros ou outros, com formação específica e experiência na área do desenvolvimento da criança.

Estes profissionais são designados pelos competentes serviços da educação, da saúde e da acção social e pelas instituições ou outras entidades.

9.1.2. A composição das equipas nos termos referidos no número anterior é dimensionada em função das necessidades e dos recursos existentes.

9.2. Âmbito territorial - as equipas de intervenção directa actuam numa base concelhia, podendo, sempre que se justifique, englobar vários concelhos ou ser definidas por referência a freguesias.

9.3. Atribuições:

9.3.1. As equipas de intervenção directa são responsáveis pela programação da intervenção, cabendo-lhes, designadamente:

a) Seleccionar as situações para apoio em intervenção precoce, em função da referenciação, da avaliação e dos critérios definidos;

b) Elaborar o plano anual de actuação para a respectiva área geográfica de abrangência;

c) Organizar o dossier técnico-pedagógico por cada criança/família, o qual deve conter a informação prévia à elaboração do plano individual de intervenção e suas reformulações, bem como toda a informação considerada pertinente;

d) Designar, de entre si, o responsável de caso e apoiá-lo na execução do plano;

e) Identificar e articular com os recursos locais;

f) Elaborar relatório anual da actividade desenvolvida.

9.3.2. As equipas de intervenção directa, conjuntamente com as famílias das crianças, elaboram, executam e avaliam o plano individual de intervenção, competindo-lhes, nomeadamente:

a) Identificar as competências e necessidades das crianças e das famílias;

b) Definir prioridades de actuação de acordo com as necessidades da criança e as expectativas das famílias;

c) Proceder à avaliação sistemática do plano e introduzir as respectivas alterações, quando necessário;

d) Preparar e acompanhar o processo de transição da criança para as estruturas regulares da comunidade, nomeadamente para a escola.

9.3.3. Sempre que no trabalho em parceria com as famílias se verificarem situações que, pela sua natureza, ultrapassem o âmbito específica de actuação da intervenção precoce, as equipas devem contactar os respectivos serviços competentes, nomeadamente as comissões de protecção de menores e estabelecer, em conformidade, um plano conjunto de actuação.

9.4. Localização - as equipas de intervenção directa devem dispor de instalações sediadas em serviços, estabelecimentos ou outros equipamentos locais, nomeadamente da educação, da saúde, da acção social, das autarquias, das instituições, das cooperativas de solidariedade social ou de outros organismos que se mostrem adequadas ao exercício da sua intervenção.

10. Equipas de coordenação.

10.1. Constituição:

10.1.1. As equipas de coordenação são constituídas por profissionais designados pelas direcções regionais de educação, administrações regionais de saúde e centros regionais da segurança social, ouvidos os respectivos serviços sub-regionais, e por profissional em representação das instituições do respectivo âmbito geográfico de abrangência, a designar por estas.

10.1.2. Os profissionais designados para integrar as equipas referidas no número anterior devem possuir formação específica e experiência nesta área da intervenção precoce.

10.2. Âmbito territorial – as equipas de coordenação têm âmbito distrital, sem prejuízo de um âmbito por referência a agrupamento de concelhos, sempre que tal se justifique.

10.3. Atribuições – a actividade das equipas de coordenação desenvolve-se de acordo com um plano de acção que integre o respectivo orçamento, elaborada com a participação das equipas de intervenção directa do respectivo âmbito territorial.

Na sua actuação, compete-lhes, designadamente:

- a) Programar, supervisar e avaliar o desenvolvimento da intervenção precoce na sua área geográfica de coordenação;
- b) Avaliar as necessidades e oportunidades de constituir ou reforçar as equipas de intervenção directa;
- c) Determinar o custo criança/mês, face ao orçamento e ao contexto local em que se desenvolve a actuação das equipas de intervenção directa;
- d) Organizar, com a participação das equipas de intervenção directa, a respectiva formação, bem como orientar o processo de investigação/acção no domínio desta área da intervenção precoce;
- e) Definir critérios de elegibilidade das situações para apoio em intervenção precoce;
- f) Elaborar relatório anual com base nos relatórios das equipas de intervenção directa que coordenam.

10.4. Localização – as equipas de coordenação devem dispor de instalações sediadas em serviços, estabelecimentos ou outros equipamentos locais, nomeadamente da educação, da saúde, da acção social, das autarquias, das instituições e cooperativas de solidariedade social ou de outros organismos que se mostrem adequados ao exercício da sua actividade.

11. Acompanhamento e avaliação:

11.1. O acompanhamento e avaliação da intervenção precoce são assegurados:

- a) A nível regional, pelas direcções regionais da educação, administrações regionais de saúde e centros regionais da segurança social, que, para o efeito, designarão os seus representantes;

b) A nível nacional, por um grupo interdepartamental, a constituir por despacho conjunto dos Ministros da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, integrado por representantes do Departamento de Ensino

Básico, da Direcção-Geral da Saúde, da Direcção-Geral da Acção Social e do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

11.2. As estruturas regionais actuam de forma articulada e competindo-lhes, designadamente:

a) Planear e dinamizar regionalmente a intervenção precoce, acautelando sobreposições e assimetrias regionais;

b) Promover a qualidade da intervenção precoce mediante, designadamente, a articulação das equipas de coordenação e a avaliação das actividades desenvolvidas a nível regional;

c) Elaborar relatório anual de avaliação, com base nos relatórios das equipas de coordenação.

11.3. Ao grupo interdepartamental compete, designadamente:

a) Assegurar a aplicação dos princípios orientadores da intervenção precoce nos termos do presente despacho;

b) Potenciar as acções a nível regional, desencadeando os mecanismos necessários para a dinamização do processo, acautelando sobreposições e assimetrias a nível nacional;

c) Monitorizar e avaliar a nível nacional e com base em critérios e indicadores seleccionados, o desenvolvimento da intervenção precoce;

d) Sistematizar, em colaboração com as entidades previstas na alínea a) do n.º 11. 1 os dados relativos ao levantamento das situações, das necessidades e dos recursos, com vista à organização de um observatório da intervenção precoce;

e) Providenciar o desenvolvimento de estudos e investigação sobre temas relevantes para a intervenção precoce;

f) Elaborar relatório anual sobre o desenvolvimento da intervenção precoce, a nível nacional.

11.4. Para efeitos do disposto no numero anterior, o grupe interdepartamental reúne periodicamente com as estruturas regionais previstas na alínea a) do n.º 11.1

12. Entidades interventoras:

12.1. O desenvolvimento e o apoio à intervenção precoce envolvem prioritariamente:

a) Serviços da educação, através das equipas de coordenação das apoias educativos;

- b) Serviços da saúde, através dos centros de saúde e estruturas hospitalares, nomeadamente dos centros de desenvolvimento;
- c) Serviços da acção social, através dos centros regionais da segurança social/serviços sub-regionais;
- d) Instituições cooperativas de solidariedade social ou outras organizações não governamentais vocacionadas para esta área da intervenção precoce.

12.2. A intervenção precoce pode ainda envolver outras entidades, designadamente autarquias, sempre que, no âmbito das suas atribuições, possam contribuir para o seu desenvolvimento.

13. Cooperação:

13.1. As actividades a desenvolver no âmbito da intervenção precoce são objecto de acordos de cooperação, a celebrar nos termos da legislação aplicável, entre as respectivas entidades interventoras, com base em modelo a definir pelo grupo interdepartamental.

13.2. Os acordos, de cooperação devem explicitar, designadamente:

- a) A fundamentação das necessidades de implementação da intervenção precoce na respectiva área geográfica de intervenção;
- b) Os recursos humanos que constituem as equipas de intervenção directa, bem como a respectiva percentagem de tempo a afectarem;
- c) A área geográfica de actuação das equipas de intervenção directa;
- d) O número de crianças e famílias a abranger;
- e) A comparticipação devida por cada um dos parceiros subscritores do acordo.

14. Encargos financeiros:

14.1. Os encargos financeiros com a intervenção precoce são suportadas pelas entidades interventoras na base do custo criança/mês a avaliar pelas equipas de coordenação.

14.2. Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, compete:

- a) Ao Ministério da Educação, através das direcções regionais de educação, os encargos com o pessoal de adoração, nomeadamente educadores e psicólogos;
- b) Ao Ministério da Saúde, através das administrações regionais de saúde, os encargos com o pessoal da saúde, nomeadamente médicos, enfermeiros e terapeutas;
- c) Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, através dos centros regionais da segurança social, a comparticipação às instituições respeitantes aos respectivos encargos com o pessoal, designadamente de serviço social, e com as despesas de funcionamento com esta área da intervenção precoce.

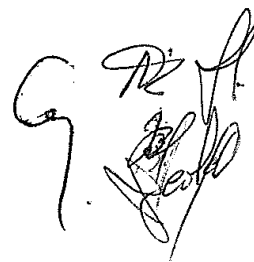
14.3. Os termos e condições da afectação dos recursos humanos previstas no número anterior, bem como o respectivo montante da comparticipação financeira, serão estabelecidos nos acordos de cooperação.

14.4. A participação das entidades previstas no n.º 12.2 será igualmente objecto de especificação nos acordos de cooperação.

15. Disposições finais:

15.1. O desenvolvimento da intervenção precoce, nos termos estabelecidos no presente despacho, fica sujeito a um período experimental de três anos, findo a qual se deve proceder a uma avaliação global.

15.2. O presente despacho entra em vigor 90 dias após a data da sua publicação



PLANO DE ACTIVIDADES-PLANO DE ACCÃO

Ano de 2010

No seguimento da missão social que esta Instituição detém desde a sua fundação, o ano de 2010 será mais um passo na consolidação da estrutura organizacional, dotando-a de melhores ferramentas de gestão que permitam uma maior operacionalidade na tomada de decisão.

O ano de 2010 será o último ano da gestão desta Direcção, pelo que é intenção da mesma não lançar novos investimentos, mas sim tentar concluir iniciativas que têm vindo a ser indicadas em anteriores planos de actividades e que por motivos vários ainda não puderam ser concretizados.

Assim o plano de actividades para o ano de 2010, ano em que, apesar dos níveis económicos já mostrarem alguns sinais de recuperação, será concerteza bastante difícil, continuará a ambicionar uma melhoria significativa dos níveis de desempenho actuais.

De entre as tarefas mais importantes que gostaríamos ver concluídas destacamos as seguintes:

- Conclusão da Obra de Alargamento do Pólo II;
- Continuação da reconversão da infra-estrutura Pólo I, com vista ao seu apetrechamento com equipamentos condignos;
- Recuperação da antiga Casa Faleiro;
- Lançamento do projecto de recuperação da Igreja da Misericórdia, com vista á sua abertura à população;
- Obras de melhoramentos e substituição da cobertura do edifício da creche e jardim-de-infância;

- Conclusão do processo “_ Qual _ is _” Qualificar a Intervenção Social, com vista à certificação das respostas sociais;
- Implementação do Programa “Solar Térmico” em todas as infra-estruturas da Instituição;
- Construção de Barragem agrícola no Monte dos Bispos;
- Revisão dos Estatutos.

Relativamente as valências prosseguidas por esta Instituição deixamos uma breve descrição das actividades a desenvolver:

APOIO À TERCEIRA IDADE

Será nosso primeiro objectivo, a melhoria da prestação dos Serviços nas valências desta faixa etária, contando para isso com a opinião crítica dos nossos utentes e respectivos familiares, bem como com o total empenhamento e dedicação dos nossos colaboradores.

No que concerne às actividades previstas para a Terceira Idade salientamos as seguintes iniciativas:

- Actualização/informação da página Web do Lar Jacinto Faleiro;
- Realização de uma Workshop sobre a temática da 3ª Idade;
- Candidatura a empresa de inserção em área a definir;
- Confirmação dos procedimentos inerentes ao processo de qualificação/certificação da Instituição.
- Desenvolvimento da frequência de acções de formação nas diversas áreas para todos os colaboradores;
- Participação e envolvimento com todas as entidades da comunidade com parcerias estabelecidas na área da 3ª Idade;
- Desenvolvimento do Projecto na área da reabilitação – Haja Saúde II – financiado pela ARS Alentejo;
- Assegurar as aulas de Educação Física e Reabilitação Motora;
- Colocação de Estagiário Profissional na área de Animação Sócio – Cultural, afim de desenvolver todo o tipo de actividades inerentes a esta área;
- Aprofundamento e Desenvolvimento de processos segundo o manual de qualidade de serviços sociais para este tipo de resposta social;

- Integração de Estágios Profissionais e Medidas de Inserção emprego em parceria com o centro de emprego e outras entidades. (Poc's, carenciados e subsidiados, etc.)

APOIO À INFÂNCIA

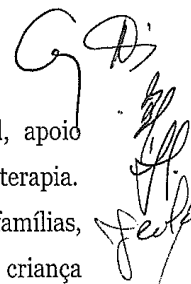
- **Creche e Jardim-de-infância**

Relativamente ao Apoio à Infância, através das valências inerentes, procuraremos ir de encontro às necessidades das famílias dando o nosso melhor para a contribuição do desenvolvimento educacional dos nossos jovens utentes. Com vista ao cumprimento dos objectivos curriculares, destacamos as seguintes iniciativas:

- Participação no Projecto Orgânica Verde promovido pela Liga da Protecção da Natureza;
- Actividades de enriquecimento curricular: Educação Física, Educação Musical, Natação e Iniciação à Língua estrangeira – Inglês;
- Participação no Desfile de Carnaval;
- Comemoração das Datas Festivas;
- Realização do habitual Arraial dos Santos Populares;
- Realização de uma Sessão de Esclarecimento sobre Alimentação Infantil /Obesidade;
- Realização da Festa dos Finalistas e Jantar de confraternização com os respectivos familiares;
- Visitas de Estudo, de acordo com os projectos educativos das respectivas salas;
- Serão Cultural no âmbito do Projecto da Instituição;
- Realização da Festa de Natal, com distribuição de prendas a todas as crianças;
- Colaboração/Participação no Projecto “ Castro Verde – A sua História”, realizado pela aluna da Escola Secundária de Castro Verde no âmbito do Estágio Curricular do Curso de Animação Sócio – Cultural.

- **Intervenção precoce**

No que concerne à Valência de Intervenção Precoce e na continuação do trabalho desenvolvido, esta valência prevê dar continuidade aos apoios que



presta às crianças do nosso Concelho, nomeadamente apoio social, apoio educativo, apoio de enfermagem, apoio de terapia da fala e apoio de fisioterapia. Para além disso pretende-se reforçar a protecção das crianças e famílias, criando condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança minimizando problemas de deficiência ou de risco de atraso grave de desenvolvimento, prevendo eventuais sequelas.

Como Actividades para o Ano de 2010, a Intervenção Precoce pretende:

- Promover o desenvolvimento harmonioso e global das crianças tanto em contexto familiar como em estruturas educativas;
- Colaborar com as educadoras, pais e parceiros na clarificação da problemática das crianças e famílias;
- Participar nas actividades propostas pelos planos de actividades dos jardins-de-infância do concelho;
- Idas à praia com as crianças carenciadas da Intervenção Precoce;
- Distribuição de prendas de Natal às crianças carenciadas do concelho, abrangidas pela Intervenção Precoce;
- Encontros concelhios com as equipas locais;
- Seminário comemorativo dos 5 anos da Intervenção Precoce.

ÁREA AGRÍCOLA E PATRIMÓNIO

Como é do conhecimento geral a actividade agrícola não está imune às oscilações da actividade económica, vindo a sentir de há algum tempo a esta parte os efeitos da grave crise económica que está a assolar o nosso país e o mundo.

Por conseguinte esta Direcção tem estado, e irá continuar a estar atenta a esta problemática, de forma que os efeitos negativos do momento actual no sector não venham a condicionar o desenvolvimento económico da Instituição.

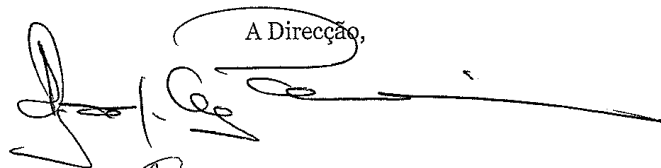
Será nossa prioridade o aproveitamento das ajudas atribuídas pelo Estado no sentido de desenvolver e intensificar a exploração agrícola e pecuária nas propriedades exploradas directamente pela Instituição.

Para além disso pretende-se a iniciar a construção de uma barragem agrícola no monte dos Bispos, obra essa que contamos ser financiada a 100%, pelos Fundos Comunitários.

A recuperação e a manutenção do vasto património imobiliário, parte dele bastante degradado irá merecer da nossa parte a melhor atenção, através de obras de recuperação e valorização que permitam o desenvolvimento eficiente e eficaz da actividade desta Instituição nas suas diversas valências.

Castro Verde, 27 de Outubro de 2009

A Direcção,



Augusto Mendes
Altares
Altares
Gestade